



CARTA REGIONAL DE COMPETITIVIDADE REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

NOTA PRÉVIA

A versão da Carta Regional de Competitividade da Região Autónoma dos Açores, que se divulga, obedeceu a uma estrutura idêntica à das dezassete Cartas Regionais já concluídas e que cobrem o território do Continente. Servirá de base para comentários, aditamentos e correcções de entidades da R.A.A..

Esta versão da Carta Regional de Competitividade muito ficou a dever ao estudo editado em 2008, "Plano Tecnológico e de Inovação Empresarial - INOTEC Açores" promovido pelo INOVA com o apoio do Governo Regional e no qual participou a AIP-CCI, a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, e o INETI, o ISEGI da Universidade Nova de Lisboa e que envolveu um Conselho Estratégico do qual também fizeram parte representantes do Governo Regional, da Universidade dos Açores e vários empresários. Sem ele teria sido mais difícil realizar esta versão da Carta Regional de Competitividade no intervalo de tempo de que se dispôs.

O trabalho de investigação desenvolvido pela equipa que elaborou esta Carta Regional da Competitividade deu a maior ênfase a entrevistas e abordagens de campo levadas a cabo junto de empresas e suas estruturas associativas de referência, com realce para a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, mas também com instituições regionais relevantes e com meios académico, científicos. Deste modo, foi possível sinalizar e analisar aspectos estruturais e desafios relevantes com que se confronta a economia açoriana. Uma conclusão óbvia é a de que a economia açoriana tem vantagens competitivas potenciais de grande valia futura, ainda não suficientemente exploradas. Os Açores têm todas as condições para afirmarem uma imagem de excelência ambiental, associada à "economia do mar". Com o previsível alargamento da plataforma continental, Portugal acrescentará uma área igual a quatro vezes a da Espanha e ficará entre os dez países do mundo com maior solo soberano.

A decisão das Nações Unidas será conhecida entre 2013 e 2014 e será da maior importância para a Região Autónoma dos Açores.

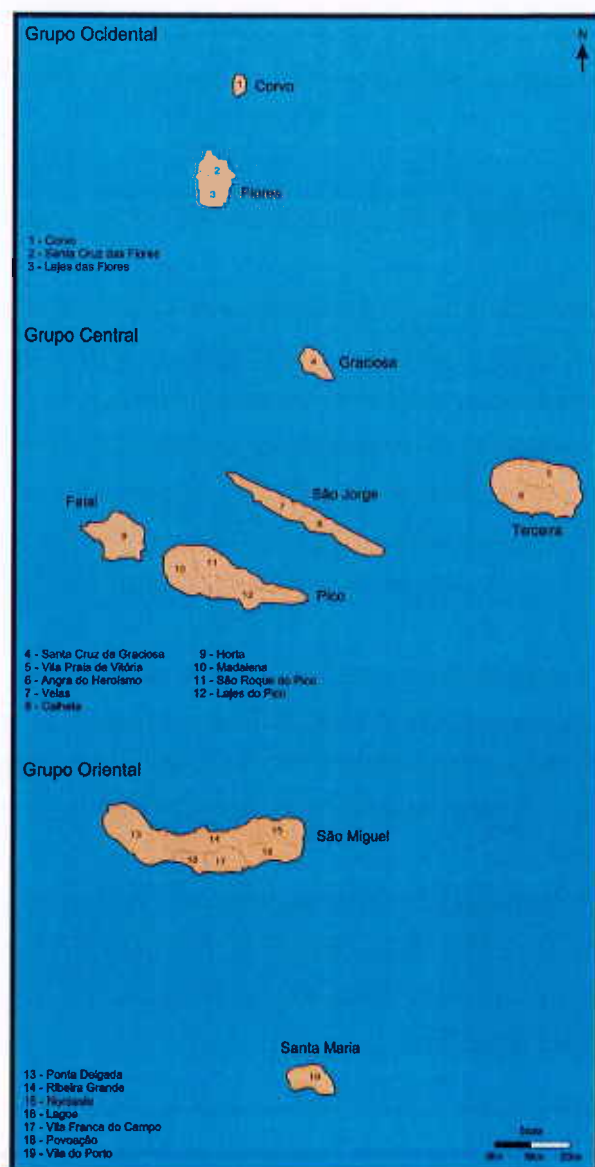
Por outro lado, a Carta Regional da Competitividade, elegeu como uma das suas preocupações uma VISÃO de futuro para os Açores, no horizonte 2015-2010, que seja suficientemente mobilizadora, sobretudo para os agentes económicos, sociais, culturais e de ciência e tecnologia. O horizonte de 2015-2020 é suficientemente próximo para evitar níveis indesejados de abstracção e de generalidade, mas também suficientemente distantes para que a atenção e os recursos se centrem nos aspectos estruturantes e decisivos para o futuro da R.A.A..

Enfim, a caracterização sócio-económica efectuada, e muito particularmente a análise e problematização da carteira de actividades, bens e serviços dominantes na R.A.A., coloca em evidência os seus pontos fortes e fracos e permite perspectivar uma estrutura económica mais robusta com mudanças substantivas na cadeia de valor, capaz de alicerçar essa VISÃO mobilizadora. Por isso, este trabalho é também um exercício de prospectiva.

1. TERRITÓRIO

A Região Autónoma dos Açores (R.A.A.) é um arquipélago situado no Nordeste do Oceano Atlântico, entre a América do Norte e a Europa, distanciando cerca de 1.5 mil km de Lisboa e 3.9 mil km de Nova Iorque.

FIGURA 1 - REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



A R.A.A. é constituída por 9 ilhas, que se distribuem por um eixo com cerca de 600 km, e por 19 municípios, com uma superfície total de 2.333 Km². As suas ilhas dividem-se em três grupos distintos:

- Grupo Ocidental: Flores (Santa Cruz das Flores e Lajes das Flores) e Corvo (Corvo).
- Grupo Central: Faial (Horta), Pico (Madalena, Lajes do Pico e São Roque do Pico), São Jorge (Calheta e Velas), Graciosa (Santa Cruz da Graciosa) e Terceira (Angra do Heroísmo e Praia da Vitória).

- Grupo Oriental: São Miguel (Ponta Delgada, Lagoa, Vila Franca do Campo, Nordeste, Povoação e Ribeira Grande) e Santa Maria (Vila do Porto).

Trata-se de uma Região Autónoma, cujo primeiro estatuto provisório foi aprovado em 1976 através do Decreto-Lei nº 318-B/76, de 30 de Abril, integrada na República Portuguesa. Dispõe de autonomia jurídica, económica e financeira no quadro da Constituição Portuguesa e do Estatuto Político-Administrativo da R.A.A.

A R.A.A. localiza-se na zona de contacto das placas litosféricas americana, africana e euro-asiática, penetrando profundamente no oceano, aspecto que lhe confere traços muito diferenciados ao nível do ambiente biofísico e da geologia.

É atravessada pela Crista Média-Atlântica (CMA)¹ entre as ilhas do Grupo Central e do Grupo Ocidental.

A região apresenta, assim, uma rica e vasta geodiversidade e um importante património geológico, composto por diversos locais de interesse científico, pedagógico e turístico, que constituem o Geoparque Açores², i.e., uma área com expressão territorial e limites bem definidos, que possui um notável património geológico, associado a uma estratégia de desenvolvimento sustentável. O Geoparque integra um número significativo de territórios que, pelas suas peculiaridades ou raridade, apresentam valor (científico, educativo, cultural, económico, turístico, e paisagístico) e são considerados geossítios ou zonas de interesse geológico especial (a R.A.A. conta com 57 geossítios, distribuídos pelas 9 ilhas).

É um dos quatro arquipélagos europeus que constituem a região biogeográfica da Macaronésia³, que são constituídos por ilhas vulcânicas que albergam elevada biodiversidade. De referir que na R.A.A foram classificados 23 Sítios de Importância Comunitária (SIC) e 15 Zonas de Protecção Especial (ZPE), os quais se dispersam pela totalidade das ilhas fazendo parte da Rede Natura 2000.

É também uma das seis regiões europeias classificadas como Área de Endemismo de Aves (*Endemic Bird Areas* - EBA), isto é, uma região crítica de conservação prioritária para as espécies de aves com distribuição restrita. No arquipélago existem cerca de 227 espécies de aves, 33 das quais nidificam anualmente nas ilhas (1/3 são aves endémicas).

As ilhas Graciosa, Flores e Corvo foram classificadas pela UNESCO como Reserva da Biosfera. Além das reservas da biosfera, a R.A.A. possui áreas classificadas e reconhecidas internacionalmente por razões ambientais e científicas com o estatuto de Rede Natura 2000, Património Natural da Humanidade, Áreas RAMSAR (Convenção sobre Zonas Húmidas) e Áreas Marinhas Protegidas, ao abrigo da Convenção

¹ A Crista Média-Atlântica é uma cordilheira submarina que se estende no leito dos oceanos Atlântico e Ártico, desde a latitude 87° Norte até à ilha subantártica de Bouvet, à latitude 54° Sul. Os pontos mais elevados desta cordilheira emergem em vários locais, formando ilhas. A CMA integra o sistema global de cordilheiras oceânicas.

² De referir que, em Maio de 2010, foi criada a GeoAçores – Associação Geoparque Açores, com sede na Horta. Em Julho de 2011, as Autarquias da região receberam o prémio Geoconservação atribuído pelo grupo português da ProGeo (Associação Europeia para a Conservação do Património Geológico).

³ Além do arquipélago dos Açores, a região biogeográfica da Macaronésia integra os arquipélagos da Madeira, Canárias e Cabo Verde e a parte continental de África, designada por Enclave Macaronésico Africano. A Macaronésia conjuga uma série de características geológicas e biológicas próprias, com especificidades ao nível da sua fauna e flora, únicas no mundo. É uma região que apresenta um elevado número de espécies endémicas. Constitui a área com a mais elevada diversidade de cetáceos dentro do espaço europeu, existindo mesmo algumas espécies que são apenas observadas nestes arquipélagos.

OSPAR (instrumento que orienta a cooperação internacional na protecção do ambiente marinho do Atlântico Nordeste), e outras de âmbito nacional e internacional.

O mar da R.A.A. apresenta uma grande diversidade de espécies de cetáceos (23 espécies), cuja frequência varia sazonalmente. Devido à ausência de plataforma continental é possível observar no arquipélago espécies pelágicas, que em outras regiões não se aproximam tanto da costa.

Como referido no Programa Operacional dos Açores para a Convergência (Proconvergência), a localização do arquipélago no Atlântico Norte, a “meio caminho” entre a Europa e a América do Norte, para além do valor geoestratégico em si, projecta e aprofunda uma dimensão estratégica da Europa continental, alarga o espaço dos recursos marinhos, decorrentes da Zona Económica Exclusiva (ZEE)⁴, e pode conferir uma influência acrescida sobre os recursos oceânicos e as grandes rotas marítimas.

De referir que a ZEE dos Açores (ZEEA) compreende uma superfície de 948.439 km², ou seja, representa cerca de 55% da ZEE de Portugal e 16% da ZEE da União Europeia (UE25).

A presença da Floresta Laurissilva⁵ é actualmente residual, encontrando-se em manchas isoladas em todas as ilhas, sendo as maiores e mais significativas na ilha do Pico (no Planalto Central e reserva florestal do Caveiro), na ilha Terceira (na Serra de Santa Bárbara) e no Nordeste da ilha de São Miguel.

O sistema de povoamento da R.A.A. remonta à fixação dos primeiros habitantes, nos séculos XV e XVI, e, apesar de terem surgido diversos aglomerados e povoações, mantém-se um padrão de povoamento desde esses tempos remotos: para além de núcleos marcadamente urbanos, devido às funções administrativas e comerciais, e todos eles implantados no litoral das respectivas ilhas, o restante povoamento desenvolveu-se ao longo da linha de costa, mais denso a Sul, segundo um modelo linear, ao longo de uma via litoral de comunicação terrestre.

A R.A.A. é ainda marcada por um elevado nível de ruralidade, comparando com a situação média do país. Segundo o Plano Regional do Ordenamento do Território (PROT) da R.A.A., apesar de existirem 5 aglomerados urbanos com a categoria de cidades, 27% da população da região reside em área predominantemente rural (16% em Portugal), 52% da população reside em lugares com um efectivo inferior a 2.000 habitantes (42% a nível nacional) e apenas 39% da população reside em áreas predominantemente urbanas.

São as cidades que constituem portas de internacionalização do arquipélago e que acolhem estruturas universitárias e serviços avançados às empresas (Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta) que apresentam o maior potencial de desenvolvimento de serviços “urbanos”.

⁴ A ZEE, que separa as águas nacionais das águas internacionais ou comuns, é delimitada por uma linha imaginária situada a 200 milhas marítimas de largura da costa de Portugal, uma área de 1.850.000 km², o equivalente a 20 vezes o território “terrestre”. Dentro da sua ZEE cada Estado goza dos direitos de exploração dos recursos marítimos, de investigação científica, de controlo da pesca por parte de barcos estrangeiros, de exploração de petróleo e gás natural no subsolo do leito marinho.

A ZEE de Portugal é a maior da Europa, representando 3,5% da superfície do Atlântico Norte. É constituída por 3 áreas: Portugal Continental, Arquipélago da Madeira e Arquipélago dos Açores. Confina com as ZEE de Espanha e de Marrocos. Está em curso um projecto de alargamento da plataforma continental nacional (ver ponto 7).

⁵ Floresta húmida subtropical composta maioritariamente por árvores da família das lauráceas e endémica da Macaronésia.

As acessibilidades assumem um papel fundamental no contexto do desenvolvimento regional da R.A.A., seja pela distância que separa o arquipélago do continente português e demais territórios externos, seja por via da descontinuidade territorial interna, que obriga à existência de uma rede complexa de serviços de transporte marítimo e aéreo.

Em termos de organização da rede viária existem 3 grandes classificações: a regional, a municipal e a agrícola e florestal. Por sua vez, a rede regional inclui as vias rápidas (2 faixas por sentido) e as estradas regionais de 1ª e de 2ª classe. A extensão da rede viária regional ronda os 1450 km.

Todas as ilhas possuem um porto comercial das classes A (Ponta Delgada, Praia da Vitória e Horta) ou B (nas restantes ilhas).

Na escala global da R.A.A. são relevantes os aeroportos com ligações ao exterior e os principais portos. Destacam-se claramente São Miguel (Ponta Delgada) e a Terceira, quer ao nível das ligações aéreas, quer ao nível da movimentação de mercadorias por via marítima.

Distinguem-se três níveis de infra-estruturas aeroportuárias em função das ligações asseguradas e da capacidade instalada:

- Aeroporto Principal⁶ – aeroportos de Ponta Delgada e Terceira (Lajes).
- Aeroporto Gateway⁷ – aeroportos do Faial, Pico e Santa Maria.
- Aeroporto Regional⁸ – aeroportos do Corvo, Flores, Graciosa e São Jorge.

De referir que na R.A.A. existe a Base Aérea das Lajes, oficialmente Base Aérea Nº 4 (BA4), uma infra-estrutura aeronáutica de grandes dimensões da Força Aérea Portuguesa (FAP), instalada na povoação das Lajes, na parte nordeste da ilha Terceira. É dependente do Comando da Zona Aérea dos Açores que, por sua vez, depende do Comando Operacional da Força Aérea (COFA). Sedia o Comando da Zona Aérea dos Açores, bem como o Centro Coordenador de Busca e Salvamento, responsável pela vasta área do Atlântico Nordeste.

O MODELO TERRITORIAL DA R.A.A.

No que respeita ao modelo territorial da R.A.A., definido no PROT da R.A.A. (2008), destacam-se as seguintes ideias-chave:

- *A integração e a coesão territorial dependem de uma combinatória eficiente de sistemas de transportes aéreos e marítimos com os sistemas de telecomunicações: a par do desenvolvimento de sistemas de transportes internos de maior fiabilidade e frequência e de uma mais harmoniosa distribuição no território de serviços colectivos de proximidade, importa garantir também que a região*

⁶ Aeroporto Principal – infra-estrutura aeroportuária com capacidade para movimentar mais de 500.000 mil passageiros por ano e apto a receber aeronaves de vários tipos. Nestes aeroportos são oferecidas ligações para o exterior da região, nomeadamente para Portugal Continental e/ou Região Autónoma da Madeira, para outros países da Europa e ainda para a América do Norte. Ao nível da região, são oferecidas ligações para a maioria das ilhas do arquipélago.

⁷ Aeroporto Gateway – infra-estrutura aeroportuária com capacidade para movimentar menos de 500.000 mil passageiros por ano e apta a receber aeronaves do tipo Airbus-320. Nestes aeroportos, embora apresentem um cariz marcadamente regional, são oferecidas ligações para o exterior da região.

⁸ Aeroporto Regional – infra-estrutura aeroportuária com capacidade para movimentar menos de 500.000 mil passageiros por ano e apta a receber apenas aeronaves do tipo ATP. Nestes aeroportos apenas são oferecidas ligações para outras ilhas da região.

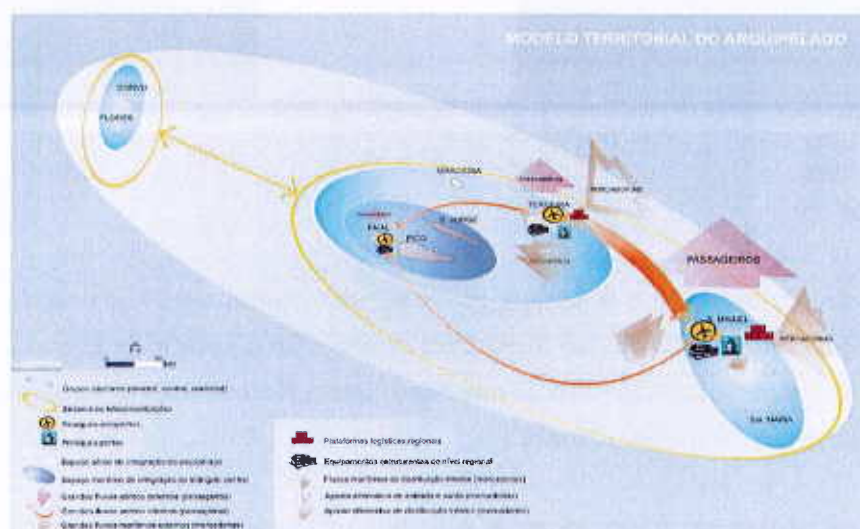
esteja dotada de forma robusta ao nível das telecomunicações e sistemas de informação e comunicação evoluídos, suportando apostas em serviços remotos, seja às pessoas ou às empresas, complementando os sistemas baseados em cabos submarinos com a generalização de serviços de tecnologias sem fios.

- *A emergência de duas portas (Angra do Heroísmo e, sobretudo, Ponta Delgada) que sustentam os fluxos materiais (pessoas e mercadorias) com o exterior e justificam uma aposta em plataformas logísticas de escala regional: esta estrutura principal é complementada com um terceiro vértice, na Horta (Faial), assentando neste conjunto uma estratégia de integração com o exterior que garante a não exclusiva dependência de um único nó de ligação e, desta forma, contraria a natural vulnerabilidade a situações de isolamento.*
- *O triângulo estruturante do sistema urbano regional, onde se localizam os principais centros de decisão política e económica e os equipamentos públicos de hierarquia superior: pese embora a clara predominância de Ponta Delgada, a aposta mais racional para este território continuará a ser a de um sistema urbano policêntrico, reforçando as complementaridades.*
- *Os níveis diferenciados de acessibilidade, que apelam a soluções específicas no sentido da coesão territorial: é o caso específico de três ilhas (Corvo, Graciosa e Santa Maria) cuja integração numa dinâmica de conjunto é dificultada por situações menos favoráveis de acessibilidade.*

No primeiro caso, a proximidade às Flores permitirá gerar um espaço comum de prestação de serviços às populações, a par de uma intervenção no incremento da dotação em equipamentos e serviços colectivos de proximidade. Note-se que, face à pequena dimensão territorial e populacional deste grupo, a mobilidade física será sempre uma opção técnica e financeiramente cara. A aposta na melhoria dos sistemas baseados em tecnologias de informação e comunicação será a forma mais eficiente para a integração na dinâmica global da região.

Nos restantes casos, trata-se de articular melhor (maior frequência e regularidade) as ligações físicas entre as duas referidas ilhas e os principais centros urbanos dos grupos central e oriental.

FIGURA 2 – MODELO TERRITORIAL DA RAA

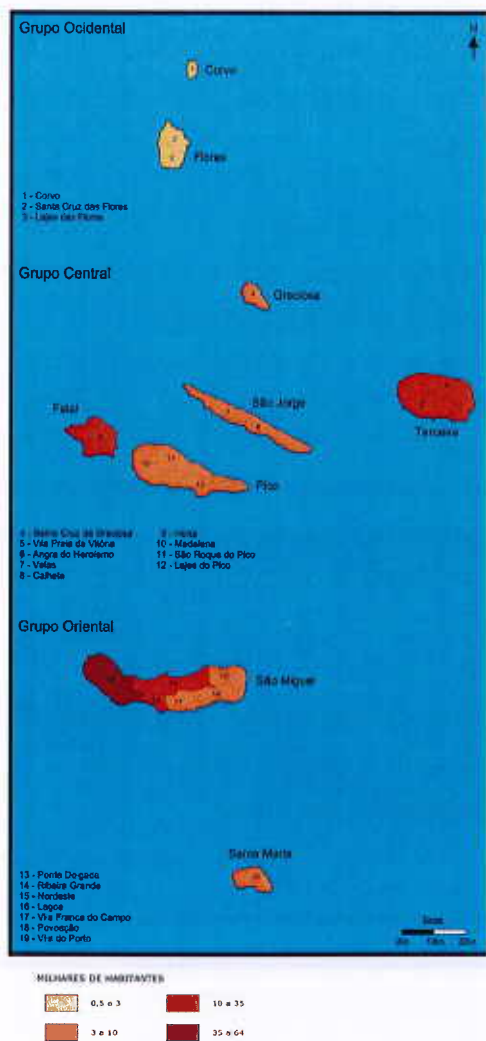


Fonte: Plano Regional de Ordenamento do Território para a RAA (2008)

2. DEMOGRAFIA

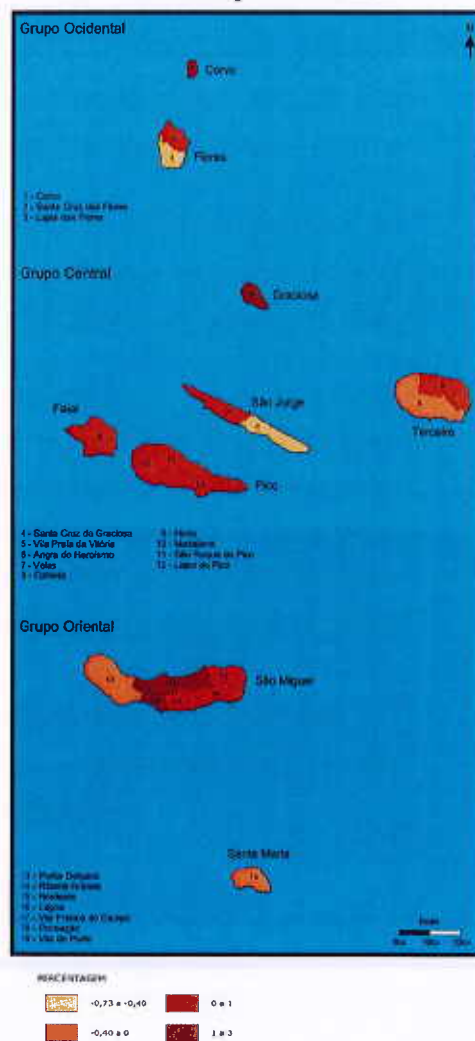
Em 2009, residiam na R.A.A. cerca de 245 mil habitantes, o equivalente a 2.3% da população portuguesa. A distribuição da população pelas nove ilhas do arquipélago é muito heterogénea: São Miguel é a ilha mais populosa, com mais de metade da população residente na R.A.A. (54%); a ilha Terceira tem uma população residente de cerca de 55 mil residentes; as ilhas São Jorge, Faial e Pico apresentam uma população residente entre os 9 mil e os 15 mil habitantes; três ilhas têm efectivos populacionais entre 4 mil a 6 mil indivíduos (Santa Maria, Graciosa e Flores); o Corvo tem apenas 5 centenas de habitantes;

FIGURA 3 - POPULAÇÃO RESIDENTE - 2009



Fonte: INE.

FIGURA 4 - TAXA CRESCIMENTO EFECTIVO POPULAÇÃO – 2009



O município de Ponta Delgada é o mais populoso, com cerca de 64 mil habitantes. Em termos de densidade populacional, a ilha de São Miguel destaca-se com o valor mais elevado, com 180.4 hab./km² (o valor da R.A.A é de 105.7 hab./km²). O município Lagoa é o que apresenta a mais elevada densidade populacional do Arquipélago (346 hab./km²).

A evolução da população residente na R.A.A. tem-se caracterizado por contínuos saldos naturais negativos, muito fortes sobretudo na década de 1960, em resultado da importante corrente emigratória

(refira-se que a emigração açoriana apresentou valores anuais elevados entre 1966 e 1975, tendo ascendido a cerca de 13 mil pessoas em 1969). A partir da década de 1990, o número de emigrantes decresceu, tendo atingido cerca de 300 pessoas/ano.

Entre 2000 e 2009, a população total da R.A.A. apresentou uma taxa de crescimento médio anual de 0.5% (ligeiramente inferior ao valor nacional, de 0.7%). Em 2009, a taxa de crescimento efectivo da população na R.A.A. foi de 0.24%, valor superior ao nacional (0.10%).

As perdas populacionais são mais elevadas no Grupo Ocidental, nas áreas rurais e em particular nas ilhas Graciosa, Flores, Santa Maria e São Jorge. Os territórios que apresentam saldos naturais mais positivos são também aqueles que apresentam saldos migratórios mais negativos (Grupo Oriental, áreas urbanas e a ilha de São Miguel).

Em 2009, a R.A.A. apresentava uma estrutura da população menos envelhecida que a do país: cerca de 12% dos residentes tinham mais de 65 anos; por seu turno, cerca de 19% dos residentes tinham menos de 14 anos.

Naquele ano, o índice de envelhecimento da R.A.A. era de 67,6 idosos, valor muito inferior ao nacional (117,6 idosos). O índice de envelhecimento mais elevado verifica-se nas áreas rurais e nas ilhas Corvo (197,7 idosos), Pico (164,8 idosos), Graciosa (144,8 idosos) e Flores (131,8 idosos).

3. ACTIVIDADES ECONÓMICAS, PÓLOS INDUSTRIAIS E CLUSTERS

Em 2009, o Produto Interno Bruto (PIB) da R.A.A., a preços correntes, rondava os 3.7 mil milhões de euros, o equivalente a 2.2% do total nacional. A região apresentou uma taxa real de crescimento médio anual do PIB, entre 2000 e 2009, de 4.9%, cerca de 1.8% acima da média nacional. Neste mesmo ano, o PIB per capita da região era de 15.1 milhares de euros, a preços correntes (valor abaixo da média nacional de 15.8 milhares de euros).

O índice de disparidade do PIB per capita em relação à média nacional permite aferir que a R.A.A. apresenta um PIB per capita cerca de 4% abaixo do valor médio nacional.

No que respeita ao Valor Acrescentado Bruto (VAB), em 2007, a relevância nacional do arquipélago rondava os 2%. Cerca de 15% do VAB da R.A.A. concentrava-se na administração pública, defesa e segurança social obrigatória, sector com maior peso. O peso dos sectores da agricultura, produção animal, caça e silvicultura e da pesca no VAB são superiores na R.A.A. comparativamente ao seu peso a nível nacional. Em 2007, 8.6% do VAB da região concentrava-se na agricultura, produção animal, caça e silvicultura, bastante superior ao peso que este sector representa a nível nacional (2.2%). O peso das indústrias transformadoras no VAB é muito superior a nível nacional (17%) comparativamente ao peso que representa no VAB da R.A.A. (de apenas 6%).

A economia da R.A.A. apresenta um elevado grau de terciarização, na medida em que 74% do VAB e 56% do emprego resultam do sector terciário, com especial destaque para o peso da administração pública e dos sectores da saúde e educação. Ainda no sector terciário destacam-se as actividades de comércio, de transportes e comunicações e as actividades imobiliárias. Não é ainda totalmente visível uma fileira de actividades turísticas, na medida em que as actividades de alojamento e restauração assumem pouca importância no contexto da criação de VAB e de emprego.

De salientar que a terciarização da economia da R.A.A. diferencia-se dos processos típicos da sociedade pós-industrial, visto que a expansão dos serviços não se fez acompanhar de um crescimento da produtividade nos sectores de actividade primário e secundário. Este facto poderá ser explicado pela exiguidade do mercado regional, pelos elevados custos de entrada em mercados externos (agravados pela insularidade) e pelas dificuldades em aproveitar os efeitos de clusterização.

A R.A.A. representava, em 2010, apenas cerca de 0.21% dos fluxos do comércio internacional em Portugal. Em 2009, a taxa de cobertura das entradas pelas saídas na sub-região foi de 67% (acima da média nacional de 62%).

Numa aferição à intensidade exportadora da R.A.A., conclui-se que as exportações representam apenas cerca de 2% do PIB regional. Destacam-se as exportações de "animais vivos e produtos do reino animal" que representaram, em 2007, cerca de 63% do total de exportações regionais.

Em 2009, cerca de 112 mil indivíduos desenvolviam a sua actividade económica na R.A.A., o que corresponde a 2.2% do emprego total do país. A actividade económica mais representativa em termos de emprego é a agricultura, produção animal e silvicultura (21% do emprego total), seguindo-se, a longa distância, o comércio a grosso e a retalho (13%), a administração pública (12%) e a construção civil (7%).

As actividades industriais representavam cerca de 8.7% do emprego total da R.A.A, contando com um total de 10 mil indivíduos. Destacam-se as seguintes actividades industriais: indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco (65% do emprego industrial), indústrias da madeira e da cortiça e suas obras (8%), indústria têxtil (7%), indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos (6%).

Verifica-se um elevado grau de terciarização do emprego da R.A.A. (no conjunto, o sector terciário representa cerca de 62% do emprego). Assim, em termos gerais, a economia da R.A.A. apresenta uma estrutura própria de uma pequena região insular e periférica: forte terciarização, em que a expansão do sector público tem um papel determinante, e especialização em produções onde dispõe de vantagens comparativas pela proximidade e/ou abundância da matéria-prima (agricultura e pesca), embora com dificuldades específicas de modernização e industrialização impostas pela fragmentação e exiguidade territorial e pela reduzida dimensão do mercado regional; elevada dependência da intervenção do Estado.

A R.A.A. apresenta níveis de produtividade ligeiramente mais elevados que o conjunto do país (28.8 milhares de euros, contra 28.4 milhares de euros, valores de 2007), mas apresenta valores muito mais baixos que os registados nas regiões Grande Lisboa (38.3 milhares de euros) e Grande Porto (30.9 milhares de euros).

Em 2008, cerca de 20 mil empresas tinham sede na R.A.A, com destaque para a ilha São Miguel, que concentra cerca de 54% do total de empresas com sede no arquipélago. Ponta Delgada é o município com maior número de empresas (30% do total da R.A.A), seguindo-se Angra do Heroísmo (15%), Ribeira Grande (10%) e Vila da Praia da Vitória (8%).

Os sectores de actividade económica mais representativos em termos empresariais são, por ordem decrescente de importância, o comércio por grosso e a retalho (20% do total de empresas com sede na R.A.A.), a construção civil (17%), os serviços associativos e pessoais (15%), o alojamento e restauração (7%) e as indústrias transformadoras (6%).

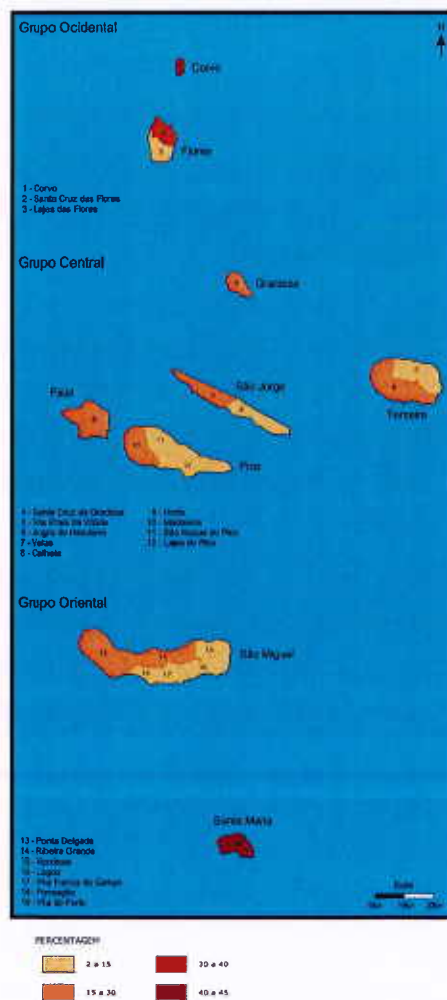
No contexto das actividades industriais, destacam-se os seguintes sectores: indústrias alimentares (25%); indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário - fabricação de obras de cestaria e de espartaria (23%); fabricação de têxteis (4%).

A taxa de constituição de empresas na R.A.A foi, em 2007, muito próxima da média nacional (6.4% contra 6.3%). Por seu turno, a taxa de dissolução de empresas foi, naquele ano, de 1.1%, metade do registado a nível nacional.

Cerca de 24% dos Trabalhadores por Conta de Outrem (TOC) desenvolviam, em 2008, a sua actividade em empresas de pequena dimensão, com menos de 10 trabalhadores. Nas ilhas Pico, São Jorge e Graciosa, esta proporção ronda os 30%.

Os sectores mais representativos em termos de volumes de negócio foram, por ordem decrescente de importância: comércio por grosso, excepto de veículos automóveis e motociclos (28% do volume de negócios total); o comércio a retalho (23%); promoção imobiliária (desenvolvimento de projectos de edifícios) e construção de edifícios (10%); engenharia civil (6%); e o comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos (5%).

FIGURA 6 – TAXA DE TCO EM EMPRESAS COM MAIS DE 250 TRABALHADORES - 2008



Especialização da base produtiva

A actividade produtiva com maior relevo na R.A.A é a indústria ligada aos sectores agro-pecuário e pescas, em virtude da existência de condições naturais e edafo-climáticas únicas. Territorialmente, a actividade económica está localizada sobretudo na ilha São Miguel e na ilha Terceira, territórios que representam aproximadamente 4/5 do emprego da R.A.A. A actividade industrial está mais concentrada em São Miguel.

A R.A.A. é dotada de fileiras produtivas de referência a nível nacional, nomeadamente, a fileira do leite e lacticínios, da carne e da pesca:

- **Fileira do leite** – a transformação e comercialização de leite são asseguradas por empresas de dimensão nacional, multinacionais e cooperativas regionais sendo o Continente o principal mercado de destino dos produtos transformados. Trata-se da mais importante fileira da R.A.A. e também a mais bem organizada e com maior nível de integração vertical e horizontal. Em 2007, a R.A.A. contribuiu para cerca de 28% do total da produção de leite de vaca (leite recolhido directamente da produção), destacando-se a ilha São Miguel (cerca de 63% do total de produção do arquipélago). No período entre 1995 e 2007, a produção de leite na R.A.A aumentou cerca de 38%.

No que respeita aos produtos lácteos, é a produção de queijo que revela maior expressão (cerca de 56% da produção de produtos lácteos), seguida da produção de iogurtes (que tem sido uma das mais dinâmicas da fileira do leite na R.A.A.). Verifica-se uma estratégia de aposta nos produtos com maior valor acrescentado em detrimento de produtos industriais de menor valorização (como o leite em pó e a manteiga).

O queijo produzido na R.A.A. representa cerca de 35% da produção nacional de queijo, sendo de destacar a existência no arquipélago de dois queijos com Denominação de Origem Protegida (DOP): o queijo de São Jorge e o queijo do Pico.

A produção de queijo industrial na R.A.A. abrange variedades como o flamengo, o ilha, o mozzarella, o prato ou o cheddar, com pasta mole ou pasta semidura. São produzidos a partir de leite de vaca e de coalho natural, para além de culturas lácteas, e curados em ambiente controlado até atingirem o sabor e textura desejados. Para além dos queijos industriais e DOP, a R.A.A. assume também importância na produção de queijos de fabrico artesanal, uma herança de tradições familiares que conquistou importância no mercado regional.

A produção de manteiga na R.A.A. tem uma elevada expressão no total da produção nacional (representa cerca de 24% do total nacional).

- **Fileira da carne** – na R.A.A. esta fileira encontra-se muito concentrada na carne de bovino, facto em grande parte associado à produção de leite. Os bovinos, em particular os bovinos de leite, são o efectivo pecuário dominante em toda a região. A especialização bovinícola da região levou à introdução massiva da raça holandesa Holstein, em meados do século XIX.

Em 2007, o número de cabeças de gado bovino ascendia a 240 mil, cerca de 16% do total nacional (as vacas leiteiras representam cerca de 41% do total). Verifica-se uma importante expedição de gado vivo para o Continente (cerca de 47 mil cabeças/ano).

À semelhança dos lacticínios, também a “carne dos Açores” beneficia da certificação DOP, o que poderá dar um contributo importante para uma maior valorização regional da produção de carne. Contudo, a débil organização e integração da fileira e as características do mercado ainda não permitiram a total qualificação deste produto. São Miguel concentra mais de metade da produção total de carne na região, seguindo-se as ilhas Terceira, Pico e Faial.

A carne proveniente de animais criados na R.A.A. tem uma coloração muito especial (mais escura do que o habitual) e um sabor inconfundível, devido à alimentação dos animais ser à base de pasto natural.

- **Fileira das pescas** - a relevância económica do sector das pescas na R.A.A. é observada ao nível das exportações (as exportações de peixe e conservas de atum representam cerca de 40% das exportações do arquipélago) e do emprego (cerca de 5% do emprego total). De facto, toda a fileira da pesca constitui um dos pilares da economia da R.A.A. e representa uma actividade com grande importância na criação de oportunidades de emprego e de coesão económica.

A actividade piscatória atingiu, em 2010, valores anuais na ordem das 19 mil toneladas, às quais correspondem valores brutos de produção na ordem dos 40 milhões de euros.

De salientar a relevância da indústria conserveira, com forte interligação à indústria dos tunídeos, um sector com uma enorme importância económica (em 2007, atingiu uma facturação de cerca de 50 milhões de euros) e social (suporta directamente mais de 700 postos de trabalho, sobretudo de mão-de-obra feminina), apesar de esta indústria ter atravessado períodos de dificuldade na R.A.A. – actualmente, existem apenas 3 empresas conserveiras na região (a Cofaco, a Santa Catarina e a Corretora). De referir que existe na ilha Terceira uma empresa que também processa o atum, mas não em conservas (a Pescatum, que produz lombos de atum congelados, que exporta para a Pescanova em Espanha).

- **Fileira agrícola** – no âmbito desta fileira, destaca-se o incremento da cultura de vinho na R.A.A., que, todavia, se desenvolve em explorações de muito pequena dimensão e com reduzida organização da fileira. Existem na R.A.A. 3 regiões demarcadas com Indicação de Proveniência Regulamentada (IPR) - Pico, Graciosa e Biscoitos, na Terceira - que produzem vinhos muito procurados pelo mercado local, turístico e da “saúde”. A vinha é produzida segundo métodos tradicionais em curraletas e lagidos, determinando a existência de zonas com elevado valor paisagístico e cultural.

Em 2007, o vinho de mesa tinto representava cerca de 80% da produção total de vinho na R.A.A.. O Pico concentra cerca de 71% da produção vitivinícola da região. De referir que aquelas três regiões demarcadas produzem Vinho de Qualidade Produzido em Região Determinada (VQPRD) e representam cerca de 9% da produção desta região vitivinícola (“Pico” branco; “Graciosa” branco; Terceira “Biscoitos” branco).

De destacar a produção de dois produtos DOP: o "Ananás dos Açores" e o "Maracujá de São Miguel". O ananás tem uma produção média anual de 1.9 mil toneladas e é produzido em cerca de 450 explorações; Introduzido na R.A.A. depois da descoberta do Brasil, o ananás é cultivado tradicionalmente em estufas de vidro, com solo artificial composto de matéria orgânica. O grande desenvolvimento deste produto na região (à semelhança da laranja) verificou-se a partir da segunda metade do século XIX, com o objectivo de exportação para a Inglaterra (a primeira exportação para este país ocorreu em 1867, quando a laranja entrou em declínio). Apenas na R.A.A. o ananás é produzido em estufas (nos outros países é produzido ao ar livre) e de forma tradicional, com aplicação de "fumos" e utilização de "camas quentes" à base de matéria vegetal. De referir que as estufas de madeira com vidro, utilizadas na região, são oriundas da Inglaterra. As estufas são de formato rectangular, cobertas de vidro caiado formando duas águas com a inclinação aproximada de 33 graus e aquecidas apenas pelo sol.

São reconhecidas as características únicas do ananás de São Miguel: mais agri-doce que os concorrentes; maior concentração de aminoácidos e de bromelaína (extracto contendo enzimas proteolíticas extraídas de plantas da família bromeliaceae, com propriedades anti-inflamatórias).

O maracujá começou a ser comercializado apenas em 2003 por três explorações agrícolas com uma produção global de 2 toneladas.

De referir ainda a cultura do tabaco e da beterraba sacarina na ilha São Miguel que têm vindo a perder importância, em grande parte devido a restrições impostas pela PAC.

Na R.A.A. a produção de chá ascende a 111.5 toneladas. A totalidade da produção ocorre em São Miguel, na medida em que esta ilha possui, junto à sua costa Norte, as duas únicas plantações de chá da Europa para fins industriais – o chá Gorreana e o chá de Porto Formoso.

A diversidade e a riqueza da flora da região e o clima temperado contribuem para a obtenção de mel de alta qualidade, existindo dois tipos: o mel de néctar centrifugado (incolore amarelado, com uma consistência fluida e um sabor muito doce e típico) - obtido principalmente a partir dos néctares de incenso, em áreas de baixa e média altitudes, ocupa taludes, zonas incultas, matas densas e sebes de protecção; e o mel multiflora (castanho escuro), que se produz essencialmente em áreas de baixa e média altitude, ocupando pomares, sebes e parques florestais.

O mel produzido na R.A.A. mereceu o reconhecimento das suas características específicas com o Selo de Denominação de Origem – Mel dos Açores (de um total de 9 nomes protegidos de mel, um é o "Mel dos Açores").

Na R.A.A. a apicultura é tradicionalmente praticada para auto-consumo e como fonte extra de rendimento para os agricultores.

- **Produção de flores:** a R.A.A. possui um clima marítimo temperado pela corrente do Golfo, brisas suaves e solo fértil, possuindo condições privilegiadas para a introdução e reprodução de flora das

mais variadas origens. A riqueza vegetal do arquipélago é marcada não só por diversas espécies endémicas, como também por uma profusão de árvores, arbustos, flores e culturas trazidas de outros Continentes há vários séculos. Destaque para as seguintes espécies: criptoméria; beladona; hortênsia; estrelícia; cameleira; conteira; antúrio. Destaque para as hortênsias, que são exportadas como flor fresca, flor seca e planta ornamental. Como se verá adiante, tem ganho muita importância na R.A.A a produção e exportação de proteas, plantas da família Proteaceae e originárias principalmente da África do Sul, Austrália e Nova Zelândia.

Apesar do seu menor peso na estrutura produtiva, estas fileiras de “produtos de diversificação” (produtos agrícolas e floricultura) têm uma importância relevante ao nível regional: asseguram uma significativa auto-suficiência às famílias, dão origem a produtos com qualidade diferenciada, alguns com capacidade de expedição para o exterior (como os casos do ananás e de plantas e flores) e estão associadas à imagem da R.A.A. devido ao seu elevado valor gastronómico, paisagístico e cultural.

- **Fileira florestal:** a fileira florestal da R.A.A. é ainda incipiente. Contudo, a floresta existente na região já assume uma dimensão capaz de suportar um sector constituído por micro e pequenas empresas, nas valências da silvicultura (prestação de serviços de natureza florestal), da exploração florestal e da transformação (serrações, carpintarias e marcenarias). Na floresta de produção, a criptoméria (*Cryptomeria japonica*), originária do Japão e introduzida em São Miguel há cerca de dois séculos, ilha a partir da qual se dispersou por todo o arquipélago, assume o papel preponderante. As restantes espécies com alguma expressão são o eucalipto (*Eucalyptus globulus*), a acácia (*Acacia melanoxylon*) e o pinheiro bravo (*Pinus pinaster*).

No sector dos serviços, destaca-se o turismo, actividade que tem vindo a constituir-se como um importante pilar da base económica regional, pela dimensão e pelo papel que assume no conjunto da actividade económica da R.A.A. De referir que esta actividade tem beneficiado de sistemas de incentivos majorados, nos vários ciclos de programação.

Apesar de ainda se verificar uma fraca intensidade turística, a R.A.A. possui uma oferta de recursos turísticos ímpar, logo fortes potencialidade para o desenvolvimento de produtos turísticos com uma procura muito dinâmica nos mercados internacionais.

Os estabelecimentos turísticos em actividade na R.A.A. atingiam, em 2009, uma capacidade de alojamento máxima de 8.563 camas, em 82 estabelecimentos. Verificou-se um importante incremento do número de camas turística na região, sobretudo nas ilhas São Miguel, Terceira e Faial.

No que respeita ao número de dormidas nos estabelecimentos turísticos, registou-se, naquele ano, um total de 1.004,8 mil dormidas. A ilha que registou maior número de dormidas, na hotelaria tradicional, foi a de São Miguel, seguida da Terceira e do Faial, respectivamente com 696 mil (69,3%), 141,6 mil (20,3%) e 79.9 mil (11,5%) dormidas.

O perfil de turistas que visita a R.A.A. é bastante diferente daqueles que visitam o Continente: na R.A.A. os turistas procuram a oferta do produto “turismo natureza” (no Continente prevalece a oferta “Sol & Mar”).

Os dinamarqueses, os suecos, os alemães e os holandeses são os turistas estrangeiros que mais visitam a R.A.A. Todavia, a maioria dos turistas que visita a R.A.A. são os turistas nacionais, do Continente.

Além das actividades enunciadas, são muito relevantes na R.A.A as actividades de artesanato. A região desenvolveu um trabalho pioneiro em matéria de artesanato com a criação, em 1988, do Centro Regional de Apoio ao Artesanato que, entre outras, tem competências para garantir a certificação de origem e qualidade dos produtos artesanais regionais. Em 1998 foi criada a marca colectiva "Artesanato dos Açores".

São exemplos, no ramo da tecelagem, as colchas e mantas com combinações de cores em quadrados, losangos ou estrias nas várias ilhas (como as conhecidas "colchas de ponto alto" ou as "mantas de São Jorge"), além dos bordados manuais em pano de linho, branco ou cru, da ilha Terceira, que receberam a denominação de Produto de Origem de Qualidade Certificada. Uma referência também para os trabalhos em vimes e para os trabalhos de flores de escama de peixe.

As caixas seguintes apresentam exemplos de empresas que desempenham um papel muito importante na economia da R.A.A, algumas de grande dimensão, historicamente ancoradas na evolução da economia da R.A.A e que constituem grupos económicos consolidados.

CAIXA 1 - SERVIÇO AÇORIANO DE TRANSPORTE AÉREOS (SATA)

O Serviço Açoriano de Transporte Aéreos EP (SATA) é uma empresa aérea da R.A.A. que engloba as empresas SATA Air Açores e SATA Internacional Serviços e Transportes Aéreos. Tem a sua sede em Ponta Delgada e realiza, na vertente internacional, voos de/para a R.A. Madeira, Portugal Continental e outros destinos na Europa e na América do Norte.

A empresa tem a sua origem na fundação da Sociedade Açoriana de Estudos Aéreos, em Agosto de 1941. Em 1947, foi alterada a sua designação para Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos. Em Junho de 1947 a SATA iniciou os voos, fazendo ligações aéreas entre as ilhas São Miguel, Santa Maria e Terceira.

Em 1969, foi inaugurado o Aeroporto de Nordeste, actual Aeroporto João Paulo II, e a base operacional da SATA.

A SATA Internacional é uma filial da SATA Air Açores. Foi o resultado da aquisição e transformação da companhia de táxi aéreo "Oceanair", que, em 1998, altera sua denominação para SATA Internacional.

Foi inicialmente uma empresa privada, que se tornou uma empresa pública sob tutela do Governo Regional do Açores. Foi comprada ao Grupo Bensaúde - 50% das acções pertencem ao Governo Regional dos Açores e as restantes à TAP Air Portugal.

Em 1985, iniciaram-se os voos charters para a América do Norte, através da Azores Express (ligações aéreas charter para os EUA) e da SATA Express (ligações aéreas charter para o Canadá).

Actualmente, a malha aérea da SATA Internacional serve aos seguintes destinos: São Miguel, Terceira, Faial, Santa Maria, R.A. Madeira (Funchal), Lisboa, Porto, Faro, Cabo Verde, Madrid, Paris, Londres, Manchester, Newcastle, Dublin, Amsterdão, Frankfurt, Zurique, Boston, Providence, Toronto, Montreal, Oakland, Salvador (Bahia), Porto Seguro.

A SATA Air Açores serve aos seguintes destinos: São Miguel, Santa Maria, Terceira (Lajes), Pico, São Jorge, Graciosa, Faial, Flores, Corvo, Funchal, Porto Santo, Gran Canaria.

Fonte: SATA; imprensa e entrevista

CAIXA 2 – GRUPO Bensaude

A família Bensaude iniciou a sua actividade comercial na R.A.A. em 1820, como importador e distribuidor de têxteis originários do Reino Unido e como exportador de cereais e laranjas, dando origem a um grupo de empresas que manteve, desde então, a sua natureza totalmente familiar. Dedicou-se, numa primeira fase, às áreas estratégicas do comércio e dos serviços de navegação e expandiu as suas actividades e áreas de actuação a partir da segunda metade do século XIX. Ao longo das décadas que se seguiram, a família Bensaude esteve associada a projectos inovadores, de cariz agro-industrial, a par de investimentos, na área financeira e industrial, que contribuíram para a integração da R.A.A. na economia continental. Assim, a partir da região, o Grupo Bensaude alargou a sua actividade de agentes e transportadores ao resto do país, desenvolvendo o seu negócio na Europa e estabelecendo contactos internacionais.

Com escritórios na R.A.A. e em Lisboa, para onde havia transferido a sua sede em 1870 (e até 1976), a Bensaude & Ca criou a Parceria Geral de Pescarias, especializada na pesca do bacalhau, e a Empresa Insulana de Navegação, que passou a ligar o Continente às regiões autónomas. Lançou, ainda, novos empreendimentos como o Banco Lisboa & Açores.

Em São Miguel desempenhou um papel determinante na fundação e gestão da Fábrica de Tabaco Micaelense, Fábrica do Açúcar, Fábrica do Alcool, Companhia de Seguros Açoriana, SATA e Banco Micaelense (posterior Banco Comercial dos Açores e actualmente BANIF). Construiu, também, uma instalação destinada à armazenagem e fornecimento de fuelóleo para a navegação.

Na área da energia, o Grupo Bensaude desenvolve uma actividade pioneira e continuada desde 1916, data a partir da qual se inicia, a partir do Reino Unido, a importação, armazenamento e fornecimento de carvão à navegação que demandava os portos de Ponta Delgada e Horta. Posteriormente, no fim da II Guerra Mundial, com o declínio do consumo de carvão fornecido à navegação, a Bensaude adquire a sua primeira instalação de armazenagem de combustíveis líquidos, na Ilha São Miguel, através da qual é iniciada a referida comercialização de fuelóleo, actividade que mantém até ao presente.

Na área do turismo, o Grupo Bensaude foi igualmente pioneiro com a criação, em 1933, por Vasco Bensaude, da Sociedade Terra Nostra, a aquisição do Parque Botânico adjacente e com a construção, em 1939, do Campo de Golfe Terra Nostra, o primeiro da R.A.A. Posteriormente, foi adquirida e transformada em hotel de qualidade e de charme, uma antiga residência senhorial que resultou na abertura, em 1965, do Hotel São Pedro, na frente marítima da cidade de Ponta Delgada. Durante anos, estes locais de excepção identificaram o Grupo Bensaude com o conceito de turismo e de hotelaria de elevada qualidade na R.A.A.

O Grupo tem apostado na consolidação das suas áreas estratégicas, nomeadamente os combustíveis, o turismo e os transportes marítimos e terrestres, situação que se tem mantido até hoje.

Ao longo dos últimos anos, a par do crescimento verificado nestes sectores estratégicos, o Grupo Bensaude tem procurado diversificar a sua carteira de negócios na área do comércio e distribuição alimentar, ambiente e energia. De referir que o Grupo detém a empresa Insko Insular de Hipermercados, que resultou de uma parceria entre o Grupo Nicolau de Sousa Lima (adquirido pelo Grupo Bensaude), a Sonae Distribuição e a Moagem Terceirense, e que visa a construção e exploração de super e hipermercados na R.A.A. Em Abril de 2011, os grupos Sonae e Bensaude chegaram a um entendimento em relação à empresa Insko quanto à renovação dos acordos de franquia para os negócios de retalho por um período de mais 15 anos.

O Grupo Bensaude continua a ser, ainda hoje, um grupo 100% familiar. As actividades do Grupo Bensaude estão, no presente, distribuídas por 3 áreas de negócios: combustíveis pesados para a navegação e para a indústria; combustíveis leves para o transporte terrestre e gás doméstico; transportes marítimos de mercadorias, entre a R.A.A. e o Continente, e ainda transportes terrestres colectivos de passageiros, na ilha São Miguel e no Faial.

O Grupo está estruturado em três holdings:

- Bensaude Participações, SGPS - enquadra-se na filosofia do Grupo ao ter na sua estrutura empresas de diferentes ramos de negócio, consideradas estratégicas para a actividade do Grupo.
- Bensaude Marítima, SGPS - resultou da forte experiência do Grupo na área marítima, a qual assenta numa longa afinidade com o mar e num conhecimento profundo da economia regional, nomeadamente dos seus portos e serviços portuários, importadores e exportadores.
- Bensaude Turismo, SGPS - gere actualmente uma cadeia hoteleira, uma agência de viagens (Agência Açoriana de Viagens) e uma rent-a-car (Varela Rent-a-Car). Estas holdings são apoiadas transversalmente pela Bensaude S.A., centro corporativo e de serviços partilhados do Grupo.

No conjunto das suas actividades, o Grupo Bensaude conta com cerca de 2400 colaboradores e atingiu, em 2010, cerca de 400 milhões de volume de negócios.

Fonte: entrevista ao Grupo Bensaude; imprensa.

CAIXA 3 – GRUPO PAIM

Fundado por Raul da Rocha Paim, o Grupo iniciou a sua actividade em 1945, com o comércio de fazendas e confecções.

Ao longo de cerca de duas décadas, para além do negócio das fazendas e confecções, o fundador – na segunda década já acompanhado pelos seus filhos – dedicou-se também ao comércio de várias representações, entre as quais medicamentos e electrodomésticos.

Em 1968 foi constituída a primeira sociedade por quotas, com o nome Raul Paim & Filhos, Lda, com o intuito de, sob a alçada desta, serem desenvolvidas as actividades de comércio e reparação automóvel.

Ao longo dos anos, as necessidades e oportunidades do mercado e o empreendedorismo do grupo, levaram a que o mesmo diversificasse os seus negócios e introduzisse nos seus mercados de actuação novos produtos e serviços.

Em 2003 foi constituída a *holding* PAIM SGPS, que gere as participações sociais das 14 empresas que actualmente constituem o grupo.

O Grupo desenvolve a sua actividade nas seguintes áreas de negócio:

- **Automóvel:** Raul Paim & Filhos, SA (é a empresa a mais antiga, constituída em 1968, concessionária das marcas Nissan, Suzuki, Subaru e agente Saab, Porsche e Scania, para além de representar equipamentos industriais como os Manitou, Terex, Doosan, entre outros); Sotermáquinas, SA (concessionária das marcas Opel e Isuzu nas ilhas dos grupos Central e Ocidental); Raul Paim & Filhos II, Lda (concessionária das marcas Ford e Mazda, centro de colisão multi-marca, parceiro oficial Spies Hecker e, desde 2007, mediadora de seguros); Centrumaço, SA (concessionária Opel nas ilhas do grupo Oriental); P&P, Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis, Lda (empresa que possui e explora a rede de parques de viaturas semi-novas e usadas do grupo Paim, negócio desenvolvido com a marca “Redauto”).

- **Turismo:** Janela da Natureza, Lda (constituída em Junho de 2009 para exploração do projecto Graciosa Resort & Business Hotel, resulta de uma parceria entre o Grupo Paim e dois sócios locais, Carlos Canto Brum e Luis Vasco Gregório); GTSL – Gestão, Turismo, Serviços e Lazer, SA (constituída em 1999 para desenvolver o projecto Hotel do Caracol, o primeiro hotel de 4 estrelas na ilha Terceira, o primeiro da região a ser dotado de um wellness Center, ou seja, a apostar no turismo de saúde e bem estar e também o único, até à presente data, equipado com um centro e escola de mergulho - PADI 5 estrelas); até Junho de 2011 detinha metade da Asta-Atlântida, Sociedade de Turismo e Animação, SA (empresa concessionária do exclusivo de exploração do jogo nas ilhas Terceira e São Miguel, constituída em Março de 2003 para esse efeito e proprietária de dois projectos de hotelaria já em curso: Furnas SPA Hotel e Hotel Príncipe do Mónaco, ambos em São Miguel; esta empresa era detida em 50% pelo Grupo, sendo os restantes 50% do Grupo Machado, mas em Junho de 2011 o Grupo Paim vendeu a sua participação ao referido Grupo). De referir que na área do turismo o Grupo tem apostado na oferta integrada de actividades e de circuitos turísticos e produtos turísticos com valor acrescentado.

- **Construção:** P&P Construções (constituída no ano 2000, desenvolve a actividade de comércio de materiais de construção e prestação de serviços. É responsável pela manutenção de todas as instalações do grupo e central de compras de materiais); Vidros Terceira (também constituída em 2000, transforma e comercializa vidro; foi a primeira empresa da região a fabricar vidros duplos e actualmente é líder de mercado nos grupos Central e Ocidental).

- **Imobiliária:** P&P Construções (para além da actividade de comércio de materiais de construção e prestação de serviços, desenvolve operações imobiliárias de pequena e média dimensão; actualmente é responsável pela promoção dos empreendimentos “Edifício Monte Brasil” em Santa Luzia e “Varandas de São Bento” ambos em Angra do Heroísmo e por um edifício de habitação e comércio na Mãe de Deus, em Ponta Delgada); Multi-Continente (dedica-se às operações imobiliárias em Portugal Continental e no estrangeiro; tem em curso empreendimentos na baixa de Lisboa); Nova Angra (empresa constituída para desenvolver o projecto imobiliário Novangra).

- **Animação-Jogo:** Sala de Jogos do Clube de Golfe da ilha Terceira; Casino de Ponta Delgada (na marginal de Ponta Delgada, numa unidade hoteleira de referência, o Hotel Príncipe de Mónaco *****, localizar-se-á o Casino Azores, o primeiro e único da região).

- **Arquitectura e decoração de interiores:** Verde chá (com o intuito de diversificar o seu portfolio de negócios e de colmatar uma lacuna existente no mercado regional, o grupo desenvolveu o conceito “verde chá”, um espaço dedicado à arquitectura e decoração de interiores, que oferece produtos, conceitos e ambientes diversificados e originais).

- **Cereais:** Siloter (esta empresa tem como actividade principal a importação e comercialização de cereais - milho, trigo, cevada e corn glúten – na região).

Os projectos futuros do Grupo são os seguintes:

- **Pero de Teive** (espaço comercial, localizado na marginal de Ponta Delgada, que vem dotar a zona nascente da cidade de uma zona comercial e de lazer moderna, luminosa, ampla e adaptada e integrada nas necessidades e características do mercado).

- **Novangra** (projecto imobiliário, de dimensão e qualidade apreciáveis, que será constituído por habitações-apartamentos, áreas comerciais, de serviços, de equipamentos, de lazer - complexo de cinema, amplos espaços verdes, um aparthotel de três estrelas de 48 quartos, com alternativa de residência assistida, e 526 estacionamento cobertos).

- Angra Retail Park (em Angra do Heroísmo, num local com excelentes acessos, na antiga fábrica ELA/Pronicol, o Grupo desenvolverá o primeiro Retail Park da ilha Terceira).

- Estalagem da Serreta (a Estalagem da Serreta é uma das obras arquitectónicas mais emblemáticas da R.A.A. e é particularmente conhecida por ter sido o ponto de encontro entre Marcelo Caetano, George Pompidou e Richard Nixon aquando da cimeira Pompidou/ Nixon que se realizou na ilha Terceira em 1971; está prevista a reconversão da estalagem num luxuoso *resort* e *spa*).

Fonte: entrevista ao Grupo Paim; site do Grupo e imprensa.

CAIXA 4 - EDA - ELECTRICIDADE DOS AÇORES

A EDA - Electricidade dos Açores, criada em 1980, tem como objecto principal a produção, a aquisição, o transporte, a distribuição e a venda de energia eléctrica na R.A.A. A empresa é detida maioritariamente pela R.A.A., fazendo parte do seu capital social a ESA - Energias e Serviços dos Açores, SGPS e a EDP Participações.

O Grupo EDA, que emprega cerca de 700 trabalhadores, é constituído pelas seguintes empresas:

- Empresa de Electricidade e Gás – EEG (detém 99% do capital próprio) - empresa cujo objecto é a produção de energia eléctrica através da utilização de fontes renováveis, nomeadamente hídrica e eólica. A EEG tem um contrato de fornecimento de electricidade com a EDA segundo o qual a EDA compromete-se a adquirir toda a energia eléctrica que a EEG coloque à sua disposição, aos preços de aquisição fixados anualmente.

- Sociedade Geotérmica dos Açores – Sogeo (detém 99,31% do capital próprio) - empresa responsável pela produção de energia eléctrica através de infra-estruturas de captação e transformação do calor geotérmico, tendo atribuído o contrato de concessão de exploração de recursos geotérmicos na zona demarcada do município da Ribeira Grande por um período de 25 anos contados a partir de 1995. Tem um contrato de fornecimento de electricidade com a EDA segundo o qual a EDA compromete-se a adquirir toda a energia eléctrica que a Sogeo coloque à sua disposição, aos preços de aquisição fixados anualmente.

- Sociedade Geoeléctrica da Terceira – Geoterceira (detém 50,04% do capital próprio) – é responsável pelo projecto geotérmico da ilha da Terceira.

- Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção – Sagma (detém 90% do capital próprio) - tem o objectivo de prestar serviços na área de engenharia e tem vindo a alargar a sua actividade a novos e mais exigentes segmentos de mercado. As principais áreas de negócio da empresa são as seguintes: consultadoria, projecto, fornecimento, montagem, fiscalização, manutenção e operação de instalações eléctricas (BT/MT), telecomunicações, electromecânicas e mecânicas, AVAC, grupos geradores, UPS, equipamentos de energias renováveis; certificação energética de edifícios e auditorias energéticas; gestão e manutenção de unidades industriais e edifícios.

- Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional – Normaço (detém 50,13% do capital próprio) – desenvolve a sua actividade nas áreas de engenharia (projecto e fiscalização) e consultoria (gestão, estratégia, planeamento e controlo, recursos humanos, formação, marketing e comercial.

- Telecomunicações e Sistemas de Informação – Globaleda (detém 60% do capital próprio) – com actividades de comercialização de telemóveis e acessórios e de operação e manutenção de infra-estruturas de telecomunicação.

A EDA tem ainda participação nas seguintes empresas:

- Controlauto Açores - Controlo Técnico de Automóveis - empresa do Grupo Controlauto, cujo objecto é a actividade de inspecção de veículos automóveis, no âmbito da legislação relativa às inspecções periódicas obrigatórias para a R.A.A.

- Oniaçores – Infocomunicações - empresa do Grupo Oni, participada pela EDA com o objectivo de aproveitar os recursos existentes e o know-how desta empresa nas áreas de telecomunicações e sistemas de informação.

- Novabase Atlântico – Sistemas de informação - esta empresa resulta da cisão do negócio de consultoria informática da Globaleda e tem por objecto o exercício das actividades de consultadoria, desenvolvimento e operação de sistemas de informação.

Fonte: entrevista à empresa EDA; imprensa.

CAIXA 5 - FÁBRICA DE TABACO MICAELENSE

A Fábrica de Tabaco Micaelense foi fundada em 1866 pelos sócios José Bensaude, Clemente Joaquim da Costa, Abraão Bensaude e José Jácome Correia. A empresa produz, sob licença, cigarros, cigarrilhas e charutos de marcas nacionais e estrangeiras.

Com 145 anos de existência, a empresa olha cada vez mais para fora da R.A.A.: na R.A. da Madeira, expandiu a actividade e comprou o maior produtor e distribuidor da ilha; no Continente, onde tem já uma posição interessante na venda de charutos e cigarrilhas, a empresa prepara-se para um novo desafio - o lançamento de duas marcas de cigarros.

Em 2009, foi considerada a melhor empresa na R.A.A. e PME de Excelência pelo IAPMEI a nível nacional. Detém a empresa Tabacom localizada no Caniço (R.A. da Madeira).

Fonte: Fábrica de Tabaco Micaelense; imprensa.

CAIXA 6 - LOTAÇOR – SERVIÇOS DE LOTAS DOS AÇORES, S.A.

A Lotaçor, empresa pública que gere as lotas da R.A.A., tem a sua origem na criação, através do Diploma de 6 de Novembro de 1979, de um serviço de primeira venda de pescado - o Serviço Regional de Lotas e Vendagens. Mais tarde, em 1981, e por iniciativa da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, é criado o Serviço Açoriano de Lotas, E.P.- Lotaçor, através do Decreto Legislativo Regional Nº 10/81/A de 8 de Julho. Começam nesta data, a construção e adaptação de alguns edifícios dotando-os com as condições mínimas para a primeira venda, bem como a inclusão de balanças de ponteiro e caixas plásticas, até à data inexistentes na Região, em 52 lotas, ao mesmo tempo que se dotavam os pescadores e comerciantes de documentação própria correspondente às transacções de pescado.

Na década de 90, a Lotaçor, sempre na perspectiva de melhor apoiar o sector e promover a qualidade do pescado capturado, enceta uma série de construções de novos edifícios de Lota, com melhores condições de higiene e trabalho.

Em 1993, é informatizada a Lota de Ponta Delgada, ao que se seguiram Rabo de Peixe, São Mateus da Calheta, Praia da Vitória, e mais recentemente Santa Cruz da Horta, ficando assim as cinco maiores Lotas da R.A.A. dotadas de modernos sistemas de leilão informatizado. Além de permitirem um Leilão do Pescado mais moderno e eficaz, estes sistemas vão ao encontro das normas comunitárias em vigor, que exigem na venda do pescado, aspectos como a classificação e a tracibilidade das espécies comercializadas, bem como um controlo veterinário constante.

A Lotaçor tem desenvolvido vários projectos, entre os quais se destacam:

- A venda de peixe online – no âmbito deste projecto, contratualizou-se com uma empresa espanhola (Autec) o fornecimento de um sistema integrado de gestão de lotas que permite no futuro a abertura ao espaço Web e a consequente venda de peixe online. São várias as lotas da região já equipadas com este sistema.
- Rastreabilidade do pescado – por via da sua presença na Associação Europeia de Lotas, a Lotaçor foi convidada a integrar um grupo de trabalho de estudo da qualidade e origem dos produtos alimentares e de acompanhamento do produto alimentar peixe desde que sai da água até ao prato do consumidor final.
- Novos métodos de classificação do pescado – em colaboração com o Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, a Lotaçor tem vindo a apostar no desenvolvimento de equipamentos que permitam a standardização dos produtos alimentares e sua leitura, sem intervenção humana.

Fonte: Lotaçor; imprensa e entrevista

CAIXA 7 - COFACO AÇORES - INDÚSTRIA DE CONSERVAS

A Cofaco Açores - Indústria de Conservas teve as suas origens no Algarve, em Vila Real de Santo António, no final do século XIX. Uma consequência da crise económica dos anos 30 do século XX e da II Guerra Mundial foi o decisivo incremento da indústria conserveira, que conduziu a que o atum e a sardinha em lata passassem a ser importantes alimentos da dieta dos portugueses. Neste contexto, e no seguimento da fusão das empresas Centeno Cumbreira Rodrigues & Ca e Raul Folque e Filhos, em 1961, nasceu a Cofaco como sociedade por quotas. No ano seguinte, a empresa instalou-se na R.A.A., em busca de maior disponibilidade de matéria-prima, nomeadamente atum. A superior qualidade do atum açoriano constituiu o ponto de partida para a afirmação da Cofaco Açores, que solidamente foi construindo e desenvolvendo as suas marcas em vários mercados, nacionais e internacionais. De referir a importante aposta nos mercados internacionais, ocupando a empresa uma posição de destaque em Itália (o maior mercado europeu de conservas de peixe), França, Luxemburgo, Suíça, Angola, Moçambique, Austrália, Canadá, EUA, Brasil, México, Japão, Tailândia, Goa e Macau.

A empresa lidera o mercado português das conservas de peixe, com as marcas Bom Petisco, Tenório, Líder e Pitéu. Estas marcas da Cofaco representam mais de 54% do mercado nacional de conservas de peixe. Anualmente, a empresa coloca no mercado mais de 52 milhões de latas de atum, das quais cerca de 39 milhões são da marca Bom Petisco, representativas de 47% de quota de mercado de conservas de atum.

Na Cofaco são preservados os padrões de pesca tradicionais – o uso da cana – conseguindo resultados únicos em termos de qualidade.

A empresa faz também parte do Programa de Observação para as Pescas dos Açores (POPA) que tem como objectivos monitorizar a maior parte da frota atuneira e promover a recolha e tratamento de dados para a gestão sustentada dos recursos marinhos da R.A.A.

Por participar na recolha de informação e aceitar a presença de observadores a bordo durante a campanha de pesca, a Cofaco Açores foi distinguida pelo *Earth Island Institute* com o estatuto *Dolphin Safe*⁹. A marca de atum Bom Petisco foi também distinguida como Marca de Excelência pela organização internacional *SuperBrands*, que atribui o estatuto de super-marca a marcas e empresas presentes em Portugal.

Após o encerramento da unidade fabril da Horta, em 2010, a empresa passou a concentrar a sua actividade industrial em duas unidades - Rabo de Peixe e Madalena do Pico. De referir que, em 2003, a empresa havia encerrado as unidades fabris Cofaco Continente e Cofaco Madeira

Fonte: Cofaco; imprensa e entrevista

⁹ O rótulo *Dolphin Safe*, atribuído pelo *Earth Island Institute*, significa que todas as espécies de atum são capturadas sem consequências para os golfinhos. A monitorização das pescarias, essencial para a atribuição do rótulo, é realizada desde 1998 pelo POPA. Outra certificação, o rótulo *Friends of the Sea*, atesta a sustentabilidade das pescarias, assegurando que o pescado é capturado de forma responsável, em zonas onde não existe sobre-exploração de stocks, e sem danos para o meio ambiente - foi atribuído em 2001 à pescaria de atum com arte de salto e vara, tendo por base a informação recolhida no âmbito do POPA; em 2006, foi atribuído à Pescaria Demersal e de Profundidade dos Açores.

CAIXA 8 – SANTA CATARINA – INDÚSTRIA CONSERVEIRA

A empresa Santa Catarina, herdeira de uma antiga tradição conserveira de São Jorge, que remonta à primeira metade do século XX, produz filete de atum em azeite, posta de atum em óleo e ao natural (água e sal), pedacinhos de atum em óleo e sangacho de atum em óleo.

A pesca do atum é feita por três embarcações da conserveira, nas quais cerca de seis dezenas de pescadores efectuem a captura da espécie através do sistema de “salto e vara” (pesca à linha), o que garante que não há depredação das espécies, em particular da espécie de atum “bonito”, o mais capturado. Este tipo de captura é efectuado por membros da tripulação mais experientes que, com a ajuda de binóculos, procuram indícios da possível presença de atum (por exemplo, aves marinhas alimentando-se); após a identificação do cardume, o barco aproxima-se e desliga o motor ligando o chuveiro de água que simula o movimento em fuga de pequenos peixes pelágicos na superfície da água do mar. Os pescadores atraem o cardume ao lançarem isco vivo para o mar e procedem à captura do atum de forma extremamente selectiva.

A técnica mais utilizada na pesca do atum é o cerco dos cardumes com redes, acabando sempre por capturar ou ferir outras espécies marinhas (na sua maior parte golfinhos), pelo que a Greenpeace, ao considerar que o método de pesca com vara e linha não agride o meio ambiente e é altamente sustentável, distinguiu a empresa pelo atum comercializado: classificou o atum da marca Santa Catarina como o “mais sustentável do mundo”.

Em 2008, e após um período de crise que resultou no encerramento da fábrica durante seis meses, o Governo Regional adquiriu, por via da sociedade anónima de capitais públicos Lotaçor, a totalidade do seu capital social. Após esta aquisição, a quantidade de peixe trabalhado aumentou de cerca de 500 toneladas para cerca de 1.300 toneladas, em 2010. A empresa conta com cerca de 130 trabalhadores (na sua maioria mulheres) e tem como principal mercado a Itália, apesar da importância crescente dos mercados de Inglaterra, Canadá e Angola. A quase totalidade do filete de atum produzido, produto mais nobre da indústria conserveira, é exportada para Itália (o mercado regional e nacional apenas absorve cerca de 5% da produção). Em 2010, o volume de vendas da empresa atingiu os 4 milhões de euros.

A empresa está a apostar em novos produtos para conquistar mercado - a marca tem nova imagem e aposta em produtos *gourmet*, numa gama de especialidades inovadora e sofisticada que combina o melhor filete de atum com o aroma de ervas e do melhor azeite nacional. Estes produtos são comercializados apenas em estabelecimentos de especialidade (lojas *gourmet* e mercearias finas especializadas em produtos regionais). A conserveira está a estudar o lançamento de conservas de outros peixes, como chicharrinho cavala, lula e veja. Toda a estratégia de desenvolvimento da empresa se centra no objectivo de reduzir a quantidade de produção de posta de atum (produzida automaticamente a partir da produção do filete de atum, que é feita manualmente) e de concentração em novos produtos e em novas formas de comercialização. Está em cima da mesa um projecto de desenvolvimento, em parceria com um grupo italiano, de uma nova fábrica, especializada na produção de produtos *gourmet* (a actual fábrica especializar-se-ia na produção de filete de excelência para o mercado italiano).

De referir que a Santa Catarina é parceira do referido POPA, gerido pelo Centro do IMAR da Universidade dos Açores, desde 1998. Nos últimos anos tem desenvolvido uma relação cada vez mais estreita com o Programa, ostentando nos seus produtos as certificações de sustentabilidade que o mesmo garante todos os anos para a frota atuneira da região (*Dolphin Safe e Friend of the Sea*).

Fonte: entrevista à empresa Santa Catarina; imprensa

CAIXA 9 – UNILEITE - UNIÃO DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS DE LATICÍNIOS E DE PRODUTORES DE LEITE DA ILHA DE SÃO MIGUEL

A Unileite foi constituída em 1954, em resposta à crise que então a Lavoura Micaelense atravessava, em virtude do elevado preço do leite. O objectivo da sua criação foi o de criar uma estrutura transformadora do produto das suas explorações (leite) que garantisse uma menor dependência das empresas não pertencentes aos produtores. Nascida em época de crise da Lavoura Micaelense, a empresa de união de cooperativas Unileite nasceu desde logo descapitalizada, situação que sempre condicionou a sua actividade ao longo de muitos e conturbados anos e que veio a culminar com a sua quase falência em Novembro de 1991. A empresa foi salva pela equipa directiva que então tomou posse e que, merecendo apoio dos seus produtores, lhe veio a conferir a dinâmica que hoje atravessa.

Com sede nos Arrifes, em São Miguel, a Unileite tem vindo a crescer nos últimos anos, atingindo níveis de produção no limite da sua capacidade. Entre 2003 e 2009 a unidade fabril passou de uma recepção de 90 para 140 milhões de litros de leite, um crescimento de 50 milhões de litros de leite. Destes 140 milhões de litros de leite, apenas labora 50%. Os outros 70 milhões de litros de leite são entregues à fábrica da Prolacto, uma filial do grupo Nestlé que os transforma em leite em pó e que devolve as natas à União de Cooperativas.

A principal marca da Unileite é a NovaAçores e, além do leite UHT, a empresa produz manteiga, os queijos Famoso, flamengos fatiados e sumos (este último produto apenas para o mercado local).

Actualmente, a Unileite agrega 10 cooperativas, dispõe de 15 postos de recolha de leite e de vários auto-tanques que recolhem o leite e o transportam para a fábrica. Em Dezembro de 2010, a empresa contava com 225 colaboradores e 658 produtores de leite associados. Em 2010, o volume de leite recolhido ultrapassou os 138.5 milhões de litros (no ano 2000 foi cerca de 88.9 milhões de litros), foram produzidos 40 milhões de litros de leite UHT (12 milhões de litros, no ano 2000), 2.6 mil toneladas de queijo e 1.4 mil toneladas de manteiga. O volume de negócios da empresa foi de cerca de 53.6 mil milhares de euros (no ano 2000 não ultrapassou os 30.2 mil milhares de euros).

A empresa desenvolveu um projecto de ampliação e modernização da fábrica, dada a necessidade de responder à saturação da capacidade instalada e a novas formas de embalamento e comercialização – o investimento total foi de 29.7 milhões de euros (24.9 milhões de euros para a fábrica e 4.8 milhões de euros para o processo de recolha de leite). Este projecto permitiu aumentar a capacidade fabril ao nível da recepção e tratamento do leite, do armazenamento do leite e das natas, da transformação do produto e da armazenagem do produto acabado. No que respeita à modernização do processo de recolha do leite, permitiu a refrigeração do leite em todos os postos de recolha, a melhoria da frota de recolha e a montagem de aparelhos de recolha aleatória de leite. Ao nível da produção de leite UHT foi instalado um novo ultra-pasteurizador e conseguiu-se uma armazenagem de 4.5 milhões de litros, em armazém automático, e de 1 milhão de litros, em armazém tradicional.

De referir que com o investimento efectuado foi possível duplicar a capacidade de armazenamento, seja de leite UHT (um total de 100 milhões de litros), de queijos (50 milhões de litros), ou manteigas (1550 toneladas). Uma referência ainda para o facto de este projecto de ampliação e modernização da fábrica pretender concentrar a secagem de soro, já que a Unileite não dispõe de unidade de secagem e vende todo o soro resultante da produção de leite (o soro é muito procurado por outras indústrias, em especial pela indústria farmacêutica – todo o soro seco é vendido para o estrangeiro).

A maior parte da produção da Unileite é consumida nos mercados de Portugal continental e de Espanha (de referir que, em 2010, cerca de 17% do leite UHT foi para o mercado espanhol). Destaque para a exportação de queijos para os EUA e Canadá e a presença de nichos de mercado na Holanda e Alemanha. Todavia, a aposta da empresa será sempre o mercado espanhol, com marca própria.

A empresa dispõe de um Gabinete de Inovação e Desenvolvimento de Novos Produtos, que já desenvolveu novas gamas de leites funcionais (sem lactose, com fibras, com cálcio), em formatos de 1 L e 200 ml; nova imagem do leite com chocolate e em embalagem tripack; renovação da imagem dos queijos (flamengos fatiados e bola inteiro com peso fixo de 400 e 800 gramas); nova gama de manteiga embalada em cuvetes de 250 gramas). Em parceria com a Universidade dos Açores, a empresa está a potenciar a qualidade do leite, através da valorização da substância “cla” (o leite produzido na R.A.A. tem uma percentagem muito elevada desta substância, só comparável na Irlanda), e a trabalhar no aproveitamento do desperdício soro para a produção de álcool (existem já resultados muito positivos em laboratório mas o investimento na produção é muito elevado).

Fonte: entrevista à empresa Unileite; imprensa.

CAIXA 10 – INSULAC – PRODUTOS LÁCTEOS AÇORIANOS

Fundada em 1992 por um grupo de investidores com tradição no sector de lacticínios em Portugal, a Insulac iniciou a sua actividade em Abril de 1995, numa nova fábrica localizada nos arredores da cidade da Ribeira Grande, em São Miguel. É uma empresa da indústria transformadora de leite, que produz, através de uma moderna torre de secagem, dois produtos industriais - leite em pó e lactosoro (um subproduto da indústria do queijo) – e dois produtos de consumo final - queijos para venda a retalho (flamengo, da ilha, curado) e manteiga. A empresa recebe anualmente mais de 60 milhões de litros de leite dos produtores e produz cerca de 5 mil toneladas de queijo, mil toneladas de leite em pó e 2 mil toneladas de lactosoro em pó.

Cerca de 3% das vendas destina-se ao mercado da R.A. A.. No âmbito dos produtos industriais, 80% da produção é para exportação (Marrocos, Grécia, Espanha, Holanda, França e, embora ainda em negociações, Mali). Por seu turno, ao nível dos produtos de consumo, cerca de 20% da produção é exportada (sobretudo para Angola e Canadá).

Com uma distribuição que cobre todo o território nacional (Continente, R.A. Madeira e R.A. A.), a empresa possui entreposto de venda em Camarate, onde concentra a gestão da rede de distribuição no Continente.

Em 2010 a empresa atingiu um volume de negócios de 33 milhões de euros, com cerca de 180 trabalhadores.

A marca própria (Valformoso) representa uma pequena parte das vendas da empresa em Portugal – a maioria das vendas é feita através de marcas de distribuição Jerónimo Martins, Sonae, Lidl, Dia.

Fonte: entrevista à empresa Insulac; imprensa.

CAIXA 11 – CALF – COOPERATIVA AGRÍCOLA DE LACTICÍNIOS DO FAIAL

Com sede na freguesia dos Cedros, na ilha do Faial, a CALF surgiu na sequência da falência da antiga Fábrica de Lacticínios Faial, em 1940, datando de Outubro de 1943 o alvará ministerial que aprovou os seus estatutos. Inicialmente circunscrita à transformação do leite produzido na freguesia dos Cedros e algumas freguesias limítrofes, cresceu e estendeu-se a outras localidades rurais da ilha do Faial.

Em 1960 foi inaugurada uma nova unidade produtiva, que possuía dos mais modernos equipamentos de transformação e processamento de leite do país. Mais tarde, em 2004, foram inauguradas novas instalações fabris, dotadas da mais avançada tecnologia e que colocaram a CALF na vanguarda tecnológica a nível de processamento de lacticínios.

A cooperativa processa cerca de 13.8 milhões de litros de leite e produz cerca de 1.450 toneladas de queijo e manteiga. Com capacidade para receber 50 mil litros de leite por dia, a média diária de entrada de leite na fábrica é de 35 mil litros.

É uma das três associadas da LactAçores, uma união de cooperativas com particular ênfase na componente da comercialização de produtos lácteos, que integra também a Uniqueijo (São Jorge) e a Unileite (São Miguel). Ao integrar a LactAçores, a CALF ganhou uma maior capacidade e notoriedade ao nível da comercialização dos seus produtos.

Os principais produtos da CALF são os queijos (marcas Ilha Azul e Capelinhos e, mais recentemente, os queijos Moledo e Canal) e a manteiga (marca Ilha Azul). Com cerca de 70 colaboradores, em 2010, a cooperativa atingiu um volume de negócios de cerca de 8 milhões de euros, 65% dos quais derivados dos lacticínios e o restante da actividade comercial (a CALF comercializa complementos para o sector primário como adubos, rações, etc).

O principal mercado é o Continente, seguindo-se o Canadá, os EUA e alguns nichos de mercado na Europa. Têm ganho importância os mercados de Cabo Verde e Angola. A cooperativa considera que existe um potencial por explorar em relação ao mercado da “saúde”, particularmente no âmbito da CPLP.

Detém uma plataforma comercial dos seus produtos no Continente, em Vila Franca de Xira, através da qual aborda o mercado do Continente e os mercados externos.

Entre as acções com carácter estratégico que a cooperativa pretende desenvolver nos próximos 5 anos para reforçar a sua dinâmica de inovação e competitividade destacam-se o investimento em novos mercados e o reforço do marketing e comunicação. Considera ainda muito importantes o apoio a investimentos na propriedade intelectual, além dos incentivos à formação, os apoios ao financiamento das empresas, os incentivos à internacionalização e à I&D.

Fonte: entrevista à CALF; imprensa.

CAIXA 12 - UNICOL - UNIÃO DE COOPERATIVAS DE LACTICÍNIOS DA ILHA TERCEIRA

A Unicol é uma união de 23 cooperativas, sendo 22 associadas da ilha Terceira e uma da ilha Graciosa. Tem sede na Vinha Brava, em Angra do Heroísmo, e instalações espalhadas pelos três municípios que são a sua área geográfica de influência directa: Angra do Heroísmo, Praia da Vitória e Santa Cruz da Graciosa.

Desenvolve um leque de actividades variadas, nomeadamente na recolha de leite, na comercialização de produtos lácteos, no fabrico de rações, na comercialização de gado para abate, no serviço de assistência veterinária e no serviço de inseminação artificial.

Além de deter participações no capital social da Pronicol (49%), que opera na área da transformação do leite, detém, igualmente, participações na UNISAP (50%), que procede à desmancha e embalamento de carne de bovinos, empregando 155 trabalhadores e as suas participadas 225 pessoas. Se se adicionar os cerca de 800 produtores de leite, atinge-se um volume de 1330 empregos directos, o que faz da Unicol uma das empresas de maior impacto social não só na ilha Terceira, mas em toda a R.A.A.

Na óptica da Unicol, o leite é um sector maduro, pertencente ao sector das *commodities*. A quase totalidade do leite da ilha Terceira é entregue à Unicol que, por sua vez, entrega o leite à Pronicol que o transforma e coloca no mercado através de empresas exteriores (do Grupo Lactogal), com a marca Açores.

Adicionalmente, a Unicol possui a maior fábrica de rações da ilha Terceira. Por outro lado, presta os seguintes serviços: assistência veterinária (com mais de 50 anos de actividade, é o mais antigo serviço prestado pela Unicol aos produtores, contando com quatro médicos veterinários); inseminação artificial (com início nos anos 1990, este é um dos serviços prestados pela Unicol com mais expressão junto dos produtores - em conjunto com a assistência veterinária foi uma das áreas de intervenção que mais beneficiou com a implementação pela Unicol de um projecto de mobilidade, o qual permite a recolha do evento clínico em tempo real, possibilitando a consulta automática do relato histórico que o antecede e ainda concluir no terreno toda a actividade administrativa inerente às assistências).

Em 2010, a Unicol teve uma facturação de cerca de 60 milhões de euros. Os mais importantes factores de competitividade desta união de cooperativas são o preço/qualidade e a inovação/marketing.

Fonte: UNICOL; imprensa

CAIXA 13 – FINANÇOR AGRO-ALIMENTAR S.A

A Finança foi fundada em 1954 por um grupo de industriais de São Miguel, liderados pelo Visconde de Botelho, absorvendo então a totalidade do património da Sociedade de Moagem Micaelense, que tinha uma moagem de trigo, uma fábrica de massas alimentícias e uma fábrica de bolachas.

Procedeu então a nova empresa a grandes remodelações fabris, aumentando a capacidade de laboração e criando uma nova unidade fabril para a produção de alimentos compostos para animais.

Já no final dos anos 90 do século XX, a Finança adquiriu à EPAC todas as suas instalações silares junto às suas unidades de produção, que se têm vindo a revelar de um valor estratégico fundamental para o regular abastecimento de cereais a preços competitivos. Também o sector de fabrico de bolachas foi dotado com uma unidade industrial completamente nova no ano de 1999. Nos últimos anos, como forma de diversificação da sua actividade, a Finança participou numa empresa de investimentos turísticos, a Investaor, SGPS, empresa sua associada (detentora do Faial Resort Hotel, do Angra Garden Hotel, do Pico Hotel e do Royal Garden Hotel).

No domínio da agro-indústria, a empresa produz: bolachas, massas alimentícias, farinhas, alimentos compostos para animais, cereais. Por ordem decrescente de importância, os seus principais produtos são os alimentos para animais, as carnes e as farinhas.

No presente, a Finança SGPS integra a Finança Agro-Alimentar; a Granpon - Granja Avícola de Ponta Delgada; a Avigex - Sociedade de Empreendimentos Avícolas e de Frio; a Parpran, Sociedade Imobiliária; e a Investaor, SGPS (25%). Por seu turno, a Finança Agro-Alimentar integra a Novifor - Novilhos dos Açores; a Altiprado - Empresa Agro-Pecuária da Achada das Furnas; e a Moaor, Sociedades Reunidas de Moinhos Açores.

Com cerca de 450 colaboradores, a Finança atingiu em 2010 um volume de negócios de 51 milhões de euros (em 2009 foi de 50 milhões de euros). Os seus principais mercados são, por ordem decrescente de importância, a R.A.A, o Continente e a R.A. da Madeira e os EUA e Canadá. Um dos objectivos para o futuro é a penetração nos mercados lusófonos, designadamente Cabo Verde e Moçambique.

Entre as acções com carácter estratégico que a empresa pretende desenvolver nos próximos 5 anos para reforçar a sua dinâmica de inovação e competitividade destacam-se o desenvolvimento de novos produtos ou serviços, o desenvolvimento das capacidades de gestão, o investimento em marcas próprias, o reforço do marketing e da comunicação, o desenvolvimento de parcerias/cooperação empresarial e a estratégia de diferenciação.

Fonte: entrevista à empresa Finança; imprensa

CAIXA 14 – PROFRUTOS – COOPERATIVA DE PRODUTORES DE FRUTAS, PRODUTOS HORTÍCOLAS E FLORÍCOLAS DE SÃO MIGUEL

Constituída em 1972, a Profrutos surgiu da necessidade de criar um organismo que estivesse mais próximo dos produtores e tem como principal actividade a comercialização do Ananás dos Açores (com uma quota de mercado de cerca de 70%). Para além da produção própria de ananás e produção de plantas que fornece aos seus associados (cerca de 200 associados activos), a Profrutos comercializa outros frutos, nomeadamente a banana, comercializa materiais de reparação de estufas e presta assistência técnica aos associados. É o agrupamento gestor da DOP Ananás dos Açores/São Miguel.

Em 2008, a Profrutos apresentou a nova marca de Ananás dos Açores – King -, integrada num conjunto de acções de comunicação e *marketing* de valorização do produto, na área da embalagem, do *site* de divulgação e de outros instrumentos promocionais (como uma loja no aeroporto de Ponta Delgada).

Em 2010, e com cerca de 50 colaboradores, o volume de negócios da Profrutos foi de cerca de 2 milhões de euros (1.9 milhões de euros em 2009). O principal mercado é o Continente, seguindo-se o mercado comunitário. Um dos objectivos futuros da cooperativa é o desenvolvimento de acções para melhorar a comunicação e o *marketing*, bem como incrementar a participação em feiras e outros certames que permitam dar visibilidade aos seus produtos.

Entre as acções com carácter estratégico que a cooperativa pretende desenvolver nos próximos cinco anos para reforçar a sua dinâmica de inovação e competitividade destacam-se as estratégias de diferenciação, o desenvolvimento das capacidades de gestão, a inovação tecnológica, o investimento em novos mercados, o desenvolvimento de marcas próprias e o investimento na gestão estratégica da informação. A cooperativa está também empenhada em investimentos que lhe permitam melhorar a logística.

Em parceria com o INOVA, está a desenvolver o projecto Ananás, cujo compromisso da Profrutos é o seguinte: know-how e recursos técnicos e humanos adequados à produção de ananás, com o acompanhamento contínuo de todas as etapas do crescimento do ananaseiro nas estufas; afectação de 4 estufas tradicionais abrangendo uma área de aproximadamente 1600 m², dotadas de sistemas de rega por micro-aspersão e gota-a-gota, com área circunscrita de vedação e protegida por um sistema de segurança. É ainda de relevar o projecto de compostagem e vermi-compostagem, tendo sido concluída a fase experimental em São Roque e sido obtidos resultados animadores para o reforço das camas de estufas de ananás e de outras culturas.

Em colaboração com a Universidade dos Açores, a Profrutos está a desenvolver estudos para reduzir o ciclo de produção, nomeadamente através da introdução de fumos.

Está também em curso um projecto de produção e embalamento de legumes lavados e prontos a consumir.

Fonte: entrevista à Profrutos; imprensa.

CAIXA 15 – FRUTER - ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE FRUTAS, DE PRODUTOS HORTÍCOLAS E FLORÍCOLAS DA ILHA TERCEIRA

A Fruter surgiu em Abril de 1990 a partir de um pequeno núcleo já existente - a Associação de Produtores de Banana da Ilha Terceira, fundada em 1987 -, com o objectivo de abranger outras áreas de produção agrícola.

Actualmente com sede em Santa Luzia, em Angra do Heroísmo, possui 109 associados que desenvolvem actividade nas mais diversas áreas agrícolas, como sejam a apicultura, a horticultura e fruticultura (incluindo a banana) e a floricultura.

Como membro da Federação Agrícola dos Açores tem defendido estes sectores de produção junto da sociedade política e civil com o objectivo de incentivar e dinamizar estas áreas produtivas. Por outro lado, visando essencialmente a promoção e divulgação de todos os produtos produzidos pelos seus associados, participa em diversas feiras, não só de âmbito regional, mas também nacional e internacional; participa activamente em Concursos Horto-Frutícolas e Concurso de Mel, através dos quais os seus associados têm confirmado a qualidade dos seus produtos; e promove várias acções de formação em todas as áreas de intervenção, através de Organização de Jornadas Técnicas, Dias de Campo, Cursos de Formação, entre outros.

De modo a proporcionar melhores condições de produção, desenvolve juntamente com a Universidade dos Açores (em particular com o Centro de Biotecnologia) e com a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas (Serviço de Desenvolvimento Agrário da Ilha Terceira) diversos trabalhos de investigação. Na fruticultura, desenvolve vários trabalhos em parceria, de modo a melhorar as condições produtivas e a permitir um melhor ajuste destas espécies às condições climáticas da região, como é o caso da macieira.

A Fruter participa no projecto Germobanco Agrícola da Macaronésia, financiado pela iniciativa comunitária INTERREG e que tem como objectivo a preservação e valorização dos recursos agrícola da Macaronésia e a recuperação de variedades tradicionais para uso agrícola e para a promoção de produtos regionais. Além da Fruter e da Universidade dos Açores fazem parte deste projecto entidades das Canárias (Asaga - Asociación de Agricultores y Ganaderos de Canarias, Universidade de La Laguna) e da Madeira (Associação de Agricultores da Madeira e Universidade da Madeira).

A Fruter está a desenvolver um projecto para classificar a banana "pequena-anã" como produto IGP.

Fonte: entrevista à Fruter; site da Fruter; imprensa

CAIXA 16 – SINAGA – SOCIEDADE DE INDÚSTRIAS AGRÍCOLAS AÇOREANAS

A empresa Sinaga tem como actividade principal a produção, refinação e comercialização de açúcar, essencialmente a partir da transformação da beterraba produzida na R.A.A., mas também através da refinação de ramas de beterraba importadas ao abrigo do programa POSEI (Sub-Programa para a R.A.A. do Programa Global de Portugal, de medidas específicas no domínio agrícola a favor das regiões ultraperiféricas da UE).

Dedica-se também à comercialização de melaço, subproduto obtido da refinação da beterraba sacarina, bem como à comercialização de álcool etílico produto, que adquire por grosso, para posterior embalamento e comercialização (a comercialização de melaço e de álcool etílico representaram, respectivamente, cerca de 2% e 5% do volume de negócios global da empresa, em 2009).

A empresa teve a sua origem na União das Fábricas Açorianas de Álcool (UFAA), criada em 1902 e que instalou em São Miguel uma fábrica de laboração beterraba açucareira, com vista à produção de açúcar (a Fábrica de Açúcar de Santa Clara). Em 1969 a Sinaga adquiriu à UFAA esta fábrica (além da Fábrica da Lagoa, de destilação de álcool) e decidiu fazer uma remodelação profunda na unidade, processo acompanhado pela *British Sugar Corporation* (na altura a maior produtora de açúcar de beterraba do mundo).

Actualmente a empresa possui uma quota de produção de açúcar de beterraba de 10 mil toneladas (limite imposto pela UE), para o que necessita de 100 mil toneladas de matéria-prima.

Única no país até Julho de 1997 (ano em que começou a laborar uma fábrica em Coruche), a fábrica de açúcar da Sinaga está preparada para um trabalho contínuo de 120 dias. A sementeira é feita com base na contratualização com os agricultores. Em 2010 foram cultivados 150 ha de beterraba e a média de produção foi de 26 toneladas por ha. A administração da empresa está a seguir um plano que visa, até 2015, atingir cerca de 850 hectares cultivados, pelo que está a analisar de forma exaustiva as características dos terrenos da ilha São Miguel.

A Sinaga dispõe de Serviços Agrícolas que comandam uma equipa de trabalhadores com muita experiência na cultura da beterraba sacarina e que disponibilizam equipamentos próprios para a preparação de terras, máquinas para as sementeiras, máquinas para efectuar tratamentos fito sanitários e de aplicação de herbicidas, além de máquinas colhedoras de beterraba, adaptadas à morfologia e à dimensão dos terrenos.

Em 2010 o Governo Regional adquiriu 51% do capital da Sinaga.

Fonte: entrevista à empresa Sinaga; imprensa

A AçorCarnes é uma empresa de desmancha e de embalamento de carne em vácuo, localizada na ilha Terceira e que integra o grupo Barcelos. Desenvolve actividade de desossa e embalamento de carne a vácuo na sala de desmancha do Matadouro do Pico e na sala de desmancha em Angra do Heroísmo, em instalações próprias.

O início deste tipo de actividade remonta a 1977, quando o sócio-fundador do Grupo Barcelos adquiriu uma exploração pecuária e teve a preocupação de fazer melhoramento genético (fez a importação de animais de grande valor morfológico, inseminação artificial em toda a manada, a renovação de pastagens e, mais tarde, a transferência embrionária). Como também exportava animais vivos e carne em carcaça, em 1997 nasceu a AçorCarnes com o intuito de desmancha e de embalamento de carne em vácuo. A empresa começou por fornecer empresas por grosso, grandes superfícies e o mercado de Angola e de Cabo Verde.

Foi pioneira no comércio e promoção da Carne dos Açores - Indicação Geográfica Protegida (IGP), garantindo a diferenciação e notoriedade deste produto de excelência no comércio tradicional de qualidade, no canal HORECA e em lojas seleccionadas da grande distribuição, sendo actualmente a única empresa a comercializar e promover a carne certificada da R.A.A. no mercado continental. Desenvolve actividade de desossa e embalamento de carne a vácuo na sala de desmancha do Matadouro do Pico e na sala de desmancha em Angra do Heroísmo, em instalações próprias.

A partir de 2011, numa nova fábrica, a empresa lançou-se na produção e comercialização de leite fresco, com base num sistema que multiplica o tempo de duração para consumo deste produto, através de um equipamento de microfiltração do leite (que retira os micro-organismos do leite). Esta fábrica investiu também num equipamento para embalagem que permite, em elevadas condições de higiene, fazer seguir os produtos em pacotes de um litro e de 250 ml. Além do leite, são produzidos requeijão, iogurtes e gelados.

De referir que o Grupo Barcelos detém a marca “Quinta dos Açores”, associada a uma unidade de lacticínios do Grupo localizada nos arredores de Angra do Heroísmo (Quinta dos Açores - Comércio e Industrialização de Produtos Lácteos) e que produz diversos produtos lácteos como forma de obter uma maior rentabilização da sua exploração agrícola. A “Casa da Mina”, no lugar das Achadas, está a ser recuperada para o projecto Quinta dos Açores, na vertente turística, que será complementada com um centro de interpretação da agricultura açoriana.

Actualmente o Grupo Barcelos está a concluir um investimento em duas unidades industriais em Angra do Heroísmo, num investimento superior a 8 milhões de euros. O projecto visa a integração de várias vertentes, nomeadamente agro-industrial, comercial, turística e pedagógica, alargando o seu portfólio de negócios. Entre os principais produtos que o Grupo quer introduzir no mercado estão o iogurte líquido com probióticos e abióticos; leite em natureza (do dia) com garantia de validade e sem qualquer transformação; gelados, somente com leite e frutos naturais da região, com recurso a tecnologia italiana; queijo fresco e curado, e requeijão.

Em 2010 a Açorcarnes teve um volume de negócios de cerca de 10 milhões de euros. Os seus mercados principais são o Continente e Espanha. No fornecimento de carnes a empresa está presente em quase todas as grandes superfícies do país e exporta para diversos mercados externos, nomeadamente Espanha e PALOPs.

O Grupo, directa e indirectamente, envolve cerca de 100 colaboradores (cerca de 25 na AçorCarnes).

Os principais factores de competitividade são o desenvolvimento de novos produtos e da capacidade de gestão, além da I&D, do lançamento de marcas próprias e da gestão estratégica da informação. No que respeita aos sistemas de incentivos, o Grupo valoriza os incentivos à formação e ao acesso aos mercados/internacionalização.

Em 2009 a AçorCarnes foi premiada pela Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo com o prémio “Empresa Empreendedora”.

Fonte: entrevista ao Grupo Barcelos; imprensa.

CAIXA 18 – FÁBRICA DE LICORES EDUARDO FERREIRA & FILHOS, LDA

A Fábrica de Licores de Eduardo Ferreira & Filhos é uma empresa familiar da ilha São Miguel (Ribeira Grande) que se dedica, desde 1996, ao fabrico de licores, através da reconhecida marca Mulher de Capote. Produz e comercializa o famoso Licor de Maracujá, considerado um dos "ex-libris" da R.A.A., os licores de ananás, amora, banana, bem como o brandy de maracujá e o vinho abafado. Mais recentemente, lançou três novos produtos: o licor de natas (creme whisky) Queen of the Island, a aguardente Velhíssima e o Cappuccino.

A empresa comercializa os seus produtos em garrafas de vidro e porcelana. As garrafas figurativas fazem alusão a monumentos, figuras e festividades da região.

Além da marca Mulher de Capote, produz e comercializa produtos com a marca "Ezequiel", fruto da aquisição da empresa Ezequiel Moreira da Silva & Filhos em 2001. Os produtos com a marca "Ezequiel" são o licor de maracujá, os licores de ananás, amora e lima.

Detém ainda as marcas Homem do Capote, Emigrante, Torre da Matriz e Milhafre e os seus produtos encontram-se patenteados. Os seus principais produtos, por ordem decrescente de importância são o licor de maracujá, o licor de anis e o licor de natas. De referir que o licor de maracujá já recebeu 6 medalhas de ouro a nível internacional.

Os principais mercados externos da empresa são a França e a Espanha, seguindo-se os mercados dos EUA, do Canadá, da África do Sul e das Bermudas. Foi em 1998 que se realizou a primeira exportação para os EUA e, no ano seguinte, para o Canadá. Em 2005 assistiu-se à entrada no mercado da África do Sul.

Para entrar no mercado da R.A. da Madeira, foi estabelecida uma parceria com uma empresa local.

A selecção de bons distribuidores é a estratégia mais utilizada pela empresa para penetrar nos mercados externos. Por exemplo, o licor de anis é vendido nos mercados francês e espanhol pela cadeia de distribuição LIDL.

No caso do Canadá, esta penetração foi conseguida através do Governo, dada a legislação em vigor. Outros mecanismos utilizados pela empresa são a presença em feiras e outros eventos como a degustação em pontos de venda. O reforço do marketing e da comunicação também são muito importantes, além da aposta em garrafas atractivas. Vai se feita uma grande aposta na entrada do licor de natas nos mercados europeus.

De referir que nos mercados externos o principal mercado é o da "saudade", composto por emigrantes açorianos.

A empresa está a desenvolver um projecto europeu que permite vender as bebidas que produz com redução do imposto sobre o álcool, o que lhe facilitará a entrada nas grandes superfícies (menos 60 cêntimos por garrafa). Além disso, desenvolve projectos em parceria com a Universidade dos Açores, como é exemplo o projecto de cultivo de ginja na ilha do Pico (as análises dos produtos são desenvolvidas pelo INOVA).

Em 2010 a empresa contava com 22 colaboradores e atingiu um volume de negócios de cerca de 2 milhões de euros. A empresa é detentora da loja Espaço Açores, na Rua São Julião, em Lisboa, e tenciona abrir espaços comerciais similares no Porto e no Algarve.

Entre as acções com carácter estratégico que a empresa pretende desenvolver nos próximos 5 anos para reforçar a sua dinâmica de inovação e competitividade destacam-se o investimento em marcas próprias, o desenvolvimento de novos produtos ou serviços, o investimento em novos mercados, o reforço do marketing e comunicação da empresa e a gestão estratégica da informação.

Fonte: entrevista à empresa Fábrica de Licores de Eduardo Ferreira & Filhos; imprensa

CAIXA 19 – INDÚSTRIA DE PANIFICAÇÃO – HUMBERTO GOULART/BICO DOCE

Fundada em 1992, esta empresa desenvolve a sua actividade na indústria de panificação e tem sede na freguesia de Castelo Branco, na ilha do Faial. A empresa produz um surtido de pastelaria para colocação nos cinco estabelecimentos (pastelarias Bico Doce) que compõem a rede retalhista da firma, bem como grande variedade de pão para distribuição na ilha.

Fonte: entrevista à empresa Humberto Goulart/Bico Doce; imprensa

CAIXA 20 – PÉROLA DA ILHA - FÁBRICA DE APERITIVOS

Criada em 1977, a empresa começou a produzir e comercializar os primeiros aperitivos com a marca Pérola da Ilha: batata-frita, amendoins com açúcar e com casca. No presente, são cerca de 70 os produtos que a mesma marca coloca no mercado regional, entre os aperitivos salgados e naturais, as amêndoas e amendoins com açúcar e com chocolate, os confeitos de funcho e anis, gomas, açúcar confeiteiro e vários congelados doces e salgados.

Recebe matéria-prima de países da UE e da China (amendoim), Brasil (caju) e EUA (pistáchio). De Espanha e França vêm produtos que a empresa apenas embala para distribuição: amêndoas de chocolate, gomas e alguns dos novos aperitivos. No que diz respeito aos congelados, a quase totalidade dos produtos utilizados são regionais.

A empresa fabrica para todas as ilhas da R.A.A e, na Páscoa, exporta também para os EUA e Canadá.

A fábrica divide-se em dois sectores: aperitivos e congelados. Os congelados representam entre 30 a 35% da facturação da Pérola da Ilha.

Fonte: Pérola da Ilha; imprensa

CAIXA 21 – MONTE CARNEIRO CONSTRUÇÕES

A empresa Monte Carneiro Construções, localizada na Horta (Faial) tem a sua origem em 1990, quando o empresário António Silveira Dias, como empresário em nome individual, começou a executar pequenas obras e a construir moradias. Em 1998 foi criada a actual sociedade, com o alvará de categoria III (para obras acima de um milhão de euros), que se especializou na execução de obras particulares e públicas e na reabilitação de habitações. Contando com cerca de 30 colaboradores, com estaleiro de apoio, armazém e maquinaria adequada, a empresa posiciona-se entre as melhores empresas de construção civil com actividade no Faial.

Em 2003, foi criada a empresa Largo das Cores, que representa um complemento à actividade principal da empresa Monte Carneiro ao especializar-se na comercialização de tintas, impermeabilizantes, colas e aditivos para construção civil. Esta empresa representa a marca Tintas Sotinco, a multinacional italiana Mapei e os acessórios das marcas Petronio, Montolit e Raimondi. Em 2004, a empresa desenvolveu uma parceria com a Tintas Sotinco, tornando-se aplicador certificado por esta marca. Tal parceria veio permitir que os clientes da Sotinco e de Monte Carneiro possam usufruir de uma garantia (por escrito) da pintura exterior num programa denominado Recuperação de Prédios Urbanos.

Tendo em conta a cada vez maior exigência por parte da procura, a empresa Monte Carneiro alargou o seu leque de produtos a pranchas de madeira para piscinas e zonas húmidas.

Em Maio de 2011 a empresa abriu em Ponta Delgada uma loja de material de construção, que se junta à já existente no Faial.

De referir ainda que pertence à Monte Carneiro Construções a empresa Universo da Festa, especializada na organização e gestão de eventos.

Em 2010 a empresa Monte Carneiro Construções facturou cerca de 1.5 milhões de euros.

Fonte: entrevista à empresa Monte Carneiros; imprensa

CAIXA 22 – AEROHORTA – AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO

A agência de viagens AeroHorta foi fundada em 1997 e, logo após a sua criação, a empresa estendeu a sua actividade à ilha do Pico, com a instalação de um balcão em São Roque. Actualmente a empresa conta com cerca de uma dezena de colaboradores directos e está presente no Faial, no Pico e Terceira.

Com um volume de negócios, em 2010, de cerca de 2.2 milhões de euros, a empresa está muito vocacionada para o *incoming*, com viaturas próprias, incluindo autocarros de turismo (como só existe uma empresa de autocarros na ilha do Faial, a empresa encontrou aqui um nicho interessante para a diversificação de produtos turísticos). O seu principal mercado é a R.A.A., seguindo-se o Continente, os países europeus e os EUA e Canadá.

Entre as acções com carácter estratégico que a empresa pretende desenvolver nos próximos 5 anos para reforçar a sua dinâmica de inovação e competitividade destacam-se o desenvolvimento de novos produtos ou serviços, o reforço do marketing e comunicação da empresa, o desenvolvimento de parcerias e iniciativas de cooperação empresarial, a estratégia de diferenciação e a gestão estratégica da informação.

Fonte: entrevista à empresa Aerohorta; imprensa

CAIXA 23 – ADEGAS DO PICO

Com a designação social Azorparadise - Actividades Imobiliárias, Turísticas e Hoteleiras, as Adegas do Pico são um conjunto de doze casas (num total de 52 camas) de basalto localizadas nas aldeias da Prainha e Santo Amaro, na ilha do Pico. A empresa conta com dois colaboradores fixos (na área da jardinagem e limpeza) e, em 2010, atingiu um volume de negócios de 80 mil euros. Os principais mercados emissores são o Continente e os mercados da União Europeia (sobretudo o holandês, alemão, francês e espanhol).

A internacionalização da actividade da empresa passa sobretudo pela comunicação do produto em mercado sub-explorados. Dada a limitação da oferta, esta diversificação dos mercados e agentes emissores pretende aumentar o poder negocial de modo a subir o *Revenue per Available Room* (REVPAR) anual através do aumento das tarifas acima da inflação. A empresa está a apostar na diversificação dos produtos turísticos da ilha do Pico (em torno do turismo desportivo, de aventura, e da adequação da oferta às condições climáticas), como forma de combate ao turismo sazonal que caracteriza a procura turística na região.

Entre as acções com carácter estratégico que a cooperativa pretende desenvolver nos próximos 5 anos para reforçar a sua dinâmica de inovação e competitividade destacam-se o desenvolvimento de novos produtos ou serviços, o reforço do marketing e comunicação da empresa, o desenvolvimento das capacidades de gestão, o investimento em marcas próprias, a estratégia de diferenciação e a gestão estratégica da informação.

Fonte: entrevista à empresa Adegas do Pico; imprensa

A empresa Fromageries Bel é um importante exemplo de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) na R.A.A.;

CAIXA 24 – FROMAGERIES BEL PORTUGAL

A Fromageries Bel é uma multinacional francesa, líder europeia na produção de queijo fundido e número um mundial em queijos de marca em porções. Está presente em mais de 100 países, contando com a colaboração de cerca de 10 mil pessoas. A sua gama de produtos é constituída por mais de 20 marcas locais e internacionais, das quais se destacam: Limiano, Terra Nostra, La Vache Qui Rit, Kiri, Mini Babybel, Leerdammer.

Em Portugal, o Grupo Bel adquiriu em 1996 a Lacto Ibérica, que passou a adoptar a denominação Fromageries Bel Portugal, S.A. a partir de Janeiro de 2004. Possui instalações industriais em Vale de Cambra, na R.A.A. (São Miguel) em Ribeira Grande e Covoada, e instalações comerciais em Pedras Salgadas, Leça da Palmeira, Carregado e Lisboa.

Uma das marcas mais relevantes no mercado nacional é a Terra Nostra, que apresenta uma gama de produtos muito diversificada. Foi a primeira marca de queijo flamengo a investir em fatias, vendendo mais de 7 milhões de embalagens por ano e sendo líder neste sub-segmento. O queijo Terra Nostra é o segundo queijo flamengo mais vendido em Portugal, detendo uma quota de mercado de 17%.

Em 2005, com a crescente procura de produtos com redução de gordura, Terra Nostra lançou um queijo em fatias com redução de 50% de gordura, com grande aceitação por parte dos consumidores e com vendas crescentes até ao presente. A gama de produtos passa ainda pelo formato Bola, para o consumidor que prefere o queijo no seu modelo mais convencional, queijo Terra Nostra Barra, que se destina à venda no livre-serviço ou a peso nas charcutarias, e ainda Leite UHT meio-gordo e magro. Em 2010 foi lançado o queijo Terra Nostra *gourmet* e o queijo flamengo ralado. De referir ainda que, em Julho de 2011, a Terra

Nostra foi eleita pelos consumidores marca *Superbrand* (organização internacional independente que se dedica à promoção de marcas de excelência em 88 países), tendo sido considerada entre as maiores marcas nos seguintes critérios: marcas únicas; marcas em que os consumidores mais confiam; marcas mais conhecidas; marcas que melhor satisfazem as necessidades do consumidor; marcas com que o consumidor mais se identifica.

Fonte: Grupo Bel; imprensa

4. RECURSOS HUMANOS – EDUCAÇÃO BÁSICA E SECUNDÁRIA

A fraca valorização da escolarização e das qualificações da população, que caracterizou durante muito tempo a R.A.A., contribuiu em certa medida para a desfavorável estrutura habilitacional da população da região. No entanto, deve ser referido o enorme esforço de inversão desta situação que tem vindo a ser promovido nos últimos anos e que explica, em grande parte, o facto de a R.A.A. apresentar actualmente uma situação globalmente mais favorável do que o país em alguns indicadores de ensino.

Mas, se nos níveis mais baixos de escolaridade a situação da R.A.A não é muito diferente da nacional, quando se avança para os níveis mais elevados é maior a divergência. No ano lectivo 2008/2009, apenas cerca de 22% da população activa da R.A.A. tinha estudos ao nível secundário e/ou universitário.

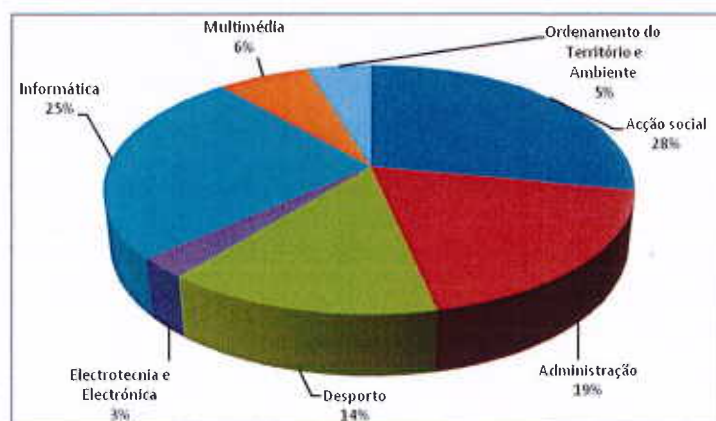
Naquele ano lectivo, na R.A.A. a percentagem de população residente sem nível de instrução (cerca de 11%) é ligeiramente mais reduzida que a verificada no Continente (cerca de 12%) e na R.A. da Madeira (cerca de 15,2%). Embora na R.A.A. a grande maioria da população possua apenas habilitações ao nível do 1º ciclo do ensino básico (cerca de 23% completo), este é um valor muito semelhante aos verificados no Continente e na R.A. da Madeira (23,2% e 21%, respectivamente).

A taxa de retenção e desistência no ensino básico foi de 10.1%, valor superior à média nacional (de 7.8%). É nos municípios Lagoa, São Roque do Pico, Povoação, Angra do Heroísmo e Vila Franca do Campo que esta taxa de retenção e desistência assume os valores mais elevados (entre 11% e 16%).

Cerca de 9.8 mil estudantes da R.A.A frequentavam o ensino secundário e cerca de 2.3 mil estudantes estavam inscritos em cursos profissionais de Nível 3.

No que se refere ao ensino tecnológico, no mesmo ano lectivo, cerca de 1.3 mil alunos frequentavam cursos tecnológicos (o equivalente a 6% dos alunos inscritos a nível nacional neste tipo de cursos). Destaque para os cursos tecnológicos nas áreas da acção social, da informática, da administração e do desporto.

FIGURA 7
ALUNOS INSCRITOS EM CURSOS TECNOLÓGICOS POR ÁREA CIENTÍFICA
(% TOTAL INSCRITOS NESTE TIPO DE CURSOS) - ANO LECTIVO 2008/2009



Fonte: Direcção Regional de Educação e Formação.

QUADRO 1
CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO TECNOLÓGICA NO ENSINO SUPERIOR – 2011*

Estabelecimento de ensino	Designação do CET
Universidade dos Açores - Angra do Heroísmo	Animação em Turismo de Natureza e Aventura Conservação e Restauro de Madeiras e Mobiliário Contabilidade Corte e Tecnologia de Carnes Energias Renováveis Instalação e Manutenção de Espaços Verdes Qualidade Alimentar Técnicas de Lacticínios Técnico Auxiliar de Farmácia Topografia e Sistemas de Informação Geográfica
Universidade dos Açores - Ponta Delgada	Condução de Obra Desenvolvimento de Produtos Multimédia Gestão da Qualidade Programação de Aplicações Web Secretariado e Assessoria Administrativa Técnicas de Intervenção Social em Toxicodependências
Universidade dos Açores - Horta	Operador Marítimo - Turístico
Universidade dos Açores - Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo	Técnicas de Gerontologia

* Situação em Maio de 2011

Fonte: Direcção Geral do Ensino Superior.

QUADRO 2
CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO TECNOLÓGICA NO ENSINO NÃO SUPERIOR – 2010*

Estabelecimento de Ensino	Designação do CET
ENTA - Escola de Novas Tecnologias dos Açores	Automação, Robótica e Controlo Industrial Gestão da Qualidade e do Ambiente Gestão de Redes e Sistemas Informáticos Higiene e Segurança Alimentar Instalação e Manutenção de Redes e Sistemas Informáticos Tecnologias e Programação de Sistemas de Informação

* Situação em Dezembro de 2010

Fonte: Direcção Geral do Ensino Superior.

Entre as alternativas de carácter profissionalizante, são os cursos profissionais que têm maior procura na R.A.A. A abertura de escolas profissionais na região, bem como a sua rápida proliferação no território, permitiu que em poucos anos esta modalidade ganhasse uma significativa expressão no sistema de ensino açoriano. No presente, existem na R.A.A. 17 escolas profissionais. De referir que, em 1995, existiam nesta região apenas 3 escolas profissionais, todas concentradas em São Miguel.

Cerca de 2.6 mil estudantes frequentam o ensino profissional na R.A.A. O rácio entre ensino profissional/ensino regular ronda os 50%, ou seja, a R.A.A tem praticamente o mesmo número de alunos no ensino profissional e no ensino secundário (a nível nacional este rácio é de 23%).

Entre as escolas de ensino profissionalizante destaca-se a Escola de Novas Tecnologias dos Açores (ENTA). Esta Escola iniciou a sua actividade em 1993, tendo sido parte integrante do INOVA até Setembro de 2001. Desde então, e até ao presente data, a ENTA tem vindo a promover a formação inicial de jovens desempregados habilitados com o ensino secundário (e qualificação profissional de Nível 4), através de cursos de longa duração, bem como a desenvolver acções de formação de curta duração nas mais variadas áreas.

De acordo com o definido na escritura e estatutos da ENTA, este organismo tem como objectivo a formação profissional, nomeadamente: realizar acções de formação de longa duração; promover acções de formação profissional no domínio das novas tecnologias; promover acções de formação e actualização científica e tecnológica; promover e apoiar o intercâmbio de informações técnicas, entre pessoas singulares e colectivas; promover a criação de centros de documentação para consulta dos seus membros; promover a edição e difusão de publicações e outro material didáctico no domínio das novas tecnologias; promover a formação e actualização de investigadores; promover a organização de estágios.

No ano lectivo 2010/2011, a ENTA oferece os seguintes cursos de Nível 4: Técnico de Informática - Sistemas; Técnico de Electrónica Industrial; Técnico de Controlo da Qualidade Alimentar; Técnico de Obra/Condutor de Obra. Oferece ainda os seguintes cursos de Nível 5: Técnico especialista em Instalação e Manutenção de Redes e Sistemas Informáticos; Técnico especialista em Higiene e Segurança Alimentar; Técnico especialista em Gestão da Qualidade e Ambiente; Técnico especialista em Automação, Robótica e Controlo Industrial.

5. RECURSOS HUMANOS – ENSINO SUPERIOR E INVESTIGAÇÃO

5.1. DIPLOMADOS DO ENSINO SUPERIOR

A taxa de escolarização no ensino superior na R.A.A. foi, no ano lectivo 2009/2010, de 8.6%, valor muito inferior ao registado a nível nacional (30,6%). Na ilha São Miguel este indicador atinge os 11.4% e na ilha Terceira os 9.4%. Ponta Delgada e Angra do Heroísmo são os municípios com as mais elevadas taxas de escolarização no ensino superior (valores respectivos de 22,7% e 15,1%).

Naquele ano lectivo, o total de estudantes do ensino superior na região era de cerca de 3.7 mil estudantes, todos inscritos na única instituição de ensino superior da R.A.A. – a Universidade dos Açores.

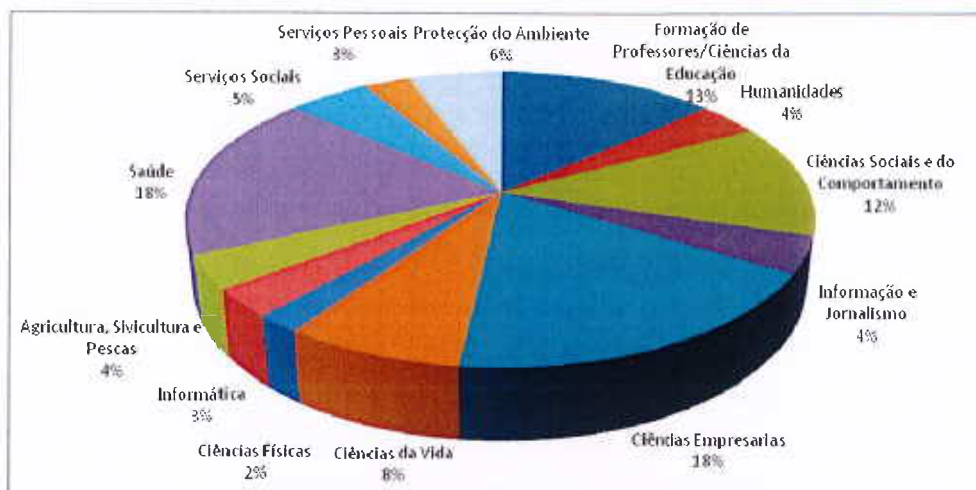
Fundada em 1976, esta universidade tem sede na cidade de Ponta Delgada, mas tem outros dois pólos: Departamento de Ciências Agrárias (na ilha Terceira) e Departamento de Oceanografia e Pescas (no Faial). A estrutura orgânica da Universidade dos Açores reparte-se em 10 departamentos, 2 escolas superiores de enfermagem (em Ponta Delgada e Angra do Heroísmo) e vários centros de investigação.

A Universidade dos Açores oferece um conjunto substancial de cursos de mestrado, alguns cursos de pós-graduação, bem como complementos de formação e cursos de Verão. Destaca-se a oferta lectiva nas áreas da biologia, ciências tecnológicas e desenvolvimento, geociências, línguas e literaturas modernas, ciências da educação, economia e gestão, história, filosofia e ciências sociais e matemática, no pólo de Ponta Delgada; as ciências agrárias, no pólo de Angra do Heroísmo; e a oceanografia e pescas, no pólo da Horta (de referir a especificidade de este pólo estar vocacionado sobretudo para a investigação).

De referir que a Universidade dos Açores tem vindo a viver uma situação paradoxal: ao mesmo tempo que se afirma cada vez mais pela sua excelência em alguns domínios do conhecimento muito específicos como a Oceanografia, a Vulcanologia ou a Climatologia, enfrenta dificuldades em manter o seu volume de actividade devido essencialmente à acentuada redução do número de candidatos (explicada pela quebra da procura por parte de alunos continentais e à preferência que muitos jovens açorianos revelam pela frequência de universidades que lhes permitam a saída do arquipélago, mas também pela acentuada regressão no número de candidatos em todas as universidades por efeito do decréscimo demográfico nos escalões etários mais jovens).

Numa análise de distribuição dos alunos do ensino superior pelas áreas científicas, verifica-se a importância das ciências empresariais, da saúde, das ciências da educação e das ciências da vida, das ciências sociais e do comportamento e da protecção do ambiente.

FIGURA 8
DIPLOMADOS POR ÁREA CIENTÍFICA (% TOTAL) - ANO LECTIVO 2008/2009



Fonte:

Direcção-Geral do Ensino Superior.

QUADRO 3
OFERTA LECTIVA DA UNIVERSIDADE DOS AÇORES – ANO LECTIVO 2011/2012

Departamento	Licenciaturas	Mestrados	Doutoramentos
Biologia	Biologia Ciclo Básico de Medicina Ciências Biológicas e da Saúde	Ambiente, Saúde e Segurança Biodiversidade e Biotecnologia Vegetal Biodiversidade e Ecologia Insular Biotecnologia em Controlo Biológico Ciências Biomédicas	
Ciências Agrárias	Ciências Agrárias Ciências da Nutrição (Preparatórios) Ciências Farmacêuticas (Preparatórios) Energias Renováveis Engenharia e Gestão do Ambiente Guias da Natureza Medicina Veterinária (Preparatório de)	Educação Ambiental Engenharia Agronómica Engenharia do Ambiente Engenharia e Gestão de Sistemas de Água Engenharia Zootécnica Gestão e Conservação da Natureza Tecnologia e Segurança Alimentar	
Ciências da Educação	Educação Básica Psicologia	Educação Educação Pré - Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico Psicologia da Educação Supervisão Pedagógica	
Ciências Tecnológicas e Desenvolvimento	Arquitectura (Preparatórios) Ciências da Engenharia Civil Ciências de Engenharia - Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Engenharia Electrotécnica e de Computadores Engenharia Civil Engenharia Mecânica	Engenharia e Gestão da Construção	
Economia e Gestão	Economia Gestão Turismo	Ciências Económicas e Empresariais Gestão de Empresas (MBA)	
Geociências		Vulcanologia e Riscos Geológicos	
História, Filosofia e Ciências Sociais	Estudos Europeus e Política Internacional Filosofia e Cultura Portuguesa História Património Cultural Serviço Social Sociologia	Ciências Sociais Ética da Vida Filosofia Contemporânea - Valores e Sociedade História Insular e Atlântica (Séculos XV-XX) Património, Museologia e Desenvolvimento Relações Internacionais Sociologia	
Línguas e Literaturas Modernas	Comunicação Social e Cultura Relações Públicas e Comunicação	Estudos Portugueses Ciências da Comunicação Estudos Interculturais - Dinâmicas Insulares Tradução e Assessoria Linguística	Estudos Portugueses
Matemática	Engenharia Electrotécnica e de Computadores Informática - Redes e Multimédia	Matemática para Professores	
Oceanografia e Pescas		Estudos Integrados dos Oceanos	
Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo	Enfermagem	Geontologia	
Escola Superior de Enfermagem de Ponta Delgada	Enfermagem		

Fonte: Direcção-Geral do Ensino Superior.

5.2.INVESTIGAÇÃO

No que respeita à investigação, a Universidade dos Açores assume um papel de relevância na R.A.A. Nesta instituição a investigação é efectuada no âmbito de centros de investigação e apoiada internamente pelo Gabinete de Apoio à Investigação e ao Desenvolvimento Experimental e Tecnológico (GAIDET). De referir que esta universidade conta com um Gabinete de Apoio à Promoção da Propriedade Industrial. São destacar os seguintes departamentos/centros de investigação:

- Departamento de Oceanografia e Pescas (DOP) /Instituto do Mar – pertencente à Universidade dos Açores, desenvolve investigação nas seguintes áreas: ecologia marinha e biodiversidade; oceanografia física e biológica; biologia, ecologia e avaliação dos recursos haliêuticos pelágicos, demersais e de profundidade. Os principais programas de investigação estão relacionados com a descrição, experimentação e modelação dos ecossistemas marinhos, nos campos da ecologia e biologia marinha, oceanografia física e química, e pescas.

A investigação é realizada em colaboração com diversas instituições nacionais e estrangeiras. Em conjunto com o equipamento e laboratórios em terra, os navios de investigação munidos com equipamento oceanográfico moderno constituem importantes meios para as actividades de investigação deste Departamento.

O financiamento do DOP deriva sobretudo dos contratos de projectos de investigação nacionais, europeus e internacionais, sendo menos relevante o financiamento via prestação de serviços à comunidade. Conta com uma equipa de cerca de 110 investigadores, dos quais 28 são doutorados.

O DOP mantém um intenso programa de investigação científica e formação pós-graduada em ciências oceânicas, em especial nos temas do mar profundo. De destacar o Laboratório Internacional para Ecossistemas de Profundidades (LabHorta, Laboratório do Mar Profundo), muito importante para o estudo dos ecossistemas hidrotermais na R.A.A. (ver ponto 7). O LabHorta é um dos únicos do seu género e com capacidades para estudar *in vivo* organismos de grande profundidade, incluindo das fontes hidrotermais.

O LabHorta está equipado com câmaras hiperbáricas que podem simular profundidades de 4000 metros, sistemas de vídeo e regulação de gases como metano e sulfureto de hidrogénio.

De referir que este laboratório participa no Laboratório Associado Instituto do Mar (IMAR), através da Unidade de Investigação DOP-IMAR, através do qual tem desenvolvido actividades nos domínios dos robôs marinhos, do estudo e implementação de algoritmos avançados para o processamento de sinais acústicos, do desenvolvimento de sistemas de visão para a reconstrução e classificação do meio ambiente e da operação de plataformas autónomas no mar, em parceria com instituições como o Instituto de Sistemas e Robótica (ISR) do Instituto Superior Técnico (IST) ou o Centro de Recursos Minerais, Mineralogia e Cristalografia (Creminer, da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa).

Através destas parcerias, o DOP-IMAR tem-se especializado nas áreas da actividade hidrotermal submarina, produção, acumulação e dispersão submarina de metano, biosfera profunda, vulcanologia

marinha, biologia e geologia marinhas e oceanografia. Para o desenvolvimento destas actividades, este centro de investigação conta com um navio de investigação (o Arquipélago) e outras três embarcações.

Estas áreas de investigação marinha apresentam no DOP-IMAR uma projecção internacional assegurada não só pelas referidas parcerias mas também pela “intersecção” de instrumentos financeiros, instalação de infra-estruturas tecnológicas (exemplos: *arrays* de hidrofones submarinos, estação Pico-NARE¹⁰, estação de satélite HAZO¹¹), cooperações científicas (exemplos: telemetria de satélite para pelágicos e cruzeiros às fontes hidrotermais) e experiências desenvolvidas *in loco* (exemplo: robótica submarina).

O DOP-IMAR e o ISR-Lisboa desenvolveram uma parceria com o *National Institute of Oceanography* (NIO), na Índia-Goa, para a concepção de robots marinhos para aplicações científicas e comerciais. Desta parceria resultou o veículo submarino autónomo (Maya Sagar), com o apoio da Agência de Inovação (ADI) e da empresa Rinave – Registro Internacional Naval.

O DOP-IMAR desenvolve actividades de certificação *Dolphin Safe* e *Friends of the Sea* para a pesca de tunídeos da R.A.A, em colaboração com a indústria conserveira e associações pesqueiras e no âmbito do projecto CEPROPESCA – Certificação e Promoção de Pescarias e Produtos de Pesca Açoriana¹².

Entre as áreas de aposta recente do DOP-IMAR, destacam-se a aquacultura, em particular a aquacultura de peixes marinhos e de algas, e o estudo de corais.

No âmbito da aquacultura, de referir o desenvolvimento de vários projectos no domínio das cracas. Neste âmbito, iniciou em 2011, em parceria com a empresa Seaexpert, os seguintes projectos: o projecto “Cracas” que tem como objectivos principais implementar uma pequena unidade experimental, em terra, que permita o desenvolvimento de um protocolo preliminar de cultivo larvar e pré-engorda de cracas (*Megabalanus azoricus*), e testar e avaliar a viabilidade técnica e económica de determinados materiais como substrato de fixação, bem como o seu efeito no assentamento e colheita desta espécie; o projecto MEGATEC - Desenvolvimento tecnológico e análise de locais para o cultivo de *M Megabalanus azoricus*, com o objectivo de testar novas tecnologias de produção *offshore* de cracas, com destaque para as estruturas de produção, substratos de fixação e tecnologias de colheita assim como encontrar os melhores locais para instalar unidade de produção futura. O DOP-IMAR tem também investigado a aquacultura experimental de uma espécie de caracol do mar – o haliote ou abalone (*Haliotis tuberculata*).

No âmbito dos corais, o DOP-IMAR dispõe de um laboratório – o Coral Lab – que tem como objectivo avaliar as consequências das alterações climáticas no desenvolvimento dos corais e reproduzir em laboratório as condições naturais em que vivem os corais e verificar os comportamentos mediante as alterações de temperatura, salinidade e oxigénio.

- Departamento de Ciências Tecnológicas e Desenvolvimento (DCTD) - criado em 1991, no pólo de Ponta Delgada da Universidade dos Açores, o DCTD congrega as secções de Arquitectura, Química, Física, Tecnologia Alimentar e Engenharias Civil e Mecânica. Desenvolve investigação nas seguintes áreas:

¹⁰ Trata-se um observatório meteorológico, em funcionamento no topo da montanha da ilha do Pico.

¹¹ A estação HAZO recebe diariamente imagens dos sensores AVHRR, a bordo dos satélites NOAA, e do sensor SeaWiFS, a bordo do satélite Orbview 2 (SeaStar).

¹² São três os principais objectivos do CEPROPESCA – i) certificação da Pescaria Demersal dos Açores com um rótulo verde (EcoLabel), reconhecido internacionalmente; ii) criar um esquema de rotulagem que permita identificar os produtos desta pescaria, quer sejam frescos, congelados ou mesmo em conserva; iii) promover e divulgar esta pescaria e os seus produtos junto dos consumidores, dando especial ênfase à sua qualidade e ao facto de serem capturados de forma altamente sustentável e sem impacto negativo para o ambiente marinho.

produtos naturais de organismos dos Açores; rastreio dos principais factores de risco de aterosclerose, na dupla vertente bioquímica e genética; bioindicadores enzimáticos e bioquímicos em invertebrados; valorização de produtos lácteos; meteorologia/climatologia; teoria quântica dos campos; ciências dos materiais: preparação, desenvolvimento e caracterização de materiais ópticos e fotónicos, em especial vidros e películas finas amorfas/guias de onda.

Pertencem a este departamento o Centro de Inovação e Sustentabilidade em Engenharia e Construção, que tem como objectivo primordial a promoção da investigação científica em engenharia e construção na Universidade dos Açores, e o Centro de Física e Investigação Tecnológica (CEFITEC), um centro de investigação nas áreas da ciência de superfícies e tecnologia de vácuo; física molecular, plasmas e aplicações; instrumentação; engenharia biomédica; sistemas moleculares funcionais.

- Laboratório de Ambiente Marinho e Tecnologia (LAMTec) – criado em Outubro de 2001, o LAMTec resultou de um protocolo entre a Universidade dos Açores e a Câmara Municipal da Praia da Vitória. Centra as suas actividades de investigação (e também de formação) nas áreas das energias renováveis, da oceanografia operacional, das tecnologias ambientais. Conta com as seguintes unidades de investigação e formação: o Laboratório de Hidrogénio e Electricidade; o Laboratório de Aerodinâmica; e o Laboratório de Biocombustíveis (biodiesel, biogás, bioetanol e biomassa em geral).
- Centro de Vulcanologia e Avaliação de Riscos Geológicos (CVARG) - constituído em 1997, é uma unidade pluridisciplinar de investigação da Universidade dos Açores e integra o Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores (CIVISA). As actividades do CVARG são dirigidas para o desenvolvimento das ciências da terra, sobretudo nas áreas da prevenção e da previsão de desastres, catástrofes e calamidades naturais, privilegiando a cooperação técnica e científica nacional e internacional no domínio da vulcanologia e dos fenómenos associados, incluindo erupções vulcânicas, sismos, explosões de vapor, libertação de gases tóxicos, movimentos de massa e maremotos, entre outros.

É membro da *World Organization of Volcano Observatories* (WOVO) e parceiro da Fundação Gaspar Frutuoso (FGF), colaborando com inúmeras instituições de investigação e empresas nacionais e internacionais.

- Centro de Investigação e Tecnologias Agrárias dos Açores (CITA-A) - é uma unidade pluridisciplinar de investigação e prestação de serviços na área das ciências agrárias e do ambiente. É integrado por docentes, investigadores, alunos e funcionários do Departamento de Ciências Agrárias da Universidade dos Açores. As suas principais áreas de actuação são: modelação e estudos ambientais; sistemas de produção e tecnologia alimentar.

É composto pelos seguintes grupos de investigação: *Azorean Biodiversity Group*; Grupo das Ciências Agrárias e Animais; Grupo de Tecnologia Alimentar; Centro de Clima, Meteorologia e Mudanças Globais.

- Centro de Biotecnologia dos Açores (CBA) – foi fundado em 2003 por um grupo de professores do Departamento de Ciências Agrárias da Universidade dos Açores e tem por objectivo central desenvolver investigação na área da biotecnologia agrícola. As suas principais linhas de investigação são: biotecnologia vegetal; biotecnologia animal; biotecnologia alimentar; e biotecnologia ambiental.

O CBA integra o Laboratório Associado - Instituto de Biotecnologia e Bioengenharia (IBB), formado por uma parceria entre o Instituto de Biotecnologia e Química Fina (IBQF) do Instituto Superior Técnico, unidade líder, o Centro de Engenharia Biológica (CEB) da Universidade do Minho, o Centro de Genómica e Biotecnologia (CGB) da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, o Centro de Biomedicina Molecular e Estrutural (CBME) da Universidade do Algarve e o Centro de Biotecnologia dos Açores (CBA) também da Universidade dos Açores.

- Centro de Investigação de Recursos Naturais (CIRN) - é um centro de investigação sob a dependência da Reitoria da Universidade dos Açores, com estatutos e órgãos próprios. Este Centro foi criado no âmbito do Programa Ciência e integra elementos do Departamento de Biologia e do Departamento de Ciências desta Universidade. As suas áreas de investigação são: biodiversidade e conservação; pesquisa de produtos naturais com aplicabilidade médica; controlo biológico de pragas; pesquisa de moléculas insecticidas; epidemiologia e genética humana.
- Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico – tem como objectivo a promoção da investigação científica, fundamental e aplicada, nas áreas das ciências económicas e empresariais, designadamente economia do trabalho, economia regional, economia do sector público, história económica, gestão e finanças empresariais.

Integrado na orgânica do Governo Regional dos Açores, destaca-se o Laboratório Regional de Engenharia Civil. Criado em 1980, exerce a sua actividade nos domínios da engenharia geotécnica, engenharia de estruturas, engenharia de materiais, engenharia sísmica, engenharia rodoviária e geologia de engenharia. A sua actividade consiste sobretudo na prestação de serviços laboratoriais (realização de ensaios, estudos e emissão de pareceres) a entidades públicas ou privadas.

Integrado no sistema regional de saúde, destaca-se o Serviço Especializado de Epidemiologia e Biologia Molecular (SEEBMO), pertencente ao Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo. Constituído em 2004, e sucessor do Laboratório de Imunogenética deste hospital, é Grupo Associado do Instituto de Biologia Molecular e Celular (IBMC) da Universidade do Porto. Desenvolve uma importante actividade de investigação básica e aplicada em diversas áreas e campos temáticos, disciplinares e interdisciplinares da epidemiologia e da imunologia, da genética das populações, das doenças reumáticas e oncológicas, da leptospirose, da diabetes mellitus, da antropologia médica, da psicosociologia da saúde, da sociologia das ciências e do registo oncológico. Por outro lado, presta apoio regular e permanente à rotina hospitalar e a cuidados médicos, aos diagnósticos laboratoriais de doenças com aplicação de técnicas de genética molecular, etc. (nas áreas do cancro colo-rectal, estudo de populações linfocitárias em doentes HIV-SIDA, triagem e rastreio do papiloma vírus humano, doença de Machado Joseph e tipagem HLA).

Uma referência também para a Unidade de Genética e Patologia Moleculares do Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada. As suas actividades desenvolvem-se em duas vertentes: investigação e diagnóstico. A primeira, incide sobretudo na caracterização da estrutura genética da população da R.A.A. Por seu turno, a vertente diagnóstico incide sobre o estudo e diagnóstico de patologias relevantes no contexto regional como por exemplo os estudos moleculares para a hemocromatose hereditária e para a síndrome de Gilbert e o diagnóstico precoce (por biologia molecular) da leptospirose humana.

Além dos departamentos/centros de investigação da Universidade dos Açores e das instituições integradas no Governo Regional, merecem referência as seguintes instituições também ligadas à investigação científica desenvolvida na R.A.A. (sobretudo à divulgação da investigação científica):

- Instituto de Biotecnologia e Biomedicina dos Açores (IBBA) - é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, constituída como consórcio de I&D, e que tem como objectivos gerais o exercício e a promoção da investigação científica e tecnológica nas áreas da biotecnologia e biomedicina na região, com o intuito de contribuir para a produção de conhecimento e para o desenvolvimento económico da R.A.A., potenciando as políticas públicas regionais, incluindo a dinamização do sector privado empresarial e a prestação de serviços públicos. Tem como associados fundadores o Governo Regional, o Fundo Regional da Ciência e Tecnologia, as Entidades Públicas Empresariais Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E. e o Hospital do Santo Espírito de Angra do Heroísmo, E.P.E., além da Universidade dos Açores.

O IBBA pretende alinhar os seus interesses de investigação com as necessidades da indústria de modo a desenvolver novos produtos e processos e a transferir os resultados com valor económico para empresas que demonstrem capacidade e interesse para desenvolver as nossas descobertas em produtos com sucesso comercial. As suas actividades estão centradas em três principais linhas de investigação com aplicações industriais: pesquisa, caracterização e produção de enzimas e compostos bioactivos; pesquisa de estirpes locais de bactérias e leveduras; análise de constituintes vegetais únicos.

- Observatório Microbiano dos Açores (OMIC) - entrou em funcionamento em 2010 e actua como local privilegiado para a ciência e para a divulgação de estudos sobre a biodiversidade e a ecologia de comunidades microbianas da R.A.A. Sedeado nas Furnas e integrado na rede de Centros de Ciência dos Açores, o OMIC permite a monitorização a longo prazo da ecologia microbiana termal e efectua uma validação dos recursos naturais biológicos desta natureza, com o fim último de educar e sensibilizar a população local e também o público internacional da mais-valia deste recurso biológico único.

Uma parte essencial da intervenção do OMIC é a monitorização a longo prazo das comunidades termais açorianas, com particular incidência nas nascentes termais das Furnas. Esta valência do Observatório permitiu a sua inclusão na rede internacional de MOs (*Microbial Observatories*) que inclui entre outros o MO do McMurdo Dry Valleys (Antártida), Costa Rica-Guanacaste Tropical Forest (Costa Rica) e *Yellowstone National Park* (EUA).

- Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores (OVGA) - criada no ano 2000, é uma associação geológica sem fins lucrativos, cujos objectivos principais visam a divulgação das ciências vulcanológicas e geoambientais. Outro objectivo importante consiste na execução de projectos e de estudos científicos e técnicos no âmbito das geociências. O OVGA organiza ainda excursões geológicas e edita mapas, guias, livros. Ao longo dos últimos anos, este Observatório desenvolveu diversos acordos e parcerias no sentido de estender as suas actividades aos meios submarinos oceânicos e lacustres.
- Observatório Astronómico de Santana (OASA) - situado no Pico do Bode, em Santana-Rabo de Peixe, é um Centro de Ciência que faz parte da rede regional de Centros de Ciência, distribuídos por todas as ilhas

do arquipélago e que procuram promover o conhecimento científico e o acesso às inovações tecnológicas. Das várias áreas científicas, coube a este Observatório, com a sua vista alargada para o céu do hemisfério norte, receber o único centro de Astronomia da R.A.A. O seu principal objectivo é criar um espaço privilegiado para a difusão do conhecimento científico e, mais especificamente, das temáticas relacionadas com a Astronomia.

- Observatório do Ambiente (OA) - localiza-se na antiga "Casa do Peixe", no centro histórico de Angra do Heroísmo, e as suas instalações reúnem dois espaços: a Associação para o Estudo do Ambiente Insular, membro da Universidade dos Açores; e o Centro de Ciência de Angra do Heroísmo. O seu principal objectivo é despertar o interesse do público pela ciência, através de actividades de experimentação e divulgação de temáticas relacionadas com o ambiente.
- Observatório do Mar (OMA) - é uma associação técnica, científica e cultural, sem fins lucrativos, criada em 2002, por vários sócios fundadores ligados ao Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores. Tem como objectivos a divulgação da cultura científica e tecnológica e a promoção de actividades de interpretação e educação ambiental, no âmbito das ciências do mar. Uma das suas actividades é a observação do estado do mar da R.A.A e a promoção de práticas ambientalmente sustentáveis, que preservem os recursos, a biodiversidade e o funcionamento natural dos ecossistemas marinhos. Para o cumprimento destes objectivos, o OMA pode propor ou participar em projectos de investigação científica aplicada, de interesse regional. Inerente ao facto da sua sede se encontrar na Fábrica da Baleia, o OMA tem ainda como objectivo a salvaguarda, o estudo e a divulgação do património baleeiro do Faial e da R.A.A.
- Centro de Estudos do Clima, Meteorologia e Mudanças Globais (C_MMG) - formalmente criado pelo Senado da Universidade dos Açores em finais de 2006, o C_MMG surgiu do trabalho desenvolvido por um grupo de investigadores da Universidade dos Açores que se tem dedicado às temáticas da meteorologia e alterações climáticas (como se referiu, constitui um dos Grupos de Investigação do CITA-A). Especializou-se nos domínios da climatologia e meteorologia insulares, do clima marítimo e meteo-oceanografia, das propriedades físicas e químicas da atmosfera, da hidro-climatologia, da agro-climatologia e da bioclimatologia. Um dos seus principais projectos é o CLIMAAT (Clima e Meteorologia dos Arquipélagos Atlânticos) que disponibiliza informação diária relevante para a região da Macaronésia.

5.3. INFRA-ESTRUTURAS DE MONITORIZAÇÃO ESPACIAL E AÉREA

Em virtude da sua localização no Atlântico Norte, a R.A.A. foi seleccionada para a instalação de infra-estruturas de apoio a actividades espaciais e ao tráfego aéreo, com destaque para:

- A **Estação de Rastreo de Satélites da *European Space Agency* (ESA)** assume relevância neste contexto pois permite fazer o rastreo móvel dos movimentos do lançador europeu Ariane, realizados a partir do Centro Espacial da ESA na Guiana Francesa. Realizou a sua primeira missão em Março de 2008, com o lançamento dos Veículos de Transferência Automatizados (*Automated Transfer Vehicle* - ATV), pelo lançador Ariane 5, para a Estação Espacial Internacional (ISS). Esta Estação de seguimento de lançadores tem uma importância geoestratégica única na zona do Atlântico Norte devido à sua cobertura geográfica excepcional e que se estende até regiões tão afastadas como a Terra Nova e Labrador,

Gronelândia. A localização de Santa Maria permite uma cobertura geográfica que complementa a rede de estações existente, sendo a primeira estação localizada na área de influência imediatamente após o lançamento, ou seja, a sua fase mais crítica. Este factor confere à Estação uma elevada importância – tem a localização ideal para a aquisição de sinais da subida dos lançadores de satélites de órbita baixa, a nordeste do porto espacial europeu em Kourou, na Guiana Francesa. A sua antena de 5,5 metros de diâmetro oferece à Estação um serviço de seguimento crucial durante os lançamentos do foguete Ariane 5, enquanto estes levam os ATV europeus até à sua órbita. De forma a colocarem os ATV na órbita correcta, os lançadores Ariane devem seguir uma determinada rota em voo, que os leva quase directamente aos céus por cima da ilha Santa Maria, apenas alguns minutos após o lançamento em Kourou. Esta trajectória levou à necessidade de uma rede específica de estações de seguimento para receber dados em tempo real durante os momentos chave dos lançamentos e enviá-los para o *Centre National d'Etudes Spatiales* (CNES), a agência espacial francesa que coordena a rede de seguimento do Ariane.

A Estação de Santa Maria é a primeira estação da ESA em território português e a primeira da ESA destinada ao seguimento de lançadores, capaz de seguir um lançador durante o voo com motor.

Inicialmente planeada como estação móvel, acabou por ser uma instalação fixa, fruto do investimento no terreno, edifício e infra-estruturas do Governo Regional, bem como dos projectos apresentados pela Edisoft (vd. Caixa) com vista à sua futura exploração e sustentabilidade. A gestão e operação da Estação de Santa Maria são da responsabilidade da Edisoft, liderando o consórcio de que fazem parte as empresas açorianas GlobalEda e Segma.

A caixa seguinte apresenta o exemplo de um Centro Espacial já em pleno funcionamento, localizado em Maspalomas, na ilha Gran Canaria.

CAIXA 25 - ESPANHA: CENTRO ESPACIAL DE CANÁRIAS (CEC)

O Centro Espacial de Canárias do Instituto Nacional de Tecnologia Aeroespacial (INTA) em Maspalomas está situado na Gran Canaria, desfrutando de uma posição geográfica muito favorável quer para aquisição de dados de satélites de observação da Terra, bem como para comunicações com satélites em órbita geoestacionária.

O centro está equipado para fornecer serviços de telecomando, telemedida e rastreio de veículos espaciais, bem como para monitorização e controlo, calibração, medida e determinação orbital, processamento de dados e de imagens e suporte a missões espaciais internacionais.

De entre os principais clientes da Estação Espacial de Maspalomas estão: ESA/ESOC; ESA/ ESRIN; SPOTIMAGE; EUMETSAT; INTELSAT; HISPASAT; HISDESAT

- **O Centro de Controlo Oceânico de Navegação Aérea** - A Navegação Aérea de Portugal (NAV) tem a responsabilidade de controlar um espaço aéreo que corresponde a 55 vezes o território nacional. Este espaço é dividido pela região de Voo de Lisboa que se estende por Portugal continental, entra pelo oceano Atlântico e vai até à R.A. da Madeira. No entanto, a grande extensão do espaço aéreo é controlado a partir do Centro de Controlo Oceânico em Santa Maria, onde a Região de Informação de Voo abrange a área do Oceano Atlântico, incluindo a R.A.A., estende-se para Sul até à Região de Informação de Voo de Cabo Verde e a Oeste à de Nova Iorque. Em 2008, a NAV Portugal passou a dispor de um novo Centro de Controlo de Tráfego Aéreo de Lisboa. Equipado com tecnologia de ponta, o novo Centro

está agora preparado para competir com os Centros Europeus na conquista de um bloco de céu no âmbito do Céu Único Europeu (iniciativa da Comunidade Europeia que propõe que o céu europeu seja gerido pelas empresas melhor preparadas, eliminando as fronteiras territoriais aéreas).

6. A INOVAÇÃO EMPRESARIAL NA REGIÃO

6.1. AVALIAÇÃO GERAL

A cultura da inovação, associada à cultura da qualidade, é determinante do sucesso das empresas açorianas, sendo mesmo factor de sobrevivência para a maioria delas. Os testemunhos de responsáveis políticos, de académicos, de dirigentes empresariais e de empresários deixados em *INOTEC-Empresa* são claros a esse respeito.

Para se ter uma ideia da “cultura da inovação nas empresas da RAA” é da maior utilidade analisar os resultados do *Inquérito Comunitário à Inovação* levada a cabo pelo Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em estreita ligação com a União Europeia (CIS 2008). Nesse Inquérito foram registadas as actividades de inovação de trezentas e dezassete empresas da R.A.A., com incidência na inovação do produto, do processo e na introdução de novas tecnologias na produção e no *marketing*. Os quadros seguintes dão-nos uma visão global comparativa da “cultura da inovação” entre as empresas da R.A.A. e a totalidade das empresas portuguesas.

QUADRO 4
EMPRESAS QUE INTRODUIRAM INOVAÇÃO DE PRODUTO E/OU PROCESSO E/OU ACTIVIDADES DE INOVAÇÃO (2006-2008)

DIMENSÃO (Nº DE EMPREGADOS)	TOTAL DE EMPRESAS	EMPRESAS COM ACTIVIDADES DE INOVAÇÃO	TIPO DE INOVAÇÃO			
			EMPRESAS COM INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	EMPRESAS COM INOVAÇÃO DE PRODUTO	EMPRESAS COM INOVAÇÃO DE PROCESSO	EMPRESAS SEM ACTIVIDADE DE INOVAÇÃO
	Nº	%	%	%	%	%
TOTAL NACIONAL	21 567	58	50	34	42	42
10-49	17 501	55	47	31	39	45
50-249	3 456	69	63	45	52	31
250 ou +	610	89	82	62	76	11

Fonte: GPEARI/MCTES, CIS 2008

QUADRO 5
EMPRESAS COM E SEM ACTIVIDADES DE INOVAÇÃO. INOVAÇÃO DE PRODUTOS E/OU PROCESSOS E/OU ACTIVIDADES DE INOVAÇÃO (2006-2008)

PORTUGAL R.A.A.	TOTAL DE EMPRESAS	EMPRESAS COM ACTIVIDADES DE INOVAÇÃO	TIPO DE INOVAÇÃO			
			EMPRESAS COM INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	EMPRESAS COM INOVAÇÃO DE PRODUTO	EMPRESAS COM INOVAÇÃO DE PROCESSO	EMPRESAS SEM ACTIVIDADE DE INOVAÇÃO
	Nº	%	%	%	%	%
EMPRESA	Nº	%	%	%	%	%
TOTAL NACIONAL	21 567	58	50	34	42	42
AÇORES	317	58	44	27	36	42

Fonte: GPEARI/MCTES, CIS 2008

QUADRO 6
VOLUME DE NEGÓCIOS DE 2008 DAS EMPRESAS COM INOVAÇÃO DE PRODUTO

PORTUGAL R.A.A.	VOLUME DE NEGÓCIOS DAS EMPRESAS COM INOVAÇÃO DE PRODUTO RESULTANTE DA VENDA DE:		
	PRODUTOS NOVOS PARA O MERCADO	PRODUTOS NOVOS APENAS PARA A EMPRESA	PRODUTOS NÃO MODIFICADOS OU SÓ MARGINALMENTE MODIFICADOS
EMPRESAS	%	%	%
TOTAL NACIONAL	12	10	78
AÇORES	27	7	66

Fonte: GPEARI/MCTES, CIS 2008

QUADRO 7
DESPESA EM INOVAÇÃO CONSIDERANDO O TIPO DE ACTIVIDADE (2006-2008)

PORTUGAL R.A.A.	DESPESAS EM INOVAÇÃO	DESPESA EM INOVAÇÃO TOTAL NACIONAL	INTENSIDADE DA INOVAÇÃO	REPARTIÇÃO DA DESPESA POR ACTIVIDADE DE INOVAÇÃO			
				DESPESA EM I&D (I&D INTRAMUROS)	DESPESA EM AQUISIÇÃO DE I&D (I&D EXTRAMUROS)	AQUISIÇÃO DE MAQUINARIA, EQUIP. E SOFTWARE	AQUISIÇÃO DE OUTROS CONHECIMENTOS EXTERNOS
EMPRESAS	MILHÕES DE EUROS	%	%	%	%	%	%
TOTAL NACIONAL	2 822	100	1,48	35	10	53	3
AÇORES	17	1	1,00	13	26	60	0

Fonte: GPEARI/MCTES, CIS 2008

QUADRO 8
EMPRESAS COM COOPERAÇÃO EM ACTIVIDADES DE INOVAÇÃO COM OUTRAS EMPRESAS OU COM INSTITUIÇÕES (EM %) E TIPO DE PARCEIRO (2006-2008)

PORTUGAL R.A.A.	EMPRESAS COM COOPERAÇÃO PARA A INOVAÇÃO	TIPO DE PARCEIRO DE COOPERAÇÃO						
		OUTRAS EMPRESAS DO GRUPO	FORNECEDORES DE EQUIP. MAT. COMP. OU SOFTWARE	CLIENTES OU CONSUMIDORES	CONCORRENTES OU OUTRAS EMPRESAS DO MESMO SECTOR	CONSULTORES, EMPRESAS PRIVADAS DE I&D ASSOC. EMP. E/OU CENTROS TECNOLÓGICOS	UNIVERSIDADES INST. POLIT. OU SUAS INST. DE INTERFACE	LAB. DO ESTADO OU OUTROS ORGANISMOS PÚBLICOS DE I&D
EMPRESAS	%	%	%	%	%	%	%	%
TOTAL NACIONAL	25	7	19	16	8	10	8	5
AÇORES	27	8	22	22	9	14	9	8

Fonte: GPEARI/MCTES, CIS 2008

QUADRO 9
TIPOS DE PARCEIROS PARA A COOPERAÇÃO (EM %) CONSIDERADOS MAIS IMPORTANTES PARA AS
EMPRESAS COM ACTIVIDADES DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA (2006-2008)

PORTUGAL R.A.A.	TIPO DE PARCEIRO DE COOPERAÇÃO CONSIDERANDO MAIS IMPORTANTE						
	OUTRAS EMPRESAS DO GRUPO	FORNECEDORES DE EQUIP. MAT., COMP. OU SOFTWARE	CLIENTES OU CONSUMIDORES	CONCORRENTES OU OUTRAS EMPRESAS DO MESMO SECTOR	CONSULTORES, EMPRESAS. PRIVADAS DE I&D ASSOC.EMP.E/ OU CENTROS TECNOLÓGICOS	UNIVERSIDADES INST. POLIT. OU SUAS INST.DE INTERFACE	LAB.DO ESTADO OU OUTROS ORGANISMOS PÚBLICOS DE I&D
EMPRESAS	%	%	%	%	%	%	%
TOTAL NACIONAL	13	32	31	5	9	7	2
AÇORES	22	41	9	9	8	9	2

Fonte: GPEARI/MCTES, CIS 2008

QUADRO 10

EMPRESAS COM INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL (EM %) E COM INOVAÇÃO DE MARKETING (2006-2008)

PORTUGAL R.A.A.	EMPRESAS COM INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL	EMPRESAS COM INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL E INOVAÇÃO	EMPRESAS COM INOVAÇÃO DE MARKETING
EMPRESAS	%	%	%
TOTAL NACIONAL	37	23	31
AÇORES	31	17	32

Fonte: GPEARI/MCTES, CIS 2008

QUADRO 11

MERCADOS GEOGRÁFICOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS PELAS EMPRESAS (EM %) COM
E SEM ACTIVIDADES DE INOVAÇÃO (2006-2008)

PORTUGAL R.A.A.	MERCADO LOCAL, REGIONAL, NACIONAL		MERCADO INTERNACIONAL	
	EMPRESAS COM ACTIVIDADES DE INOVAÇÃO	EMPRESAS SEM ACTIVIDADES DE INOVAÇÃO	EMPRESAS COM ACTIVIDADES DE INOVAÇÃO	EMPRESAS SEM ACTIVIDADES DE INOVAÇÃO
EMPRESAS	%	%	%	%
TOTAL NACIONAL	98	99	56	41
AÇORES	100	100	9	7

Fonte: GPEARI/MCTES, CIS 2008

QUADRO 12
EMPRESAS COM ACTIVIDADES DE INOVAÇÃO E COM BENEFÍCIOS AMBIENTAIS - 2006-2008

PORTUGAL R.A.A.	EMPRESAS COM ACTIVIDADE DE INOVAÇÃO								
	BENEFÍCIOS AMBIENTAIS NA EMPRESA						BENEFÍCIOS AMBIENTAIS RESULTANTES DA UTILIZAÇÃO DE UM PRODUTO OU SERVIÇO APÓS A VENDA		
	REDUÇÃO DO MATERIAL USADO POR UNIDADE PRODUTIVA	REDUÇÃO DA ENERGIA USADA POR UNIDADE PRODUTIVA	REDUÇÃO DO CO2 PRODUZIDO PELA EMPRESA (CONSIDERAR PRODUÇÃO TOTAL DE CO2 DA EMPRESA)	SUBSTITUIÇÃO POR MATERIAIS MENOS POLUENTES OU PERIGOSOS	REDUÇÃO DA POLUIÇÃO SONORA, DOAR, DA ÁGUA OU DO SOLO	RECICLAGEM DE RESÍDUOS, ÁGUA OU MATERIAIS	REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA	REDUÇÃO DA POLUIÇÃO SONORA, DOAR, DA ÁGUA OU DO SOLO	MELHORIA DA RECICLAGEM DO PRODUTO DEPOIS DA SUA UTILIZAÇÃO
EMPRESAS	%	%	%	%	%	%	%	%	%
TOTAL NACIONAL	38	41	31	41	45	58	39	38	42
AÇORES	33	32	29	27	40	38	30	32	30

Fonte: GPEAR/MCTES, CIS 2008

Os quadros anteriores dão-nos uma ideia sobre a dimensão da *cultura da inovação* nas empresas da R.A.A. e sobre os diversos tipos de actividade – produto, processo, *marketing*, volume de negócios – e, bem assim, as percentagens de empresas envolvidas em cooperação empresarial e institucional, com vista à inovação.

O caminho a percorrer é óbvio. Importa incentivar intensamente a cultura da inovação, assumindo, pelo menos, a meta de duplicar o número de empresas com actividades de inovação em cinco anos. Para isso é necessário formar “agentes de inovação”, que possam actuar em agrupamentos de PME e legislar nesse âmbito.

De referir que, em 2008, o Governo Regional dos Açores aprovou o Plano Integrado para a Ciência, Tecnologia e Inovação (PCTI)¹³ com o objectivo de apoiar actividades de investigação científica, desenvolvimento tecnológico e inovação e promover a utilização de TIC na R.A.A.

O PCTI integra um conjunto de programas destinados à dinamização dos diversos sectores de actividade científica e tecnológica:

- Programa de Apoio às Instituições de Investigação Científica dos Açores (INCA);
- Programa de Apoio a Projectos de Investigação Científica e Tecnológica com interesse para o Desenvolvimento Sustentável dos Açores (INCITA);
- Programa de Apoio à Formação Avançada (FORMAC);
- Programa de Apoio à Divulgação Científica e Tecnológica (CITECA);
- Programa de Apoio a Iniciativas de I&D realizadas em Contexto Empresarial (PRICE);
- Programa de Apoio ao Desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicações (PRATICA);
- Programa de Apoio à Integração dos Cidadãos Portadores de Deficiência na Sociedade do Conhecimento (CIDEF);

¹³ Este Plano foi criado pela Resolução do Conselho do Governo nº41/2008, de 3 de Abril, publicada no Jornal Oficial, I Série, nº64.

- Programa de Apoio à Dinamização do Governo Electrónico na Administração Pública Regional (e-GOV).

No final de 2010, o Governo Regional dos Açores elegeu a Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI) para desenvolver um estudo de avaliação e revisão do PICTI, com o objectivo central de caracterizar, analisar e avaliar os objectivos e resultados atingidos pelo Plano.

6.2 EMPRESAS INOVADORAS - EXEMPLOS

Apresentam-se neste ponto exemplos de empresas inovadoras e de iniciativas empresariais originadas na Universidade dos Açores, bem como das principais instituições e infra-estruturas de apoio à inovação empresarial.

CAIXA 26 - A EDISOFT E A ESTAÇÃO DE RASTREIO DE SATÉLITES

Criada em 1988, a Edisoft é uma empresa de engenharia de *software* da EMPORDEF líder nacional nas áreas de: sistemas de comando e controlo de armas e sensores de navios militares; sistemas integradores de informação em plataformas navais; sistemas de informação logística militar; sistemas de segurança colectiva; sistemas espaciais.

É desde o início parceira na instalação da Estação de Rastreio de Satélites da ESA na ilha de Santa Maria. A Edisoft pretendeu, através desta Estação, estabelecer-se como líder em Portugal na disponibilização de serviços tecnológicos aplicados à observação, monitorização e vigilância da Zona Económica Exclusiva Portuguesa. A Estação permitirá à Edisoft abranger toda a cadeia de valor de negócio, desde a recepção das imagens de satélite, até à disponibilização de serviços, como sejam a disponibilização de produtos de valor acrescentado baseados nas imagens de satélite recebidas. Além disso, permitirá também que os serviços possam ser disponibilizados com a máxima rapidez, uma vez que a cadeia de processamento estará o mais próximo possível da fonte principal de dados – os satélites.

A EDISOFT é responsável pela gestão corrente, pela coordenação e qualificação das equipas operacionais, coordenação das missões com a ESA, definição e implementação dos procedimentos internos de qualidade e organização, assim como a representação local da ESA.

Ao longo de 2007 e até Março de 2008, a Estação de Santa Maria e a sua equipa operacional esteve envolvida na instalação e nos testes de qualificação tendo em vista a integração de Santa Maria na rede de estações existente. Neste período, além da qualificação da Estação e dos seus equipamentos, a equipa esteve envolvida em rotinas operacionais com outras estações, não só em Santa Maria mas também no Centro de Controlo em Kouru. O objectivo foi qualificar a Estação e a equipa para a primeira missão (em Março de 2008) - o lançamento do Ariane 5, tendo sido colocado em órbita o primeiro veículo espacial europeu não tripulado, o ATV (*Jules Verne Mission*).

O sucesso desta primeira missão operacional marcou a entrada da Estação e da sua equipa na rede de estações de lançadores. Posteriormente, a Edisoft investiu nos equipamentos necessários para dotar a Estação de capacidades de recepção de dados/imagens de Detecção Remota por Satélite, tornando assim a Estação mais abrangente e sendo possível combinar várias missões: a de seguimento de lançadores e a recepção de dados/imagens de satélite de observação da Terra (designadamente, a recepção de imagens de Earth Observation SAR do Satélite Europeu Envisat e do Canadiano Radarsat -1). Esta nova valência permitirá à Edisoft complementar a sua oferta na área de detecção remota e constitui uma aposta forte em dotar a Estação de Santa Maria de capacidades de monitorização oceânica. Entre os primeiros resultados práticos destes projectos, de referir por exemplo que as primeiras imagens recolhidas pela Estação de Santa Maria permitiram imediatamente a identificação de diversos derrames de óleos na Costa Portuguesa ao largo da zona protegida do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. A excelência da Edisoft foi reconhecida em Setembro de 2004, quando se tornou a primeira e única empresa portuguesa com CMM Nível 2. Estabelecido pelo reconhecido Instituto de Engenharia de Software, o Modelo de Capacidade de Maturidade analisa o desenvolvimento de projectos de engenharia de *software* e certifica o grau de cumprimento, por parte da empresa, dos mais exigentes e rigorosos critérios de qualidade e de desempenho.

Fonte: Edisoft; imprensa

CAIXA 27 - GLOBESTAR SYSTEMS

A GlobeStar Systems é uma empresa de telecomunicações multinacional responsável pelo desenvolvimento e venda de software de integração de sistemas que monitoriza, captura e controla alarmes a partir de uma série de diferentes sistemas de comunicações. A sua actividade principal é o desenvolvimento e comercialização de sistemas e aplicações de comunicações. Com sede em Toronto no Canadá, a GlobeStar Systems juntamente com a Tel-e Technologies, a Tel-e Connect Systems Ltd. e a Canada Pure pertencem ao Tel-e Group. Tem subsidiárias na Europa (GlobeStar Systems Europe) e nos EUA (GlobeStar Systems United States). A GlobeStar Systems Europe está localizada na Lagoa, na ilha São Miguel. A GlobeStar Systems United States tem escritórios no Arizona, California, Florida, Illinois, Maryland, Massachusetts, Michigan, New Hampshire, New Jersey, North Carolina, Philadelphia e Texas.

A GlobeStar Systems foi fundada em 1992 pelo empresário David Tavares. Nessa altura, a principal inovação da empresa relativamente aos seus concorrentes foi a criação da aplicação GolfStar que permitia o uso do Tee off (marcação por telefone) nos campos de golfe. Para além deste software, a empresa também desenvolvia o ADC-Star, um software que transferia as chamadas para um pequeno ambiente de *call center*.

Em 1999, o Connexall, a aplicação mais inovadora da GlobeStar, foi criada com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes no que diz respeito à integração de uma vasta gama de recursos para qualquer tipo de sistema de comunicação, permitindo assim ao utilizador aceder aos dados em tempo real em qualquer lugar, seja no local de trabalho ou fora do país. É assim um software que integra um vasto conjunto de recursos de comunicações para qualquer tipo de sistema. Exemplos disso são os sistemas de alerta de enfermeiras e os diversos botões de alerta dos respectivos sistemas. Este software possibilita receber notificações em tempo real e de mensagens de texto e de voz em qualquer parte do mundo.

O Connexall era inicialmente vendido através de uma licença OEM pela Austco que procedia à sua revenda com o nome de "Austco EasyTouch". No entanto, em 2002, a GlobeStar começou a vender o seu software com a designação de "Connexall". Actualmente, a empresa não disponibiliza o seu software a empresas OEM para revenda.

O mais recente lançamento da GlobeStar Systems (2008) foi o Connexall Lite, uma solução de gestão de notificações de eventos hospitalares produzida para satisfazer as necessidades do pequeno e médio mercado hospitalar.

Os principais produtos da empresa, por ordem decrescente de importância, são a venda do Connexall, a assistência/instalação remota e o desenvolvimento de aplicações à medida.

Em 2010, com um total de 8 colaboradores, o volume de negócios da empresa foi de cerca de 418 mil euros (em 2009 foi de cerca de 331 mil euros). Naquele ano, as vendas e serviços destinaram-se sobretudo aos seguintes mercados: 60.3% aos mercados extra-comunitários; 38.3% ao mercado açoriano; 1.4% ao mercado do Continente.

Nos últimos anos, a GlobeStar Systems tem recebido estagiários da ENTA (Escola de Novas Tecnologias dos Açores), através de um protocolo assinado por ambas as entidades, com o objectivo de formar indivíduos capazes de integrar o software da empresa em qualquer sistema compatível com o mesmo. A GlobeStar System e a Universidade dos Açores também assinaram um protocolo com a mesma finalidade que o acima descrito.

As principais acções com carácter estratégico que a empresa pretende desenvolver nos próximos 5 anos com o objectivo de reforçar a sua inovação e competitividade são a inovação tecnológica, o reforço do marketing e comunicação da empresa, o investimento na gestão estratégica da informação e o reforço da responsabilidade social da empresa.

Fonte: entrevista à empresa GlobeStar Systems; imprensa.

Ao longo dos últimos anos surgiram algumas iniciativas privadas com base nas actividades desenvolvidas no DOP/IMAR da Universidade dos Açores, como por exemplo:

- NorbertoDiver: empresa de mergulho sub-aquático e *whale-watching*.
- FishPics: comunicação visual sobre a vida marinha e o uso sustentável dos recursos marinhos.
- SubZero: consultoria e gestão de projectos na área do ambiente marinho.
- Oceanoscópio: agência de inovação em educação marinha.
- AzoresBiotech: bioprospecção de compostos com actividade biológica.
- FishMetrics: processo biométrico por imagem estéreo para amostragem dos tamanhos do pescado descarregado.
- SeaExperts: na vertente da pesca e da aquacultura.

No que respeita à promoção da inovação empresarial na R.A.A., designadamente através de parcerias entre entidades públicas e privadas, deve referir-se o Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores (INOVA) e a já referida Escola de Novas Tecnologias dos Açores (ENTA). Estas instituições inserem-se no Plano de Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Transformadora (1983) e resultaram de uma parceria entre o Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial e, por parte da R.A.A., o Governo Regional, a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, a Universidade e várias empresas. São ainda de referir outras iniciativas envolvendo instituições e personalidades de reconhecido mérito como são exemplos a prospecção e a avaliação de recursos minerais, envolvendo o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) e a Universidade dos Açores, ou a valorização das águas termais na R.A.A., que agrupa o INOVA, o INETI e o Centro para o Desenvolvimento e Inovação Tecnológicos (CEDINTEC), entre outros.

O INOVA é uma associação sem fins lucrativos que tem como objectivo apoiar as empresas nas áreas do controle da qualidade dos processos e dos produtos, do desenvolvimento tecnológico e da inovação e da metrologia. Tem actualmente como principais associados: o Governo Regional, a Universidade dos Açores, o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI) que substituiu o INETI, como resultado da sua extinção, a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, a Associação dos Jovens Empresários dos Açores e diversas empresas (a Cimentação - Cimentos dos Açores, a Finança Agro-Alimentar, a Fábrica de Cervejas e Refrigerantes João Melo Abreu, a EDA - Electricidade dos Açores, a Fábrica de Tabaco Micaelense e a Fábrica de Tabaco Estrela).

O INOVA possui um campo experimental e uma fábrica-piloto na área dos lacticínios, da carne e do pescado, onde podem ser realizadas as mais diversas experiências tecnológicas, permitindo o desenvolvimento de novos produtos e de novos processos:

- O Laboratório de Análises - está especialmente vocacionado para a execução de análises físico-químicas e microbiológicas de apoio à indústria, serviços e instituições da R.A.A., visando a caracterização e/ou o controlo de qualidade de produtos industriais e matérias-primas, através de análises físico-químicas e microbiológicas. As suas áreas de intervenção são: águas; produtos alimentares; controlo higiénico de superfícies; alimentos para animais; solos; e lamas.
- O Laboratório de Metrologia - assegura a realização de serviços de natureza laboratorial, enquanto laboratório de calibração/ensaio, e regulamentar, integrando o sistema descentralizado, coordenado pelo Instituto Português de Qualidade (IPQ), de entidades que actuam no domínio da metrologia legal.

A par das actividades destes Laboratórios, o INOVA tem desenvolvido actividades de medição e monitorização de parâmetros ambientais, além de actividades de consultoria em sistemas de gestão (nomeadamente nos domínios do sistema de controlo de qualidade, da segurança alimentar e da inspecção e da certificação de produtos, através de ensaios e/ou calibrações).

Enquanto infra-estrutura tecnológica que tem como missão contribuir para o reforço da produtividade e competitividade do tecido empresarial regional, o INOVA intervém no domínio da formação, enquanto associado maioritário da ENTA, cuja missão é a de promover o reforço e a adequação das qualificações e competências dos recursos humanos da região face às necessidades do tecido empresarial.

É importante realçar os seguintes projectos de investigação e desenvolvimento aprovados pelo Programa Operacional Proconvergência, que demonstram a importância do INOVA no apoio à inovação empresarial:

- O projecto "TERMAZ" - visa a qualificação dos recursos termais da R.A.A, com especial enfoque nas Termas do Varadouro (Faial), do Carapacho (Graciosa), da Ferraria e das Furnas (São Miguel), e das nascentes com potencialidades de produção de águas minerais. O objectivo geral do projecto é o desenvolvimento sustentado dos recursos termais, hidrominerais e geotérmicos da R.A.A.

O INOVA, conjuntamente com os seus parceiros neste projecto - nomeadamente o Governo Regional, através da Secretaria Regional da Economia, a Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, a Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto e as empresas que exploram as Termas do Carapacho e da Ferraria -, está a desenvolver um conjunto vasto de estudos na área das propriedades terapêuticas e dermo-cosméticas das águas, lamas termais e outros recursos endógenos da R.A.A, como é o caso da pedra-pomes.

- O projecto "Qualidade em Acção" - desenvolvido no âmbito do Projecto "Estratégia para a Qualidade na Região Autónoma dos Açores", financiado pelo Programa PRODESA e a Secretaria Regional da Economia, este projecto consiste num plano de acção orientado para a operacionalização da implementação daquele projecto na R.A.A. De um conjunto de 26 propostas de acção identificadas e da hierarquização de prioridades na sua implementação, resultou uma selecção de acções estratégicas importantes, de que se destacam: (i) a criação de um Sistema de Incentivos à Qualidade e Inovação; (ii) a definição e Construção do Sistema Regional da Qualidade (SRQ); (iii) a Segurança Alimentar na RAA; (iv) a criação de um Barómetro Regional da Qualidade; e (v) campanhas de Sensibilização para a Qualidade.

- O projecto "Cultura do Ananás dos Açores" - tem como objectivos encontrar alternativas credíveis à matéria-prima tradicional utilizada nas camas quentes das estufas, estudando a possibilidade de utilizar os resíduos verdes que chegam aos aterros sanitários, resultantes dos cortes das árvores, das relvas das estradas e dos jardins, para, após compostagem e vermicompostagem, serem utilizados na produção de ananás. A utilização da micropropagação para melhorar o rendimento dos produtores e a influência da radiação solar, da temperatura e de diferentes tipos de estufa na qualidade do ananás produzido são outros focos de interesse deste projecto.

Este projecto tem como parceiros o Governo Regional, através da Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, o Instituto Superior de Agronomia, a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, o Departamento de Ciências Tecnológicas e Desenvolvimento (DCTD) da Universidade dos Açores e a Cooperativa Profrutos.

- O projecto "SEPROQUAL-Inovação" - este projecto surgiu na sequência do Projecto SEPROQUAL, que abrangeu cerca de 800 empresas e cerca de 2 mil trabalhadores em toda a R.A.A e que teve enorme sucesso na promoção da segurança e da qualidade nas empresas ligadas à indústria e aos serviços da área alimentar. Tem como parceiros o Governo Regional, através das Secretarias Regionais da Economia, da Agricultura e Florestas e do Ambiente e do Mar, o Instituto Nacional de Recursos Biológicos, o Instituto Nacional de Investigação das Pescas, a Universidade dos Açores (através do Departamento de Ciências Tecnológicas e Desenvolvimento) e pequenas e médias empresas ligadas ao sector agro-industrial.

Desenvolvido pelo INOVA, este projecto tem quatro vertentes fundamentais:

- O SEPROQUAL- Inovação-Lacticínios – com o objectivo de dar apoio tecnológico às pequenas e médias empresas do sector, especialmente ligadas à produção de queijo.
- O SEPROQUAL- Inovação-Carnes - com o objectivo de apoiar a qualificação da carne com Indicação Geográfica Protegida (IGP), carne produzida na R.A.A através de pastoreio livre e à base de erva. Esta componente visa também apoiar a salsicharia tradicional, caracterizando os processos de fabrico e sugerindo as alterações necessárias para aumentar a segurança e a vida em prateleira dos seus produtos.
- O SEPROQUAL- Inovação-Pescado - tem como objectivo valorizar as espécies com um valor comercial baixo (i.e. chicharro) e aumentar a vida em prateleira de espécies de alto valor comercial (i.e. goraz, cherne e pargo).
- O SEPROQUAL - Inovação-Produtos Artesanais - visa apoiar tecnologicamente as microempresas ligadas à produção de produtos tradicionais da R.A.A. e a respectiva certificação.

No domínio do desenvolvimento de Projectos de I&D e da promoção de actividades de assistência tecnológica empresarial que contribuam para a inovação na R.A.A., o INOVA tem vindo a implementar nos últimos anos diversos projectos e actividades que potenciem a diversificação da produção industrial, o aproveitamento e valorização de produtos e subprodutos açorianos e, ainda, o estudo de novas aplicações para materiais e recursos endógenos da região. Entre estes outros projectos relevantes, destacam-se:

- Projecto SEPROQUAL: Programa de Segurança Alimentar e Promoção da Qualidade.
- Valorização de Águas Termais dos Açores.
- Aproveitamento de Águas Quentes/Termais dos Açores.
- Projecto INOTEC-Empresa: Plano Tecnológico e de Inovação Empresarial.
- Estratégia para a Qualidade na R.A.A..
- Valorização de Produtos Lácteos dos Açores: Determinação dos Teores de CLA em Queijo dos Açores e Avaliação dos Teores de Selénio e Iodo em Leite da Ilha de São Miguel.
- Certificação de Produtos Regionais.
- Encontro Internacional de Termalismo e Turismo Termal & III Fórum Ibérico de Águas Engarrafadas e Termalismo.
- Vida em Ebulição no Verão.
- Celebrando a Biodiversidade Microbiana.
- Multiplicação Clonal de Variedades de Pomóideas das Furnas.
- Cultura do Morangueiro em Sistema de Cultura Hidropónica.
- Projecto CINMAC: Criação de Círculos de Inovação nos Sectores de Turismo e Agro-Alimentar na Macaronésia.
- Projecto INOVAÇORES: Promoção da Inovação e da Produtividade nos Açores.
- Projecto UNITTEC: Criação de um Gabinete de Transferência de Tecnologia Inter-Regional.

Para o apoio e concretização dos vários projectos de investigação e inovação, a R.A.A. conta com a presença de uma rede de infra-estruturas de apoio à actividade empresarial.

Uma importante infra-estrutura, na ilha de São Miguel, é o Azores Parque - Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Parques Industriais. Trata-se de uma sociedade anónima, constituída em Maio de 2004, e que tem como objectivos a promoção e desenvolvimento urbanístico e imobiliário de parques empresariais, prestação de serviços de planeamento, arquitectura, engenharia e gestão, bem como a prestação de outros serviços conexos e necessários ao desenvolvimento da actividade empresarial. A estrutura societária do Azores Parque é a seguinte: município de Ponta Delgada (51%); Coliseu Micaelense (31.5%); Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada (7.5%); Rego, Costa e Tavares (5%); Universidade dos Açores (2.5%); Tagusparque (2.5%).

O Azores Parque está a desenvolver a iniciativa Incubadora de Ideias, desenvolvida com o apoio do Tagusparque e que visa dinamizar o empreendedorismo na R.A.A. através do apoio à transformação de uma ideia de negócio em actividade empresarial.

Esta infra-estrutura de apoio à actividade empresarial conta com a presença de várias empresas, entre as quais se destacam a Fábrica de Tabaco Micaelense, a Pérola da Ilha ou a empresa Construções Paulo Jorge. No entanto, de referir que o Azores Parque enfrentou, até 2008, alguns constrangimentos ao desenvolvimento das suas actividades, derivados da presença nos seus terrenos de um aterro sanitário (entretanto relocado para junto da central da EDA) e das restrições ao licenciamento dos novos projectos imobiliários decorrentes do novo Plano Director Municipal (PDM).

Está localizado no Azores Parque o Azores Retail Parque, que conta com a presença de várias empresas, com destaque para a Delegação Comercial de Ponta Delgada da empresa Lactogal - Produtos Alimentares. O Retail Parque foi organizado de forma a constituir uma referência polarizadora do comércio e serviços da R.A.A., facilitando e estruturando o abastecimento a sectores essenciais para a economia regional. Está dividido em três lotes: Lote 1 - destinado a comércio de vestuário, calçado, adereços, produtos para lar (mobiliário, têxteis, electrodomésticos, iluminação) e a serviços transitários; Lote 2 – destinado ao ramo alimentar; Lote 3 - destinado ao comércio de materiais de construção, máquinas e equipamentos, bem como ao ramo automóvel.

Outra importante infra-estrutura de apoio à actividade empresarial, também na ilha de São Miguel, é a Portas da Lagoa – Sociedade de Desenvolvimento da Lagoa. Trata-se de um projecto âncora e pólo dinamizador da actividade económica na Lagoa, com habitação, comércio e serviços, equipamentos públicos e uma incubadora, que se pretende afirmar como um parque de desenvolvimento tecnológico.

Ainda no contexto do apoio à inovação empresarial, de referir o Projecto InCUBE, uma parceria entre o Centro de Empreendedorismo da Universidade dos Açores, a Associação Académica e o Governo Regional, que constitui outra valência de estímulo do empreendedorismo na R.A.A. Este projecto visa a construção de uma Incubadora de Empresas e a criação de uma Júnior Empresa no pólo de Ponta Delgada da Universidade dos Açores, com o intuito de potenciar no contexto universitário o conhecimento científico e tecnológico e a sua aplicação à economia regional.

De referir ainda que está em elaboração um estudo sobre o empreendedorismo na R.A.A, desenvolvido em parceria entre o Centro de Empreendedorismo da Universidade dos Açores e a SPI Ventures, com o apoio do Governo Regional (Secretaria Regional da Economia). Trata-se do projecto *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) Açores 2010. Os resultados deste projecto deverão ser apresentados no final do primeiro semestre de 2011.

Por fim, e ainda no âmbito do apoio à actividade empresarial, de referir o papel desempenhado por duas entidades: a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores - através do Espaço de Desenvolvimento Empresarial e Tecnológico (EDET) -, que procura apoiar a criação e o desenvolvimento de empresas com produtos e serviços inovadores e fomentar novas áreas de negócio baseadas em novas tecnologias e em inovadoras formas de gestão, produção e comercialização; a Agência para a Promoção do Investimento dos Açores (APIA), que tem como principais objectivos promover activamente a captação de projectos de investimento de capitais externos à região, nacionais ou estrangeiros; apoiar a realização desses projectos; e contribuir, junto de potenciais investidores, para a identificação e divulgação das oportunidades de investimento na R.A.A.

7. OS NOVOS PROJECTOS – INFRA-ESTRUTURAS E ACTIVIDADES

7.1. ACTIVIDADES ECONÓMICAS EMERGENTES

- Turismo – o Plano de Ordenamento Turístico da R.A.A. (2008) fixou em 15.5 mil camas a capacidade hoteleira máxima da região até 2015. Admite ainda uma reserva adicional de 10%, o que faz elevar a capacidade hoteleira para as 17 mil camas, ou seja, mais do dobro das camas actualmente existentes na R.A.A. Ao identificar as zonas com potencialidades turísticas em termos de oferta de produtos, este Plano destaca, em termos gerais para quase todo o arquipélago, a gastronomia, vulcanismo e as festas do Espírito Santo. Como aposta central para cada ilha são de referir os seguintes “produtos” turísticos: a comunidade e o repouso no Corvo; a náutica de recreio e golfe no Faial; a diversidade paisagística e o pedestrianismo nas Flores; o termalismo e o mergulho na Graciosa; a baleia e a montanha no Pico; as praias e o golfe em Santa Maria; o queijo e as fajãs em São Jorge; o vulcanismo e termalismo em São Miguel; e o património edificado na Terceira.

Num *ranking* elaborado anualmente pela revista *National Geographic Traveler*, que distingue as melhores ilhas e arquipélagos do ponto de vista do turismo sustentável, a R.A.A. garantiu o segundo lugar entre 111 destinos insulares. A região foi considerada um dos melhores destinos de golfe por descobrir, pelo *International Golf Travel Market* (IGTM), passando a integrar o lote das duas localizações na Europa que receberam esta distinção.

O aumento da qualidade e a consolidação da fileira do turismo na R.A.A. implicam uma distribuição mais equilibrada da oferta de alojamento turístico pelas diferentes ilhas, sobretudo das componentes de maior diversificação orientada para o turismo ambiental e rural.

Entre os produtos turísticos com maior potencial no desenvolvimento futuro do turismo na R.A.A., e que poderão contribuir para a redução do problema da sazonalidade desta actividade, destacam-se:

- Termas - as unidades termais estão localizadas em diversas ilhas (São Miguel - Ferraria, Caldeiras da Ribeira Grande e Furnas; Graciosa – Carapacho; e Faial – Varadouro). O aproveitamento desta mais-valia ambiental pretende valorizar as características das águas para utilização termal; remodelar/construir instalações de acordo com as respectivas potencialidades termais, bem como criar novas unidades hoteleiras de excelência; implementar programas complementares à oferta termal (SPA).

O referido projecto “TERMAZ” tem contribuído de forma significativa para aproveitamento e valorização das termas na R.A.A.

- Mergulho – a actividade de mergulho evidencia-se muito importante ao nível do turismo e da investigação na R.A.A. Esta região detém o 1º Guia de Mergulho a nível nacional, elaborado por especialistas da região (Guia de Mergulho dos Açores). O “turismo subaquático” ainda apresenta uma significativa margem de crescimento, importando por isso reforçar a aposta na divulgação do destino Açores e deste produto, nas suas diferentes variantes (fotografia subaquática, mergulho arqueológico, observação de animais, etc.). De salientar que uma actividade com forte potencialidade turística e científica na R.A.A. é a arqueologia subaquática que, em virtude do papel desta região na triangulação marítima desde a época das Descobertas, se apresenta com um rico e vasto espólio subaquático.

- Desportos náuticos - a vela, o *windsurf* e o remo são actividades que têm na R.A.A. condições privilegiadas para a sua prática. De destacar o iatismo - são centenas os iates que fazem das ilhas açorianas, em especial do Faial, o seu porto de escala obrigatório na travessia do Atlântico ou o vértice de um triângulo que termina nas costas da América ou da Europa. De referir que a marina da Horta, construída em 1986 e com 300 postos de amarração, é a quarta mais visitada do mundo por embarcações de navegação ao largo (atrás de Gibraltar, Trindade e Bermudas), tendo ultrapassado as 1300 entradas anuais de embarcações (em 2009). Esta marina tem como picos de procura os meses de Abril, Maio e Junho (com 30/40 barcos/dia), decorrentes do regresso das Caraíbas para a Europa.

De referir que na ilha das Flores também se verifica o desenvolvimento do iatismo, com grande procura por parte dos franceses (associada ao facto de ter existido nesta ilha, entre 1966 e 1993, a Estação de Telemedidas das Flores, conhecida como Base Francesa das Flores) – está em curso o projecto de construção do Núcleo de Recreio Náutico das Lajes das Flores.

Por outro lado, algumas ilhas têm sido porto de chegada ou de escala de regatas internacionais, que procuram um porto seguro e acolhedor do Atlântico Norte.

- Big game fishing – a R.A.A. constitui uma das mais ricas reservas desta actividade no Atlântico. Tubarões de grande dimensão, pecos, bonitos, atuns e *blue marlin*, são as capturas mais frequentes na região.
- Whale Watching – a R.A.A. foi considerada uma das 10 melhores regiões do mundo para *Whale Watching*, segundo um trabalho elaborado pelo jornal britânico *The Telegraph*.
- Espeleologia - dada a sua natureza vulcânica, a R.A.A. apresenta um vasto património espeleológico com cerca de 250 cavidades naturais, correspondendo a muitas dezenas de quilómetros de caminhos subterrâneos.
- Turismo de natureza e geoturismo – o Governo Regional criou a Rede de Percursos Pedestres Classificados “Trilhos dos Açores” que atravessam zonas de beleza excepcional; por outro lado, o arquipélago dos Açores possui um importante potencial geoturístico, devido às suas paisagens vulcânicas, que se tornaram o *ex-libris* da região. Numa perspectiva de promover um melhor aproveitamento dos serviços e infra-estruturas já existentes, a GeoAçores - Associação Geoparque Açores está a apostar na criação de novos serviços e produtos interpretativos, implementando um geoturismo de qualidade na região, em estreita ligação com outras vertentes do turismo de natureza e assente na exploração de diversas rotas (rota das cavidades vulcânicas; rota dos miradouros; rota dos trilhos pedestres; rota do termalismo; rota dos Centros de Ciência). Refira-se que, em Setembro de 2011, o Parque Natural do Faial recebeu o Prémio EDEN, iniciativa da Comissão Europeia para fomentar modelos de desenvolvimento sustentável e que distingue destinos turísticos nacionais (não tradicionais) que requalificaram, com um projecto sustentável e economicamente viável, os seus sítios naturais ou o seu património local, convertendo-os em atracções turísticas (Valorização Turística de Sítios).
- Bird Watching – como se fez referência, a R.A.A. é uma das seis regiões europeias classificadas como Área de Endemismo de Aves (*Endemic Bird Areas* - EBA). Dada a localização geográfica do arquipélago, é frequente avistarem-se na R.A.A. espécies migratórias raras. Inúmeros sites internacionais da especialidade promovem a R.A.A como destino turístico de excelência para *Bird Watching*.

- Energia: dadas as condições de arquipélago que caracterizam a R.A.A., e a distância que o separa do continente mais próximo, os recursos renováveis foram a primeira fonte de energia primária a ser utilizada nas ilhas. A actividade de produção de energia eléctrica na R.A.A., iniciou-se com a instalação de uma Central Hidroeléctrica em Vila Franca do Campo, ilha de S. Miguel, em 1899, com o objectivo de alimentar as necessidades de iluminação do referido município (hoje existem centrais hidroeléctricas nas ilhas São Miguel, Terceira, Faial e Flores).

De acordo com dados divulgados pela APIA, de Janeiro a Dezembro de 2010, a produção anual de electricidade na R.A.A. atingiu os 849.636 MWh. Neste período, a estrutura da produção energética na região foi a seguinte: 72% de origem termoeléctrica e 28% de origem renovável. A produção térmica teve 63.6% de origem de produção a fuel e 8.3% de produção a gásóleo. Por seu turno, a produção renovável teve por origem 20.4% de produção geotérmica e 7.6% de origem hídrica e eólica.

Até 2018, pretende-se que 75% da energia produzida na R.A.A. seja energia renovável, tendo em vista a autonomia e eficiência energéticas da região.

Entre as energias renováveis, a energia geotérmica é a que apresenta um maior potencial na R.A.A., em consequência do processo de formação do arquipélago e da sua localização junto da Crista Médio Atlântica, região com um enquadramento geoestrutural que proporciona uma intensa actividade vulcânica, bem como outras manifestações superficiais indicadoras da enorme quantidade de energia endógena existente no subsolo em muitos locais do arquipélago (exemplo das fontes termais e fumarolas). Todas as ilhas, excepto Santa Maria, apresentam potência geotérmica. Todavia, destaca-se a ilha de São Miguel - no município Ribeira Grande, a geotermia é explorada em duas centrais: a Central Geotérmica da Ribeira Grande e a nova Central Geotérmica do Pico Vermelho.

Para além da forte aposta em energia geotérmica na R.A.A., esta é uma área com forte potencial ao nível da investigação: a investigação científica e a avaliação do potencial de aplicação da geotermia de alta entalpia (a temperatura do fluido é superior a 120 °C) para geração de energia eléctrica e da geotermia de baixa entalpia (com temperaturas entre 30° C e 120° C) para o aproveitamento da energia associada aos aquíferos (hidrogeologia energética) ou em formações geológicas estão a ser alvo de projectos-piloto em Portugal.

Está em desenvolvimento o Projecto Geotérmico da Ilha Terceira, a cargo da empresa GeoTerceira - Sociedade Geoeléctrica da Terceira, e que compreende a execução dos poços de produção e de reinjecção e a construção de uma central geotérmica de 12 MW. Os trabalhos realizados até à data permitiram identificar um sistema geotérmico de alta temperatura, superior a 300°C, com uma área significativa e com reservas de calor suficientes para suportar um projecto geotérmico com 10/12 MW. Todavia, a reduzida produtividade individual dos poços geotérmicos, decorrente da baixa permeabilidade encontrada, o seu comportamento cíclico e as características termodinâmicas do recurso existente, não permitem que se demonstre, no imediato, a viabilidade de extracção do calor com uma potência idêntica à inicialmente prevista. Neste contexto, perspectiva-se dividir o projecto em duas fases, planeando-se no âmbito da primeira fase a construção de uma Central Geotérmica Piloto com uma potência de 3 MW. Face

à reconfiguração do projecto, decorre o estudo de viabilidade da instalação desta central, assim como o estabelecimento de condições que suportem eficazmente o sucesso da sua exploração.

A energia eólica também é muito importante na R.A.A. - existem parques eólicos nas ilhas de Santa Maria (o Parque Eólico do Figueiral, um dos primeiros em Portugal), São Jorge (parque Pico da Urze), Pico (parque Terras do Canto), Faial (parque Lomba dos Frades), Terceira (parque Serra do Cume), Graciosa (parque Serra Branca) e Flores (parque Boca da Vereda).

A R.A.A. dispõe de dois sistemas de armazenamento de energia por volante de inércia (*flywheel*) em exploração industrial desde 2006, instalados nas ilhas Flores e Graciosa, que permitem tirar o maior proveito da potência eólica instalada nestas ilhas e integrar o sistema de comando do volante de inércia com o sistema de controlo de potência dos parques eólicos. Este sistema permite diminuir os problemas de controlo de frequência da rede eléctrica e de existência de uma grande quantidade de energia eólica não utilizada devido à limitação em potência dos aerogeradores (operadores), permitindo uma maior penetração de energia eólica na rede.

A biomassa, que se baseia no aproveitamento de resíduos e produtos biodegradáveis que provêm da agricultura, de florestas e mesmo de indústria, também apresenta fortes potencialidades na R.A.A. Embora este recurso seja abundante na região, a sua utilização para a produção de energia eléctrica não tem sido muito contemplada, existindo uma única instalação que utiliza gás metano como combustível, com uma potência instalada de 165 KW. O gás utilizado é produzido num digestor alimentado com os efluentes provenientes de uma instalação de suinicultura.

Por fim, de referir que a R.A.A. apresenta favoráveis condições naturais para o aproveitamento da energia das ondas: inexistência de plataforma continental, ou seja águas profundas na proximidade da costa. Dos três grandes projectos europeus no domínio da energia das ondas e com construção de protótipos, a R.A.A. liderou o projecto desenvolvido na ilha do Pico - a região foi mesmo pioneira nos projectos europeus de exploração da energia das ondas nesta ilha. A Central de Energia das Ondas do Pico foi a primeira do género a ser construída na Europa (em 1999), no âmbito de um projecto europeu de aproveitamento das ondas para a produção de energia eléctrica. Todavia, esta central tem apresentado dificuldades de funcionamento contínuo devido à força do mar. Actualmente, a central está sob exploração do Centro de Energia das Ondas - *Wave Energy Centre* (WavEC), entidade privada sem fins lucrativos localizada no Porto, em colaboração com a EDP, que pretende reactivar a Central para funcionamento em contínuo.

Por outro lado, a região participou em outros dois projectos: a central LIMPET, na ilha de Islay (Escócia); e o projecto AWS, em Viana do Castelo.

Em Abril de 2011, o Governo Regional assinou o "Pacto das Ilhas", um compromisso de 12 ilhas ou arquipélagos europeus que visa a adopção de medidas de combate às alterações climáticas e a adopção do compromisso de ir além dos objectivos estabelecidos pela UE na Estratégia Europa 2020, reduzindo em pelo menos 20% as emissões de CO² nestes territórios. São os seguintes os compromissos assumidos pela R.A.A. neste "pacto": o desenvolvimento de um Plano de Acção para a Energia Sustentável nas Ilhas, que incluía um inventário da situação de referência e que definia a metodologia para

atingir os objectivos daquela Estratégia; submeter um relatório de implementação, em cada dois anos, para efeitos de monitorização e verificação; mobilizar investimentos em energia sustentável; organizar “dias da energia”, em cooperação com a Comissão Europeia e outros actores relevantes.

Alguns projectos já desenvolvidos ou em curso na R.A.A. permitem incrementar a utilização das energias renováveis na região.

De salientar o projecto-piloto *Green Islands*, um dos principais projectos de investigação do programa MIT-Portugal, que integra o Plano de Acção do Pólo de Competitividade da Energia, Estratégia de Eficiência Colectiva reconhecida formalmente em Julho de 2009.

O principal objectivo deste projecto é o desenvolvimento e teste de sistemas energéticos autónomos para locais isolados (designadamente ilhas), actuando desde a fase de definição de estratégias energéticas sustentáveis à concretização das mesmas em produtos inovadores. A aplicabilidade destes produtos estende-se aos sectores dos transportes, armazenamento de energia, produção de energia renovável e eficiência energética.

As áreas de enfoque tecnológico privilegiadas são as relacionadas com a energia geotérmica, o veículo eléctrico (incluindo a área “*vehicle to grid*”), sistemas de “*seawater pumped storage*”, redes eléctricas inteligentes e edifícios energeticamente sustentáveis.

Uma das áreas-chave deste programa de investigação é o desenho de micro-redes inteligentes (*smart micro-grids*) e outras opções para a rede energética, que permitam a coexistência de procura e oferta de energia dinâmicas. O projecto está a ser desenvolvido de forma sistemática, partindo da identificação dos recursos para a identificação das tecnologias a utilizar, as quais vão desde as *smart grids*, à gestão dinâmica dos consumos e aos veículos eléctricos.

Numa primeira fase, o teste ao conceito de auto-suficiência energética incidirá sobre a ilha São Miguel, que apresenta condições de partida particularmente favoráveis para o efeito. Posteriormente, pretende-se levar este conceito e as tecnologias que o viabilizam a outros contextos, nomeadamente à escala internacional.

No âmbito do *Green Islands*, e tendo em consideração o seu carácter abrangente, de referir duas iniciativas em áreas tecnológicas específicas, nomeadamente a energia geotérmica (iniciativa “*DeepGeo*”) e o alargamento do conceito de aproveitamentos hidroeléctricos reversíveis à armazenagem com água do mar (iniciativa “*GreenStorage*”).

A “*DeepGeo*” tem como objectivo o aproveitamento dos recursos geotérmicos localizados a grande profundidade (geotermia de aquíferos profundos), para produção de energia eléctrica. Ao explorar uma nova vertente da geotermia, esta iniciativa potencia o desenvolvimento integrado da cadeia de valor, desde a perfuração até ao fornecimento de equipamentos e serviços de operação e manutenção, com elevado potencial de exportação.

A “*GreenStorage*” tem como propósito o alargamento do conceito tradicional de aproveitamentos hidroeléctricos reversíveis (actualmente os sistemas de armazenamento de energia renovável em grande

escala mais eficazes), estendendo este conceito à armazenagem com água do mar, num processo inovador. O objectivo é desenvolver na Europa o conceito testado apenas na central hidroeléctrica de Yanbaru (em Okinawa, no Japão), que se encontra em exploração desde 2004. Esta iniciativa procura contribuir para o aumento da utilização de energias renováveis intermitentes, que requer tecnologias inovadoras de armazenamento de energia de elevada escala.

De referir que a R.A.A. tem um novo sistema de incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis – o ProEnergia (no âmbito do Pro-Convergência) -, que tem como objectivo estimular o aproveitamento dos recursos energéticos endógenos para a produção de electricidade ou para a produção de outras formas de energia, essencialmente para o auto-consumo do sector privado, cooperativo e residencial doméstico. Prevê, entre outras áreas, ajudas ao investimento em painéis solares para aquecimento de água, produção de energia fotovoltaica e utilização de aerogeradores e aproveitamento de mini-hídricas ou produção de biogás.

Uma referência para o facto de a EDA estar a desenvolver diversos contactos com responsáveis do programa para a mobilidade eléctrica em Portugal (Programa MOBI.E) e com o Governo Regional, no sentido de cooperar com todas as iniciativas da política energética nacional e regional de promoção e criação de condições para o desenvolvimento da mobilidade eléctrica, bem como com construtores automóveis para conhecimento dos seus modelos de viaturas eléctricas e do interesse em comercializá-los na R.A.A. A EDA estima que bastaria haver 2900 automóveis eléctricos a carregar todas as noites as respectivas baterias na ilha São Miguel para se aumentar a penetração média anual de energias renováveis na ilha para mais de 70%, em 2015, e para diminuir a dependência energética da R.A.A. (cerca de 40% das importações de produtos petrolíferos na região destina-se ao sector rodoviário).

Uma última referência para o projecto que a EDA está a desenvolver para a ilha Graciosa, em parceria com a empresa alemã Youcus, e que consiste na utilização de baterias japonesas de sódio/enxofre para a regulação da rede (armazenamento de energia eólica, fotovoltaica ou hídrica por alguns segundos ou minutos ou de um determinado período do dia para outro). Este projecto está já em teste em Berlim e simula o funcionamento do sistema eléctrico da Graciosa.

Ainda no âmbito dos projectos na área da energia, são de salientar os projectos de construção de novas centrais geotérmicas nas ilhas São Miguel e Terceira, novas centrais eólicas em São Miguel e Faial e novas centrais hídricas nas ilhas Flores e São Jorge. As restantes estações serão alvo de incrementos de capacidade ou remodelação.

De referir ainda que, em 2009, desenvolveu-se nas Flores o projecto “12 dias a viver no Verde”, que permitiu alimentar a rede eléctrica apenas com energias renováveis, numa conjugação das energias eólica e hídrica. Foi a primeira experiência do género em Portugal.

Em Julho de 2011, o Governo Regional e o município do Corvo assinaram um contrato para o desenvolvimento de um projecto que visa substituir o gás doméstico por painéis solares e bombas de calor.

Agricultura Biológica e Agro-indústrias

Neste domínio salientam-se três principais actividades com forte potencial de desenvolvimento e investigação na R.A.A.:

- Gestão de protecção integrada: uma importante área de investigação é a protecção dos ecossistemas sensíveis e a gestão integrada do solo e a preservação da biodiversidade terrestre e marinha da R.A.A. Assume relevância a investigação no domínio da "biofábrica", que se dedica à produção de insectos que são esterilizados por radiação gama e posteriormente lançados no terreno com vista a combater pragas como a mosca da fruta ou o escaravelho japonês. Trata-se de uma aposta na técnica do insecto estéril, que permite o controlo de pragas sem o recurso a pesticidas.
- Produção biológica – a R.A.A. apresenta elevadas potencialidades para a prática de agricultura biológica, existindo vários exemplos de produtos que poderiam beneficiar de um incremento no seu valor de mercado, caso pudessem ostentar uma referência de produção sob processos de agricultura biológica. O modo de produção biológico distribui-se por três ilhas: São Jorge, São Miguel e Terceira. Na ilha São Jorge surge concentrado na produção pecuária, pastagens e forragens, enquanto na ilha Terceira e na ilha São Miguel se desenvolve em torno dos produtos hortícolas e frutícolas. Ainda no âmbito da produção biológica, uma referência para as potencialidades em torno dos produtos hortícolas prontos a consumir, já lavados e embalados.

Por outro lado, no domínio da fruticultura, tem sido verificada uma aposta no desenvolvimento da produção de algumas espécies de fruta que perderam importância na região – é o caso da espécie de banana "pequena-anã", na qual se introduziram melhoramentos como a reconversão de parcelas com plantios certificados de clones desta espécie e a introdução de rega e técnicas fitossanitárias menos agressivas ao meio ambiente. Como se fez referência, a Fruter está a desenvolver um projecto para classificar a banana "pequena-anã" como produto IGP.

- Floricultura – com base na actividade já existente na R.A.A., verifica-se um forte potencial em torno da cultura de proteas, uma espécie de planta decorativa que tem tido uma expansão significativa um pouco por toda a região (apesar de ser em São Miguel que se concentra a maior produção). As primeiras plantações de proteas destinadas à exportação surgiram na ilha Terceira em 1997, existindo actualmente explorações em sete ilhas do arquipélago (são excepção as Flores e o Corvo).

A R.A.A. é a segunda região europeia na produção desta planta (apenas superada pelas Canárias), tendo exportado em 2008/2009 mais de dois milhões de hastes, com um volume de negócios estimado em três milhões de euros.

De referir que a empresa holandesa OZ Import, considerada como a maior do sector florícola na Europa, importa anualmente cerca de 22 milhões de hastes de proteas por ano, das quais 400 a 500 mil hastes são proveniente da R.A.A. Todavia, o transporte aéreo ainda constitui um dos maiores entraves à rentabilidade da produção de proteas na região. Na lista das principais dificuldades detectadas neste tipo de cultura, existem ainda outras variáveis, como o seu recente historial, o

elevado número de variantes para exploração, a correcta identificação e combate de pragas e doenças e a ausência de trabalhos de investigação.

Também ao nível da actividade vinícola da R.A.A. existem potencialidades de desenvolvimento, em parte devido ao projecto de criação da seguinte infra-estrutura:

- Laboratório Regional de Enologia na ilha do Pico – este laboratório permitirá aprofundar o conhecimento dos vários produtos vitícolas da R.A.A., nomeadamente ao nível das suas características físico-químicas e organolépticas. Com um investimento de cerca de 1.5 milhões de euros, esta infra-estrutura disponibilizará serviços nos domínios da informação, acompanhamento e análise, assumindo-se como instrumento fundamental da certificação dos vinhos de qualidade da R.A.A. Por outro lado, irá integrar áreas destinadas à confidencialização de amostras, análises clássica e experimental, cromatografia, absorção atómica, câmara escura, sala de provas, armazéns de reagentes, rampas de gases e controlo de temperatura, pressão interna, humidade e odores.

Saúde

O estudo desenvolvido pelo Centro de Empreendedorismo da Universidade dos Açores menciona que a R.A.A. apresenta-se como uma região dinâmica e com potencial de investigação neste domínio. Áreas como a caracterização da estrutura genética da população da R.A.A. ou o estudo e diagnóstico de patologias relevantes no contexto regional têm sido alvos de investigação e contam com os resultados publicados em revistas internacionais da especialidade. Por exemplo, em parceria com as Canárias, a R.A.A. tem vindo a investigar a associação de dois genes ligados à diabetes, de forma a permitir um melhor conhecimento sobre a relação entre a genética e aquela patologia. No âmbito do projecto "Diabetogen" foram descobertos novos comportamentos nos genes associados à diabetes – os "*KIR- Killer inhibitory receptors*", ou seja, "inibidores dos receptores assassinos".

A região tem desenvolvido vários estudos de investigação sobre as características de plantas e produtos açorianos, destacando-se os estudos sobre as propriedades terapêuticas do ananás, do chá verde, das enzimas lácteos, do soro do leite, do aroma do queijo ou do vinho tinto. Estas investigações têm conduzido a estudos no domínio da biotecnologia, com destaque para a criação de novos tipos de queijo, livres de uma bactéria prejudicial para a saúde humana (a *Listeria monocytogenes*).

Por outro lado, e como já se referiu, um dos objectivos da investigação científica que está a ser desenvolvida nas fontes hidrotermais da R.A.A. é encontrar respostas para sectores como a medicina e a indústria farmacêutica, que financiam grandes missões científicas aos fundos dos oceanos. Por exemplo, em 2007, o DOP-IMAR descobriu nas fontes hidrotermais da região uma nova substância que pode vir a ser usada na composição de medicamentos (a metilina, com importantes propriedades antibióticas); por outro lado, e como se retomará adiante, a investigação em torno das fontes hidrotermais apresenta fortes potencialidades no domínio da genética e imunologia.

De referir ainda que no âmbito da iniciativa comunitária Interreg III-B foram desenvolvidos na região os seguintes projectos de investigação na área da saúde (informação fornecida pelo Serviço de Saúde da R.A. da Madeira):

- Projecto "SAMAC" - visa a criação de uma Rede Transnacional de Transporte e Comunicação de Imagens Radiológicas e Informação dos pacientes das regiões da Macaronésia, atendidos nos centros Hospitalares da R.A. da Madeira, Canárias e R.A.A. com os Centros de Saúde e os Centros de Cuidados Especializados destas regiões.
- Projecto "ITELHOMA" – visa a instalação de três blocos operatórios inteligentes nos principais centros hospitalares da Macaronésia, assim como especialização de profissionais de saúde dos arquipélagos das Canárias, Madeira e Açores. Pretende otimizar o rendimento das equipas cirúrgicas e suprir as carências actuais que limitam a modernização das prestações de cuidados de saúde à população residente e turística destes territórios. Prevê a instalação de uma Rede de Comunicação Remota, baseada nas telecomunicações e na informática, conectando em tempo real os centros hospitalares de referência (HUC, Serviço Regional de Saúde -EPE e Hospital da Horta) e os centros dependentes destes, com qualquer hospital do mundo.
- Projecto "MENTHOR" – visa criar um portal médico de formação e de investigação dirigido essencialmente às áreas clínicas, de enfermagem e de investigação, mas também em diferente patamar, à população em geral. Este portal médico visa disponibilizar informação e formação sobre a saúde, a qualquer utente que mostre interesse na temática, e sobretudo no que concerne a doenças de máxima prevalência que afectam as três regiões da Macaronésia.
- Projecto "CIRUMAC" – consiste na aplicação das Novas Tecnologias na Telemedicina e Telecirurgia. Prevê a Instalação de uma rede de comunicação remota com elementos de robótica baseada nas telecomunicações e informática, que permite em tempo real ligar os centros hospitalares da Macaronésia, a qualquer hospital do mundo.

A R.A.A. participou também, através do grupo RUP-PLUS (designação da Operação Quadro Regional INTERREG III-C, destinada às sete Regiões Ultra-Periféricas das UE¹⁴), nos seguintes projectos na área da saúde: Projecto "COLGE" (visa conhecer a situação das doenças cardiovasculares nas RUP, com ênfase na MIC (doença esquémica cardíaca); Projecto "GENHYPER" (visa o estudo da hipertensão arterial); Projecto "EPIASMA" (visa o estudo das condições da incidência e distribuição da bronquite asmática pela obliquidade da caracterização epidemiológica da doença asmática na população das RUP e a correlação da incidência da doença com as características específicas do ambiente nestas regiões).

7.2 - A REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL - UM IMPERATIVO NA R.A.A.

De destacar ainda os seguintes projectos importantes para a sustentabilidade da região:

- Requalificação Ambiental das Bacias Hidrográficas das Lagoas das Furnas e Sete Cidades – financiado pelo Fundo de Coesão, através do Programa Operacional de Valorização do Território (POVT), e com um investimento total aprovado de 16.5 milhões de euros, este projecto tem por objectivo implementar os Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das referidas Lagoas (POBHL), enquanto instrumentos determinantes de desenvolvimento sustentável, nomeadamente no que concerne à definição de regras e medidas de uso, ocupação e transformação do solo, capazes de gerir as áreas dos planos. O projecto

¹⁴ São elas: R.A.A., R.A. da Madeira, Canárias, Guadalupe, Guiana, Martinique e Reunião.

inclui os troços limítrofes às lagoas, dotando-os de infra-estruturas, equipamentos lúdico-recreativos e de apoio ao plano de água, bem como operações de qualificação do núcleo urbano.

- Requalificação e Reordenamento da Frente Marítima da Cidade da Horta – também financiado pelo Fundo de Coesão-POVT, com um investimento total aprovado de 41.7 milhões de euros, este projecto pretende modernizar o porto da Horta (o único porto comercial da ilha do Faial), melhorando as existentes valências de passageiros, náutica de recreio, carga a granel, contentores e pescas. O projecto contempla a expansão do porto e actividades portuárias com a criação de uma nova bacia portuária a Norte. Esta nova zona destina-se a satisfazer e otimizar os requisitos do importante tráfego de passageiros inter-ilhas (a funcionar a sul).

7.3. - O ESPAÇO E OS OCEANOS - NOVAS FRONTEIRAS DA R.A.A.

A R.A.A. apresenta fortes potencialidades de desenvolvimento da investigação e inovação empresarial nos domínios do Espaço, dos Oceanos e da Sismologia/Climatologia.

7.3.1 ESPAÇO

Com a construção da já referida Estação de Rastreio de Satélites na ilha Santa Maria, a R.A.A. passou a assumir um papel muito importante na investigação espacial. Prevê-se que, ainda em 2011, esta Estação integre as missões do segundo ATV (Johanes Keppler) e dê suporte ao lançamento da constelação Galileo.

Até 2015, a ESA pretende converter a ilha Santa Maria no local preferencial para lançadores supersónicos reutilizáveis. Além de um centro de rastreio e de um observatório global, prevê-se que esta ilha venha a ter uma pista de aterragem para os lançadores reutilizáveis que substituirão o Ariane 5 - os Veículos de Reentrada Atmosférica (ARV), que deverão ser capazes de viajar até à Estação Espacial Internacional (EEI) e voltar (a actual versão do abastecedor europeu da EEI - o ATV - é destruído aquando da reentrada na atmosfera).

A ESA está muito interessada no desenvolvimento em Santa Maria de infra-estruturas de telecomunicação por satélite para providenciar serviços baseados na observação da Terra através da utilização de infra-estruturas espaciais de telecomunicações. Neste âmbito, destaca-se a possibilidade de Santa Maria se destacar no desenvolvimento de serviços de apoio em "situações especiais" como são as ilhas remotas. Trata-se da iniciativa "plataformas embaixadoras" para a utilização de satélites para as "*small islands*". De referir, como exemplo, que a Dinamarca dispõe já de uma "plataforma embaixadora" da ESA para a região do Ártico, especializada no tema alterações climáticas.

7.3.2 OCEANOS

A Estação de Santa Maria constitui também um relevante factor de desenvolvimento das competências da R.A.A. nos domínios dos Oceanos. As suas novas valências, impulsionadas pelos projectos desenvolvidos pela Edisoft, permitirão acompanhar diariamente (dia e noite) as trajectórias de vários satélites de observação remota, recolhendo os dados para monitorização de derrames de hidrocarbonetos bem como outros serviços operacionais, tornando a Estação um pólo dinamizador da investigação e da ciência nos domínios do Espaço

e dos Oceanos - refira-se como exemplo a colaboração, no contexto do projecto *Ocean Eye (Oceanic Management System for the Environment)*, da Edisoft com DOP-IMAR.

Este sistema de monitorização oceânica constitui um precioso instrumento de combate à poluição marítima (por exemplo, derrames de óleos ou poluição química), de monitorização das actividades de pesca, detecção de navios, e permite a cartografia de ventos e correntes marítimas.

Os serviços de monitorização e vigilância marítima prestados pela Estação de Santa Maria apoiam os projectos CleanSeaNet, geridos pela Agência Europeia de Segurança Marítima (EMSA), e MARISS (Serviço de Segurança Marítima), este último parte do programa Monitorização Global para o Ambiente e Segurança (GMES) da União Europeia com o apoio da ESA.

Confirma-se pois a importância geoestratégica da Estação de Satélites de Santa Maria na monitorização e vigilância do oceano Atlântico, pelo que se prevê a utilização evolutiva da Estação como centro de recepção e armazenamento de dados de monitorização oceânica.

Uma referência para a instalação no LabHorta da estação SeaWiFS, através de protocolos com a *National Aeronautics and Space Administration* (NASA) e a *National Oceanographical and Atmospheric Agency* (NOAA) para oceanografia por satélite (temperatura e clorofila). Trata-se de uma missão de detecção da cor dos oceanos que é desenvolvida pela *Orbital Sciences Corporation* (OSC), a empresa norte-americana que constrói foguetões e satélites para a NASA. A informação que a SeaWiFS recolhe tem sido usada para ajudar a clarificar a magnitude e a variabilidade da clorofila e da produção primária do fitoplâncton marinho.

As transposições para a lei nacional das Directivas-Quadro europeias da Água e Estratégia Marinha, bem como da Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira, reforçam o potencial da R.A.A. em torno de actividades de monitorização do ambiente marinho. No domínio científico, considera-se muito importante a monitorização ambiental da Zona Económica Exclusiva (MONIZEE), essencial para a investigação e conhecimento do ambiente marinho nos espaços marítimos de interesse nacional, além do desenvolvimento de sistemas de oceanografia operacional e de caracterização do ambiente marinho e da disponibilização pública de produtos e dados em tempo real.

O DOP-IMAR está a desenvolver o Programa *Oceans of Tomorrow*, em parceria com a Critical Software, que permite desenvolver os sistemas de monitorização e vigilância oceânica através de agentes robóticos e sensoriais.

Como se fez referência, a R.A.A. apresenta fortes potencialidades de desenvolvimento das actividades de investigação científica no domínio das fontes hidrotermais e de aplicações industriais de descobertas nos fundos marinhos.

Com efeito verifica-se um especial interesse na investigação dos fundos marinhos da R.A.A. e na denominada "biotecnologia azul" (aplicação de métodos moleculares e biológicos aos organismos marinhos e de água doce); por outro lado, foram descobertos novos recursos genéticos no subsolo marinho da região (novas formas de bactéria com potencial de utilização na indústria farmacêutica, indústria cosmética e biotecnologia).

De salientar a importância das fontes hidrotermais da R.A.A., designação dada ao conjunto de picos submarinos, parte da Crista Média do Atlântico, existentes nos fundos marinhos em torno do arquipélago (estes picos são uma variedade de montes submarinos, vulcões submarinos activos, onde as ilhas representam os picos mais altos de montes submarinos).

Constituídas por extensas massas de basaltos típicos das regiões meso-oceânicas (designados por MORB), as fontes hidrotermais, para além do seu interesse geomorfológico, são repositório de uma variedade de minérios e suporte de uma das zonas com maior biodiversidade da Terra, com a particularidade de conter cadeiras tróficas cuja produtividade primária é puramente quimiossintética (independente da luz solar e do processo de fotossíntese).

A R.A.A. constitui, assim, um território muito importante para estudos das fontes hidrotermais profundas, que têm sido alvo de vários projectos de investigação quer por parte da Universidade dos Açores (do DOP-IMAR e LabHorta), quer por equipas de investigação internacionais.

A sul do arquipélago têm sido descobertos vários campos hidrotermais, numa zona da Crista Média Atlântica que ficou conhecida como a região MOMAR (do projecto MOMAR – *Monitoring the Mid-Atlantic Ridge*), por se ter tornado uma região privilegiada para estudos internacionais da crosta submarina e fauna.

Por exemplo, foram descobertas na zona económica exclusiva da R.A.A. algumas comunidades de espécies muito interessantes em campos hidrotermais como os de Lucky Strike (a maior área hidrotermal activa conhecida, com 21 chaminés activas; por 150 km², que se estende por mais de 19 mil hectares e com fluidos que atingem os 330 graus Celsius) e Menez Gwen (um vulcão de 700 m com um diâmetro de 17 km, dividido por um *graben* com 2 km de largura, abrangendo uma área com cerca de 10 mil hectares).

De referir que uma missão científica recente, com a participação de vários cientistas nacionais e internacionais, recolheu fragmentos geológicos e colónias biológicas nas proximidades do vulcão da Serreta, zona de fundos marinhos a oeste da costa Ilha Terceira, frente à povoação da Serreta, onde têm ocorrido erupções submarinas frequentes ao longo de linhas de fractura. As sondagens foram feitas a partir do navio hidrográfico da Marinha Portuguesa "Gago Coutinho", com o apoio do primeiro ROV (veículo submarino telecomandado) português, de nome "Luso", que pode mergulhar a seis mil metros de profundidade.

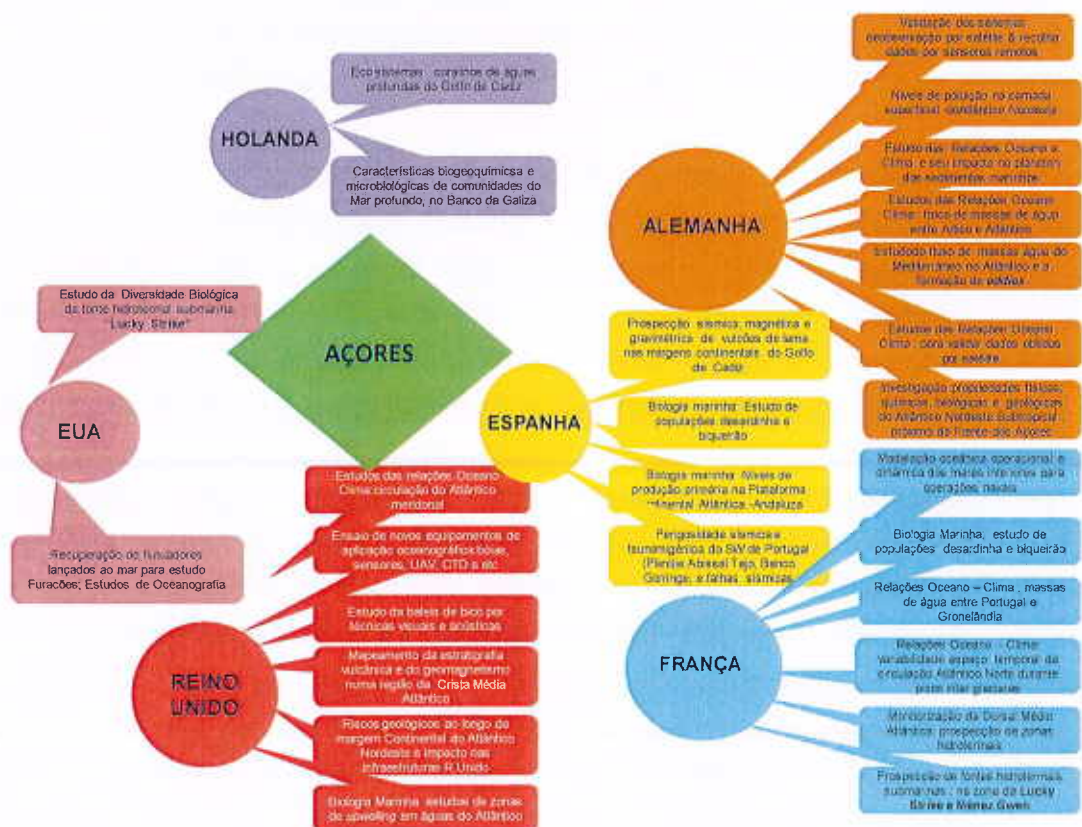
As potencialidades das fontes hidrotermais em termos de investigação e de aplicações industriais parecem ser muito importantes. São os únicos locais onde a energia química provém do interior da Terra e, para além de serem fundamentais para o equilíbrio dos oceanos, podem dar pistas sobre a origem da vida (nos fluidos puros foram descobertas as primeiras moléculas orgânicas) e têm fortes potencialidades de contribuírem para o desenvolvimento da biotecnologia. A procura de novas moléculas e enzimas, com hipotéticas aplicações em questões industriais, farmacêuticas e de biomedicina, também constituem áreas de interesse nestas zonas particulares da crosta terrestre (por exemplo, investigadores do DOP-IMAR acreditam que podem surgir novidades em tratamentos oncológicos por radioterapia, tendo como modelo os mexilhões hidrotermais, que conseguem reparar muito rapidamente o DNA, com potencialidades de investigação nos domínios da genética e imunologia).

Por outro lado, acredita-se que as bactérias das fontes hidrotermais também podem ser a base de mecanismos capazes de degradar os resíduos dos aviários. Há ainda grupos de investigação a estudar os açúcares que estas bactérias produzem, a fim de verificar se podem ser utilizados na alimentação de animais ou na produção de produtos cosméticos.

Além das fontes hidrotermais, existe elevado interesse na exploração dos vulcões de lama, estruturas vulcânicas de profundidade, não magmáticas, que são criadas pela ejeção de gases, líquidos e lama, localizadas geralmente em áreas mais frias. Acredita-se que este tipo de vulcões apresenta fortes potencialidades energéticas. Os vulcões de lama podem estar ligados, em grandes profundidades, com sistemas hidrotermais nos quais a água ocorre em estado super-crítico (no qual as propriedades físico-químicas de um fluido assumem valores intermediários àqueles dos estados líquido e gasoso). Hidrocarbonetos gasosos como metano, hélio e também hidrocarbonetos líquidos como petróleo podem migrar para as regiões com vulcões de lama.

Os investigadores do DOP-IMAR têm participado em muitos dos principais cruzeiros científicos que têm ocorrido no Atlântico Norte nas duas últimas décadas e que estão preparados para estudos nos domínios da oceanografia, da biologia marinha e da investigação pesqueira (demersal, de profundidade e pelágica).

FIGURA 9
CRUZEIROS CIENTÍFICOS NA REGIÃO NORDESTE DO ATLÂNTICO INCLUINDO A R.A.A.
POR PAÍS DE ORIGEM DAS INSTITUIÇÕES LÍDER E PRINCIPAIS FOCOS CIENTÍFICOS
DOS CRUZEIROS (2008)



Fonte: elaboração própria, com base em dados da EurOcean.

7.3.3 PROJECTO DE EXTENSÃO DA PLATAFORMA CONTINENTAL

O mar, hoje, além da componente estratégica, tem também uma dimensão económica de valor incalculável e constitui um novo continente ainda pouco conhecido e com muito por descobrir e explorar que contem riquezas imensas, no meio líquido, no solo e no subsolo e também possibilidades múltiplas de utilização como via de transporte, recreio, turismo, sede de sistemas de exploração de energias renováveis e outras.

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar atribuiu aos países ribeirinhos direitos de exploração do espaço marítimo e dos recursos marinhos sobre áreas muito extensas. Alguns desses recursos já são objecto de exploração mais ou menos intensiva como é o caso das pescas e dos combustíveis fósseis, mas a sua exploração tem vindo a colocar problemas que se encontram longe de encontrar soluções satisfatórias. A exploração de energias renováveis no mar começa a dar os primeiros passos. Outros recursos são ainda desconhecidos e exigem meios e sistemas que permitam conhecê-los, avaliá-los e desenvolver as formas mais adequadas para o seu aproveitamento e exploração.

Em 1998, o Governo Português aprovou uma Resolução do Conselho de Ministros (Resolução 90/98, de 26 de Fevereiro) com o objectivo de se estudar a possibilidade de alargamento da plataforma continental de Portugal, criou uma Comissão Interministerial, presidida pelo Director do Instituto Hidrográfico do Ministério da Marinha, Almirante Torres Sobral junto da qual funcionou um Conselho Consultivo, constituído por personalidades de reconhecido mérito, presidida pelo Almirante Sousa Leitão.

O primeiro relatório foi apresentado em Março de 1999.

Posteriormente "A Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental" (EMEPC) liderada pelo Professor Pinto de Abreu actual Secretário de Estado do Mar, produziu um relatório que foi apresentado à Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas propondo um aumento muito significativo da nossa ZEE. A EMEPC foi responsável pela maior investigação científica portuguesa de sempre – na qual estiveram envolvidas 220 pessoas incluindo 77 cientistas, oito universidades, 30 instituições de investigação e três navios que recolheram dados e amostras da diversidade biológica e geológica do Atlântico em quatro locais: Selvagens, monte submarino Condor, uma região a sudoeste dos Açores e o famoso "ovo estrelado", uma cratera descoberta a sul dos Açores. Na investigação efectuada nas campanhas de mar foram obtidos elementos muito promissores sobre os recursos existentes na nossa zona.

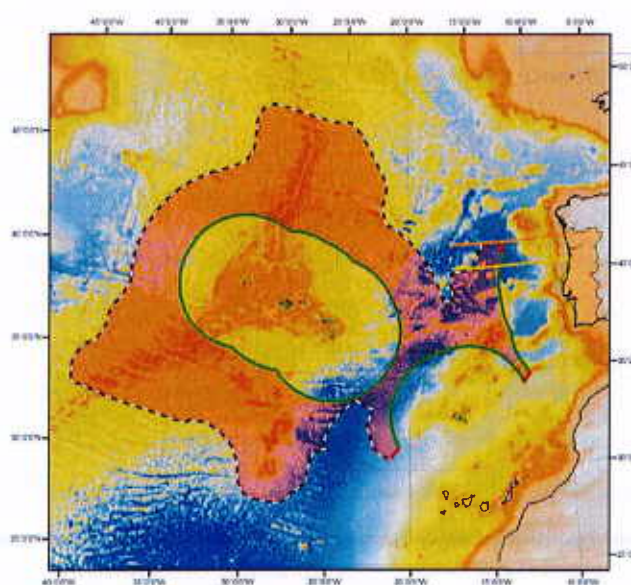
A avaliação da Comissão Interministerial para a Delimitação da Plataforma Continental (CIDPC) indicou uma aquisição territorial entre os 240.000 km² e cerca de 1.4 milhões de km². Esta última estimativa refere-se ao cenário ideal em que a extensão se realizaria em todas as áreas até uma distância de 350 milhas das linhas de base recta ou normal. A evolução entretanto verificada com o desenvolvimento dos processos de extensão da plataforma continental a nível mundial alterou o quadro de desenvolvimento da submissão portuguesa traçada pela CIDPC. Assim, dentro dos limites previstos na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), Portugal pretende reclamar todas as áreas que possam ser justificadas à luz da Convenção, prevendo que a área total do País atinge 3.000.000km².

FIGURA 10
OBJECTIVOS DO PROJECTO EMEPC



Fonte: EMEPC.

FIGURA 11
O PROJECTO EMEPC



Fonte: EMEPC.

A extensão da plataforma continental dará ao país a oportunidade de demonstrar no plano internacional conhecimento e capacidade científico-tecnológica no domínio das ciências do mar e dos oceanos.

O primeiro resultado prático deste projecto de extensão, no que à aquisição territorial diz respeito, foi o reconhecimento, em 2007, da fonte hidrotermal Rainbow como primeira área marinha protegida para além dos 200 milhas náuticas sob jurisdição de um país. Portugal continua a ser o único país no mundo a quem

foi internacionalmente reconhecida soberania, embora limitada ao âmbito da Convenção OSPAR¹⁵, numa área do oceano para além das 200 milhas.

Os trabalhos iniciados pela EMEPC no âmbito do projecto de extensão da plataforma continental representam um avanço qualitativo e quantitativo considerável no domínio dos levantamentos hidrográficos. Actualmente, vastas áreas da margem de Portugal Continental e dos arquipélagos Madeira e Açores encontram-se já cobertas por levantamentos hidrográficos realizados com sistemas sondadores multi-feixe. Este esforço foi levado a cabo por navios contratados e por dois navios da Marinha, o NRP "Dom Carlos I" e o NRP "Almirante Gago Coutinho", por protocolo celebrado entre a EMEPC e o Instituto Hidrográfico.

FIGURA 12 A EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE RECURSOS MINERAIS NO FUNDO DOS MARES DANDO OS PRIMEIROS PASSOS



FONTE:Nautilus Minerals



Ainda no domínio de actividades emergentes ligadas ao mar, de retomar a referência às potencialidades da aquacultura na R.A.A., em parte impulsionada pelas actividades desenvolvidas pelo DOP-IMAR.

Por outro lado, o Governo Regional aprovou recentemente o quadro legal da aquacultura, que se aplica a todas as entidades que exerçam a actividade da cultura de espécies aquáticas de água doce, salobra ou salgada na região. Foram assim estabelecidos os requisitos e condições relativas ao licenciamento, instalação e exploração de estabelecimentos de aquacultura para fins comerciais, assim como as condições da sua transmissão e cessação no território terrestre ou marítimo da R.A.A.. A aquacultura enquanto actividade económica de futuro poderá ajudar a dar resposta à crescente procura de consumo de espécies haliêuticas, complementando a actividade tradicional da pesca (que enfrenta dificuldades

¹⁵ A Convenção OSPAR de 1992 é o instrumento que guia a cooperação internacional na protecção do ambiente marinho do Atlântico Nordeste. Combinou e actualizou a Convenção de Oslo de 1972 sobre a imersão de resíduos no mar e a Convenção de Paris de 1974 sobre fontes de poluição marinha de origem telúrica.

crescentes de acesso a espécies que estão em via de extinção e limitação de capturas) com produtos do mar específicos das águas açorianas, de forma a potenciar e diversificar uma economia marítima sustentável.

O interesse de investidores pelo desenvolvimento de tecnologias que permitam explorar os recursos minerais no fundo dos mares tem vindo a crescer devido á dois factores principais:

- A enorme pressão que a procura das economias emergentes exercem sobre a oferta mineira existente e sobre as reservas e minérios de maior qualidade dado que essas economias estão envolvidas em processo maciços de industrialização, urbanização e motorização que fazem apelo a uma vasta gama de minérios (ferro, cobre, zinco para só falar dos mais comuns).
- A cada vez maior procura de minerais específicos para alta tecnologia e em particular para as indústrias eléctricas e electrónicas, de que a columbite tantalite, o lítio ou as terras raras são exemplos de todos conhecidos. Ora concentração das maiores reservas conhecidas destes minérios em países que já revelaram disposição para os utilizar como arma política ou que não oferecem estabilidade para a sua exploração em condições aceitáveis.

E estão a ser dados os primeiros passos para o desenvolvimento de tecnologias e processos de extracção de minérios a grande profundidades, por exemplo de complexos metálicos como os sulfuretos existentes próximo de ocorrências vulcânicas submarinas ou de fontes hidrotermais. Um exemplo é o que se está a ser ensaiado na Papua Nova Guiné por uma empresa canadiana. A futura extracção terá sempre uma grande componente de robótica e instrumentação submarina (vd imagem junta) e vai defrontar-se com questões de sustentabilidade ambiental na sua concretização.

E é cada vez maior o interesse pela localização no oceano profundo de complexos minerais com presença significativa de terras raras - um conjunto de elementos minerais absolutamente cruciais para alta tecnologia e cujas maiores reservas mundiais até há algum tempo conhecidas se localizavam nalguns países de incerto comportamento geopolítico futuro.

Ainda no domínio de actividades emergentes ligadas ao mar, de retomar a referência às potencialidades da aquacultura na R.A.A., em parte impulsionada pelas actividades desenvolvidas pelo DOP-IMAR.

Por outro lado, o Governo Regional aprovou recentemente o quadro legal da aquacultura, que se aplica a todas as entidades que exerçam a actividade da cultura de espécies aquáticas de água doce, salobra ou salgada na região. Foram assim estabelecidos os requisitos e condições relativas ao licenciamento, instalação e exploração de estabelecimentos de aquacultura para fins comerciais, assim como as condições da sua transmissão e cessação no território terrestre ou marítimo da R.A.A.. A aquacultura enquanto actividade económica de futuro poderá ajudar a dar resposta à crescente procura de consumo de espécies haliêuticas, complementando a actividade tradicional da pesca (que enfrenta dificuldades crescentes de acesso a espécies que estão em via de extinção e limitação de capturas) com produtos do mar específicos das águas açorianas, de forma a potenciar e diversificar uma economia marítima sustentável.

Refira-se, ainda a urgência em coordenar as actividades a desenvolver neste domínio a nível nacional instituindo-se uma verdadeira Rede Estratégica de Exploração do Mar.

A esse propósito no desenvolvimento dos estudos relacionados com a Carta Magna da Competitividade liderados pela AIP, apresentada ao País em 2003, esta Associação defendeu que se impunha cada vez mais que o modelo de desenvolvimento complementasse a opção europeia com uma visão euro atlântica, como uma mais valia para a União Europeia. E assim ao longo de vinte anos designadamente a partir de 2005 a AIP defende que é urgente repensar o conceito periférico de Portugal na União Europeia dos 27, introduzindo o conceito de plataforma geográfica e logística, inerente ao euro-atlântico.

Em 5 de Novembro de 2008, a Associação Industrial Portuguesa, no dia da competitividade apresentou o documento "Opções estratégicas e projectos estruturantes para um crescimento sustentado". Nesse documento exprime-se "O novo modelo económico-social, no contexto Euro-Atlântico, deve ter sempre em conta os países da CPLP" e mais adiante refere "Os oceanos e a exploração das suas múltiplas potencialidades representam para Portugal no século XXI, uma aposta crucial quer como factor gerador de novas actividades com forte potencial de crescimento, quer como contributo para maior relevância internacional".

Para além disso é apresentada uma nova carteira de actividades exportadoras e os oceanos surgem como alavanca da competitividade e fonte de inovação. No quadro da estratégia proposta apresentam-se projectos concretos de âmbito internacional e logístico.

Por outro lado um estudo, lançado por iniciativa da Associação Comercial de Lisboa e realizado pela SaeR, liderado por Ernani Lopes: "Hypercluster da Economia do Mar – Um domínio de potencial estratégico para o desenvolvimento da economia portuguesa". Neste estudo, apresentado em Fevereiro de 2009, analisam-se potencialidades e acções que se devem desenvolver em várias áreas.

Paralelamente multiplicaram-se iniciativas e manifestações de interesse de entidades públicas e privadas versando o conhecimento e a exploração do mar e das quais assinalamos:

Algumas das nossas universidades têm orientado uma parte significativa da sua actividade científica para o mar. É o caso em particular das Universidades dos Açores, do Algarve, de Évora, de Aveiro e do Minho:

- A Universidade do Algarve criou o Centro de Ciências do Mar do Algarve como infra-estrutura de investigação e inovação para a economia do mar.
- O Fórum Empresarial da Economia do Mar constituído em Abril de 2010, previsto no estudo Hypercluster da Economia do Mar, que conta já com 78 empresas, decidiu constituir um Fundo de Investimento de 100 milhões de euros que está pronto para ser enviado para aprovação à CMVM.
- Em 20 de Julho de 2011 foi constituída em Olhão a "Plataforma Mar do Algarve – Associação para a Dinamização do Conhecimento e da Economia do Mar no Algarve", tendo como fundadores cinco empresas, a Universidade do Algarve e as Câmaras de Faro, Olhão e Portimão.

- Em Abril de 2007 foi instalado ao largo de Peniche o primeiro protótipo de um gerador para aproveitamento da energia das ondas. Em Junho de 2010 o Governo aprovou a concessão de uma zona piloto à REN para a produção de energia eléctrica a partir das ondas, cuja exploração deve ter início em 2011.
- A EDP está a desenvolver um protótipo "Windfloat" para aproveitamento da energia eólica off-shore em profundidades superiores a 50m, que vai ser testado ainda este ano.
- O INESC Porto e a Marinha Portuguesa vão desenvolver sistemas marítimos autónomos, para apoio de actividades de busca e salvamento, cujas primeiras ferramentas robóticas deverão estar prontas em 2013.
- A BIOALVO possui actualmente uma biblioteca de 40.000 bactérias marinhas e respectivos extractos naturais com enorme potencialidade no domínio da biotecnologia marinha.
- O Departamento de Oceanografia e Pescas (DOP) /Instituto do Mar, da Universidade dos Açores, como já referimos, desenvolve investigação nas áreas: ecologia marinha e biodiversidade; oceanografia física e biológica; biologia, ecologia e avaliação dos recursos haliêuticos pelágicos, demersais e de profundidade. Destaca-se, ainda, o Laboratório Internacional para Ecossistemas de Profundidades (LabHorta, Laboratório do Mar Profundo), muito importante para o estudo dos ecossistemas hidrotermais na R.A.A., sendo um dos únicos do seu género e com capacidades para estudar *in vivo* organismos de grande profundidade, incluindo das fontes hidrotermais.

7.3.4 SISMOLOGIA E CLIMATOLOGIA

A Universidade dos Açores tem desempenhado um papel relevante na investigação no domínio da sismologia e vulcanologia. Um estudo elaborado pelo Centro de Empreendedorismo desta Universidade considera que a vulcanologia é uma área prioritária de investigação na R.A.A., na medida em que esta região deve ser considerada como um laboratório natural de excelência, quer para a condução de projectos integrados dirigidos para a compreensão dos processos genéticos que presidem à ocorrência de fenómenos sísmicos, quer para o desenvolvimento de tecnologias adequadas à implementação de redes de monitorização e de sistemas de alerta, susceptíveis de garantir mecanismos de resposta a situações de emergência.

Como se fez referência, existe na região uma das poucas unidades de investigação europeias com valências nestas áreas do conhecimento - o Centro de Vulcanologia e Avaliação de Riscos Geológicos da Universidade dos Açores, com ligações a todos os observatórios vulcanológicos da Europa.

De salientar que o Governo criou muito recentemente o Laboratório Internacional de Vulcanologia dos Açores, que constitui um espaço para a convergência de equipas de investigação, para a mobilidade de investigadores e para o desenvolvimento de acções e projectos de carácter multidisciplinar e de dimensão internacional.

Refira-se que está em curso o projecto Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais (RAEGE), que utiliza as técnicas VLBI (*Very Long Baseline Interferometry*) aplicadas à geodesia e à geofísica e que são utilizadas para estabelecer os sistemas de referência e dos parâmetros de rotação da Terra, requeridos para o funcionamento dos sistemas espaciais de navegação e posicionamento global.

A particularidade da situação geográfica e tectónica dos territórios peninsulares e insulares de Espanha e Portugal, levaram o Governo dos Açores, através da Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, e o Instituto Geográfico Nacional de Espanha (IGN), a celebrarem um protocolo com vista ao estabelecimento desta Rede, através de um projecto de instalação e funcionamento operativo de quatro estações geodésicas fundamentais (EGF), destinadas à realização de estudos de astronomia, geodesia e geofísica, que estarão localizadas: em Yebes, Guadalajara; no arquipélago de Canárias; na ilha de Santa Maria; na ilha das Flores. As sedes desta Rede ficarão em Yebes e em São Miguel.

Este projecto, que se prevê ficar concluído em 2014, permitirá a construção de um modelo tectónico mais rigoroso, com implicações ao nível dos estudos sísmicos, além de abrir novas dimensões nos domínios da georreferenciação, navegação, vigilância e alerta de riscos naturais. Será muito importante a sua complementaridade com outros projectos em curso ou previstos para a R.A.A. nos domínios do espaço, da observação da Terra e dos oceanos.

A sua localização geográfica e a influência da corrente do Golfo fazem da R.A.A um território privilegiado para o desenvolvimento de estudos e de dados climatológicos. De referir o exemplo do projecto de medição de concentração de dióxido de carbono e de outros gases, desenvolvido na referida estação PICO-NARE e na Serreta na Terceira, cujos dados são usados pela NOAA ou pelos resultados do projecto *Climate Change in Portugal. Scenarios, Impacts and Adaptation Measures* (SIAM) que efectua previsões do clima para o país e ilhas.

De referir que para o desenvolvimento deste conjunto de actividades emergentes na R.A.A. reveste-se de importância a concretização do projecto de construção de três novos parques tecnológicos (São Miguel, Terceira e Faial), coordenado pela Direcção Regional de Ciência e Tecnologia e concebido em colaboração com outros departamentos do Governo Regional, a Universidade dos Açores, a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores e outras entidades regionais:

- Parque Tecnológico de São Miguel – ficará localizado na zona Norte de Lagoa e estará vocacionado sobretudo para a área das tecnologias de informação, comunicação e monitorização. Será constituído por quatro edifícios principais para a instalação dos serviços de ciência e tecnologia do Governo Regional, centros e consórcios de investigação e desenvolvimento, unidades de formação avançada, centros de empreendedorismo, incubadoras de empresas, espaços de exposições de conferências e ainda áreas destinadas a empresas de base tecnológica já constituídas e que possam servir de âncora ao projecto. Nestes quatro edifícios, o pólo reunirá numa primeira fase, as seguintes valências: Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação dos Açores; Centro de Tecnologias de Monitorização e Alerta; Centro de Formação e Desenvolvimento Tecnológico; Centro Empresarial de Tecnologias de Informação e Comunicação.
- Parque Tecnológico da Terceira – será uma infra-estrutura tecnológica localizada em Terra Chã, centrada nas áreas da biotecnologia, biomedicina e tecnologias ambientais. Reunirá unidades

científicas de I&D, empresas, associações e serviços públicos, além das instalações centrais do já referido Instituto de Biotecnologia e Biomedicina dos Açores (IBBA). Integrará algumas valências técnicas e científicas das seguintes instituições de investigação já referidas – o Centro de Investigação e Tecnologias Agrárias dos Açores (CITA-A), o Centro de Biotecnologia dos açores (CBA) e o Serviço Especializado de Epidemiologia e Biologia Molecular (SEEBMO).

- Parque Tecnológico do Faial - para esta infra-estrutura está prevista a dinamização da vertente da biotecnologia ligada ao ambiente marinho.

8.A REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES A BASE DAS LAGES E A FUNDAÇÃO LUSO-AMERICANA – A BASE DAS LAGES E AS CONTRAPARTIDAS PARA A RAA

A base aérea das Lajes foi criada em 1941 por ocasião da II Guerra Mundial, em virtude da ameaça de eventual ocupação da R.A.A. por forças aliadas ou alemãs, violando a neutralidade portuguesa neste conflito. Para dissuadir as tentativas de ocupação, o Governo português enviou fortes contingentes militares para o arquipélago, onde se incluíam unidades da Aeronáutica Militar do Exército Português que se instalaram em várias bases no arquipélago.

Em 1943, ao abrigo do Tratado de Aliança Luso-Britânico, o Governo Britânico solicitou a Portugal o uso da Base das Lajes pela Real Força Aérea Britânica (*Royal Air Force*), tendo esta infra-estrutura aeronáutica sido utilizada em missões de ataque aos submarinos alemães. Os norte-americanos que estavam estacionados na ilha de Santa Maria, onde construíram um aeroporto, instalaram-se nas Lajes a partir de 1945, tendo sido firmado, em 1951, o primeiro acordo com Portugal para a sua utilização permanente.

Após o fim da II Guerra Mundial, a base teve sobretudo funções na área das operações de busca e salvamento, reconhecimento meteorológico e transporte aéreo militar. Durante a Guerra Fria, o recurso à base das Lajes pelos norte-americanos deveu-se essencialmente à necessidade de reabastecimento por parte da grande maioria das aeronaves, nas deslocações em direcção à Europa ou a outro teatro estratégico militar, e à necessidade do patrulhamento marítimo por aeronaves na área sul da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Actualmente a Força Aérea dos EUA possui um destacamento nas Lajes que constituem o primeiro ponto de apoio no Atlântico Norte, então a América do Norte e a Europa e para o Nordeste de África e é muito importante não apenas para escalas técnicas de aeronaves, mas também para manter os aviões reabastecedores da Força Aérea dos EUA.

As contrapartidas da Base das Lajes

Assim segundo o Acordo de 1951, os EUA recebiam autorização para construir e manter instalações militares (nomeadamente pistas de aviação e depósitos de combustível e munições) e para trânsito e paragem dos seus aviões militares. Neste primeiro documento não existia uma única referência a contrapartidas para Portugal, a não ser a formação de pessoal militar português e a realização de exercícios conjuntos.

Através de um acordo assinado em Dezembro de 1971, a concessão de facilidades na R.A.A. às forças americanas foi prorrogada até Fevereiro de 1974. O governo americano concedia a Portugal a seguinte assistência económica:

- Um programa PL-480, no valor de 30 milhões de dólares em cada ano, a reembolsar em quinze anos ao juro de 4,5%.

- Créditos a fornecer pelo Eximbank no montante de 400 milhões de dólares, para projectos de desenvolvimento,
- O navio hidrográfico USNS Kellar.
- Dívida de 1 milhão de dólares para projectos de desenvolvimento educacional.
- Possibilidade de obtenção de equipamentos não militares, até ao valor de 5 milhões de dólares.

Através de um acordo assinado em Junho de 1979, que prorrogou a utilização daquelas facilidades por cerca de mais quatro anos (até Fevereiro de 1983), o Governo Regional dos Açores receberia um apoio financeiro de 20 milhões de dólares anuais, durante quatro anos, ou seja, até 1983. Além desta contribuição, as autoridades americanas comprometiam-se a contribuir com bens de defesa e serviços de defesa no valor de 60 milhões de dólares.

Este Acordo previa uma contribuição financeira americana em forma de dívida no total de 140 milhões para quatro anos, ou seja, 35 milhões de dólares anuais.

Com o acordo assinado em Dezembro de 1983, designado por Acordo das Lajes, a utilização das facilidades concedidas às forças militares americanas na base das Lajes foi prorrogada até Fevereiro de 1991. O Governo americano assumiu o compromisso de, durante a vigência do Acordo, propor anualmente ao Congresso verbas importantes para ajuda não militar e militar. Estas verbas totalizaram a soma de 1325 milhões de dólares, dos quais 837,5 milhões constituíam dívida e 487,5 milhões respeitavam a créditos a longo prazo. Estes totais eram repartidos da seguinte forma: i) ajuda não militar - 320 milhões de dívida (40 milhões anuais por oito anos) e 75 milhões de créditos, em três anos, para construção de habitações; ii) ajuda militar - 517,5 milhões de dívida e 412,5 milhões de créditos por oito anos.

Este Acordo previa uma contribuição financeira, para os primeiros quatro anos, de 400 milhões de dívida e mais 255 milhões em forma de créditos a longo prazo, ou seja, 163,7 milhões de dólares anuais.

Após a assinatura do Acordo das Lajes, prosseguiram as negociações com as autoridades americanas para outras contrapartidas a conceder a Portugal, nomeadamente uma estação GEODSS. A negociação sobre esta estação, iniciada em Janeiro de 1984, levou à conclusão do acordo de princípio, assinado em Março de 1984, pelo qual o Governo português aceitou a instalação de uma estação GEODSS no território continental português, em Almodôvar (estação electro-óptica para vigilância no espaço exterior, ou seja, um observatório astronómico de grande alcance que permite o rastreio de satélites e outros objectos espaciais em órbita, por observação directa).

Concomitantemente, procedeu-se à elaboração do projecto de estatutos da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), cuja constituição havia sido prevista no Acordo de 1983 e, em Março de 1984, os dois governos celebraram igualmente um acordo pelo qual decidiram a instituição da referida fundação, que tem como objectivo contribuir para o desenvolvimento económico de Portugal, através da promoção da cooperação científica, técnica, cultural, educativa, comercial e empresarial, entre Portugal e os EUA.

Após um período em que as contrapartidas concedidas à R.A.A. foram de natureza financeira (cerca de 40 milhões de dólares anuais), o Congresso dos EUA terminou com esse tipo de apoio. Em 1995 foi assinado o Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os EUA ¹⁶ que referia a possibilidade de serem estabelecidos e prosseguidos programas de cooperação e actividades para a promoção do desenvolvimento económico e social da R.A.A. Estes programas e actividades poderiam abranger, entre outras, as áreas técnica, científica, educacional, cultural, e comercial e utilizarão formas de intercâmbio variadas, com vista à promoção dos respectivos objectivos. No presente, existem acordos celebrados entre entidades portuguesas e norte-americanas nas áreas da ciência e tecnologia que têm por base o Acordo de 1995.

8.1 A COOPERAÇÃO DA FUNDAÇÃO LUSO-AMERICANA COM A REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS

Numa breve análise de acção da Fundação Luso-Americana na Região Autónoma dos Açores constata-se que sofrem uma notável intensificação a partir do ano 2008.

A título simbólico, o Conselho Executivo da FLAD efectuou a sua habitual sessão semanal fora da sede em Lisboa, o que sucedeu pela primeira vez, em mais de 20 anos de existência. Esta sessão decorreu em Angra do Heroísmo, a 11 de Outubro de 2007, com o objectivo de definir e anunciar novas linhas de actuação.

Com esta iniciativa pretendeu-se assinalar uma nova fase marcada por uma cooperação mais intensa com a Região Autónoma dos Açores, tendo em vista a desenvolver a cooperação no âmbito do aprofundamento das relações luso-americanas e da solidariedade mútua entre a Região Autónoma e a emigração açoriana nos EUA. As principais iniciativas que tiveram lugar nestes últimos três anos no âmbito da Ciência e Economia foram os seguintes.

A partir do ano de 2008 a FLAD, além de iniciativas pontuais de cooperação, desenvolveu vários programas e áreas de actividade, em cooperação designadamente com o Governo Regional e a Universidade dos Açores.

a) Acordo de Mobilidade de Antero de Quental

O *Acordo de mobilidade Antero de Quental* foi celebrado entre a Universidade dos Açores, um consórcio de Universidades Norte-Americanas e a FLAD. O consórcio integra Universidades Americanas situadas de preferência nos Estados com maior número de luso-descendentes, como são os casos da Brown University; University of California - Berkeley; University of Califórnia – S. José; University of Massachusetts - Amherst; University of Massachusetts – Dartmouth; Bristol Community College, entre outras. Com duração trienal, o Acordo de Mobilidade Antero de Quental destina-se a financiar o

¹⁶ Este acordo garante a Portugal a modernização de equipamentos militares, assim como a formação de quadros militares. No domínio das contrapartidas militares, merece destaque a modernização dos aviões de combate F-16. Por outro lado, é atribuída ao acordo a cooperação entre Portugal e os EUA no combate aos fogos florestais no continente, a colaboração trilateral em Angola e a promoção externa da língua portuguesa, realizada pelo Instituto Camões.

acolhimento de professores e alunos da Universidade dos Açores em Universidades do consórcio e vice-versa. O acordo foi renovado em Março de 2011, tendo solicitada a adesão, nessa altura, a Universidade da Califórnia, S. José.

Este acordo conta também com a participação da Fundação Calouste Gulbenkian.

b) Identificação dos perigos vulcânicos no Arquipélago.

Foi um Projecto do Departamento de Geociências da Universidade dos Açores, em cooperação com a Universidade de Oxford, no Ohio, EUA, intitulado: "Identificação dos perigos vulcânicos no Arquipélago dos Açores pela caracterização geoquímica das lavas dos respectivos vulcões", que durou entre os anos 2007 a 2009.

c) Parceria entre a Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica e a Universidade dos Açores sobre o desenvolvimento de produtos manufacturados tradicionais.

Projecto trienal (2007/2009) que visou melhorar e desenvolver produtos lácteos tradicionais, melhorando as suas capacidades de comercialização, em especial para exportação. Este projecto resultou de uma parceria entre a Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica (ESBUC) e a Universidade dos Açores, em colaboração com várias reputadas universidades americanas (Universidade do Wisconsin em Madison, Universidade do Minnesota, Washington State University, Universidade da Califórnia em Davis e Cornell University). Este projecto contribui para desenvolver competências e acesso a equipamentos nos Açores, debruçando-se o projecto, numa primeira fase, sobre o Queijo da Ilha de São Jorge, melhorando as condições de segurança alimentar no seu processo de produção e aumentando a sua resistência e o seu prazo de validade, permitindo no futuro a exploração do seu potencial como produto de exportação. Toda a produção científica destas equipas será publicada e amplamente divulgada através de publicações próprias e de jornais científicos internacionais de referência.

d) Cooperação entre o Departamento de Economia e Gestão da Universidade dos Açores e a Universidade de Massachussets - Dartmouth

Estudo conjunto efectuado em parceria pelas duas Universidades, sob a direcção dos professores Steven White e Mário Fortuna com vista a aferir a existência de interesse mútuo em áreas económicas dos Açores e da Nova Inglaterra. A Flad financiou a primeira fase da investigação, (diagnóstico geral: análise de tendências, expectativas, políticas relevantes, objectivos comerciais coincidentes, etc)

e) Projecto de Investigação PROBIO

Em 2009 Fundação concedeu um subsídio, pelo período de três anos, ao Departamento de Biologia da Universidade dos Açores para o projecto de investigação intitulado PROBIO – Profiling Reliable Organisms as Bioindicators: an Integrated Approach for Island Systems. Este projecto propõe-se fazer o diagnóstico sobre a biodiversidade e determinar que espécies estão em extinção, para poder actuar à posteriori, no sentido de manter tão rica quanto possível a referida biodiversidade. O estudo abrange quatro ilhas, adoptou o nome de Pro-Bio, e visa apresentar os Açores como sistema modelo de equilíbrio de

ecossistemas para outras regiões insulares. Para tal, contam com a colaboração de peritos locais e outros radicados nos EUA, ou americanos.

f) Seminário Os Açores na Geopolítica do Atlântico”

Numa realização conjunta do Comando Operacional dos Açores e da Reitoria da Universidade dos Açores, teve lugar em Fevereiro de 2009 um Seminário sob o tema "Os Açores na Geopolítica do Atlântico", integrado nas comemorações do XVII aniversário do Comando Operacional dos Açores. A Fundação associou-se a esta iniciativa que, para além de reunir um amplo leque de personalidades reconhecidas nestas matérias, teve também como objectivo apelar à participação da comunidade universitária dos Açores, motivando os estudantes para a elaboração de trabalhos sobre o tema do seminário para posterior publicação juntamente com as actas do evento.

g) Projecto "Cidadania e Sustentabilidade para o Século XXI – Caminhos para uma Comunidade Sustentável nos Açores"

O Projecto "Cidadania e Sustentabilidade para o Século XXI – Caminhos para uma Comunidade Sustentável nos Açores" é uma iniciativa que integra a colaboração e o envolvimento de um conjunto de entidades – escolas, associações e empresas – assumindo especial relevância os apoios das escolas e respectivos professores. O projecto, coordenado pelo Profª Ana maria Bettencourt, é co-financiado pela Fundação Luso-Americana e conta com vinte entidades parceiras, de âmbito nacional e regional que estabeleceram um protocolo. O principal objectivo da iniciativa é promover a valorização da biodiversidade e da geodiversidade dos Açores, a preservação do seu património ambiental, assim como a capacidade de intervir na defesa deste património caracterizado pela riqueza e unicidade.

Já em 2011 foi aprovado pelo Conselho Executivo da FLAD o desenvolvimento deste Projecto por mais 3 anos.

h) Curso de Liderança e Performance Organizacional para Executivos.

A Fundação Luso-Americana e o Governo Regional dos Açores, em colaboração com a Harvard Kennedy School (HKS), organizaram nos Açores duas edições do curso "Liderança para o Século XXI" (1ª edição na Terceira, em 2008 e 2ª edição em São Miguel em 2009). Os cursos foram ministrados por equipas de três professores, chefiadas pelo Prof. Marty Linsky, um reputado especialista na área da liderança.

O curso "Liderança para o Século XXI" é um programa intensivo desenvolvido pela HKS para executivos dos sectores público e privado e de instituições sem fins lucrativos que pretendam aprofundar o conhecimento dos aspectos pessoais da liderança, reforçando a sua capacidade de liderar. A formação que os executivos possam receber nestas áreas poderá contribuir para fazer a diferença na gestão da organização, mesmo sem alteração dos recursos à disposição desta.

Participaram nestas duas edições do curso "Liderança para o Século XXI" cerca de uma centena de executivos, seleccionados em Lisboa e nos Açores.

i) Estágios na área do Turismo e da Hotelaria

Cooperação entre a Escola de Formação Turística e Hoteleira dos Açores (EHFT) Hotelaria dos Açores e a Johnson and Wales University (Providence, Rhode Island). A JWU é uma referência nos EUA no que respeita à formação superior de profissionais e académicos nas áreas de Gestão Hoteleira, Turismo e Culinária. Criado em 1914, o seu pólo de Providence, RI, tem cerca de 10.000 alunos e uma longa e comprovada experiência nestes ramos de actividade.

Os estágios destinam-se ao aperfeiçoamento dos professores da Escola dos Açores, com a deslocação de três por ano aos EUA (por períodos de três a quatro semanas).

8.2. POTENCIALIDADES DA R.A.A. NO MÉDIO LONGO PRAZO (PRIMEIRO BALANÇO DAS REUNIÕES DE TRABALHO COM EMPRESAS E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DA REGIÃO)

Com o objectivo de detalhar este quadro de Pontos Fortes e Pontos Fracos, procedeu-se na elaboração desta Carta Regional de Competitividade a um conjunto de reuniões de trabalho com empresas e instituições da Região Autónoma¹⁷.

Constatou-se durante este processo que os testemunhos produzidos por empresários aquando da elaboração do *INOTEC- Empresa*, publicados em 2008, continuam válidos e põem em evidência as medidas a tomar para concretizar estas orientações estratégicas com o fim de melhorar a estrutura de vários sectores como sejam os de construção civil, das indústrias de lacticínios, e, bem assim, de indústrias de química fina associada a produtos naturais; apontam ainda para aumentos de eficácia e da internacionalização de empresas, privilegiando a aplicação de novas tecnologias.

Outras medidas dirigem-se à potenciação da posição geoestratégica para a meteorologia e climatologia a nível mundial, de dinamização de uma rede de agentes de apoio à inovação com vista a atenuar a ultraperiferidade e superar as descontinuidades territoriais, de incentivar as fontes de energia renováveis, de fortalecer a cooperação Universidades dos Açores-Empresas com vista à intensificação de *star-ups*.

Para além disso, os empresários formularam projectos no sentido de encarar a nova economia digital como oportunidade para novos projectos de produção, vencendo as distâncias mercê das novas tecnologias.

Os testemunhos recolhidos nas reuniões de trabalho na R.A.A. convergem para a conclusão de que os sistemas de incentivos dirigidos à região ao longo dos vários ciclos de programação¹⁸ têm **contribuído** de

¹⁷ Na fase final de elaboração da Carta Regional de Competitividade e antes da sua apresentação pública ir-se-ão ainda realizar um conjunto de contactos institucionais.

¹⁸ De referir que no Quadro Comunitário de Apoio (QCA) III (vigente no período 2000-2006), a política de incentivos na região assentou num modelo de coexistência dos sistemas de incentivo de âmbito nacional (enquadrados no Programa de Incentivos à Modernização da Economia – PRIME), com sistemas de incentivos regionais com aplicação exclusiva na R.A.A., inseridos no Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores (SIDER). Com o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), a vigorar entre 2007 e 2013, deixou de existir este modelo de coexistência de sistemas de incentivos na R.A.A. (nacionais e regionais), sendo o acesso aos sistemas de incentivos feito ao abrigo do SIDER através do Programa Operacional PROCONVERGÊNCIA.

No QREN, o SIDER é constituído por quatro subsistemas: (1) Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento do Turismo; (2) Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento Local; (3) Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento Estratégico; (4) Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento da Qualidade e Inovação.

forma muito relevante para fomentar o investimento privado, o qual cresceu nos últimos anos a um ritmo favorável.

Estes testemunhos referem que os sistemas de incentivos desempenham um papel importante na dinamização da actividade empresarial no arquipélago, indo ao encontro das necessidades das empresas e dos respectivos sectores de actividade. Alguns empresários salientam mesmo a “generosidade” dos sistemas de incentivos na região. Entre os sistemas de incentivos considerados como mais relevantes encontram-se os incentivos à formação, à internacionalização e o apoio à inserção em redes de I&D e à cooperação empresa-universidade.

8.2.1. POTENCIALIDADES COM BASE NOS RECURSOS NATURAIS, TENDO EM CONTA AS DEBILIDADES IDENTIFICADAS

- A maioria das empresas da fileira do leite é de capital externo à R.A.A., decorrente de processos de aquisição e fusão. Condicionam esta fileira alguns problemas ao nível das infra-estruturas de apoio à actividade, como sejam os pontos de água de abastecimento às propriedades pecuárias e a electrificação. São também evidentes os problemas ao nível do transporte dos produtos finais para o Continente e para o estrangeiro – são elevados os custos de transporte, o que pesa no valor final do produto que é colocado nos mercados (de referir que as empresas também enfrentam os elevados custos das embalagens, que têm de importar do estrangeiro ou do Continente). Apenas a matéria-prima leite é originária da R.A.A. – todos os produtos subsidiários da produção de leite são importados (sal, coalhos, enzimas, fermentos, embalagem e tecnologia).

Por outro lado, através das grandes cadeias de distribuição, chegam à R.A.A. e ao Continente cada vez maiores quantidades de produtos lácteos oriundos de países como a Espanha, França e Polónia, que concorrem directamente com os produtos açorianos. O fim das quotas para o sector leiteiro (previsto para 2015) irá permitir uma maior entrada de produtos estrangeiros, o que coloca desafios acrescidos às empresas da R.A.A. e que poderá conduzir a alterações no perfil do sector na região (tendência para a maior concentração e fusão de empresas e desaparecimento das empresas de menor dimensão).

- Na fileira das pescas - alguns problemas ao nível da rede de frio, das embarcações e em terra, não permitem o aproveitamento de todas as potencialidades da R.A.A no domínio desta fileira. Considera-se fundamental reorganizar toda a fileira da pesca da região, desde a formação dos pescadores à comercialização do pescado.
- Na fileira da carne, a concorrência da carne originária da América Latina, em particular do Brasil e da Argentina, é muito elevada, a que se juntam as debilidades da R.A.A. ao nível do desmanche e embalagem da carne, da comercialização e do acesso aos mercados. A necessidade de custos unitários mais baixos poderá conduzir à crescente utilização de adubos e químicos, em substituição do pastoreio natural, com a consequente diminuição da qualidade da carne açoriana.

Por outro lado, a concentração do abate e corte nas ilhas São Miguel e Terceira não favorece o desenvolvimento natural do sector. A ilha do Pico, sendo a segunda maior produtora de carne bovina, por estrangulamento da capacidade de abate e corte e pela irregularidade do transporte marítimo refrigerado, vê-se impedida de adicionar localmente mais valor à cadeia do produto, desperdiçando a possibilidade de criar postos de trabalho locais que permitam a fixação da população.

- Na produção do ananás tem havido uma redução significativa, em virtude da concorrência do abacaxi da América Central e do Sul, que a partir da Bélgica exportam para toda a Europa a preços muito inferiores ao ananás de São Miguel. Na R.A.A. os preços de produção são mais elevados, em virtude dos custos de embalagem e de transporte.

Há uma forte dependência das grandes cadeias de distribuição que esmagam as margens e que definem os preços finais do produto. Dificuldades também ao nível da armazenagem de *stocks* – necessidade de ligações por via marítima, com transbordo em Lisboa e com necessidade de armazenagem de um produto que é muito perecível.

- Floricultura - o preço do transporte aéreo é um problema ao desenvolvimento desta actividade, pelo que os operadores estudam as condições de transporte marítimo e a optimização logística que permita colocar as flores produzidas na R.A.A. no norte da Europa para a sua reexportação mundial.
- Tendência para a concentração no sector da agricultura (explorações maiores, com electrificação de pastagens e maior competitividade) - necessidade de emparcelamento rural, instrumento privilegiado de correcção da dispersão e fragmentação da propriedade rústica. De referir que, em 2010, o Governo Regional atribuiu, por via legal, ao Instituto Regional de Ordenamento Agrário (IROA) a iniciativa de estudo e elaboração de projectos públicos de emparcelamento rural no arquipélago.
- Potencial de valorização e diferenciação de produtos e serviços, por via da qualidade e da “imagem Açores”. Necessidade de aposta no *marketing* dos produtos e importância de plataformas como a LactAçores que permite ter estratégias diferentes de mercado e comercialização.

8.2.2 POTENCIALIDADES COM BASE NA COMBINAÇÃO DA NATUREZA COM A OCUPAÇÃO HUMANA - AS ACTIVIDADES TURÍSTICAS

A R.A.A. carece, na área do turismo, de uma visão e estratégia sólida implementada com continuidade e articulação pelos órgãos políticos e associativos da região. Assim, para o desenvolvimento competitivo do sector do turismo na R.A.A. é indispensável uma estratégia que permita a diferenciação de produtos turísticos de valor acrescentado e que responda a três condições:

- Obedecer à distribuição dos recursos turísticos primários (aqueles que *per si* atraem o fluxo turístico e não são substituíveis a curto prazo pela acção humana) – cerca de 60% da oferta hoteleira está concentrada num território que não é representativo do tipo de experiência turística com maior *value for money* que a R.A.A. pode oferecer; há, assim, uma necessidade de a promoção institucional do destino conduzir à ocupação destas camas, daí resultando que tanto os visitantes captados como a percepção do destino (que portarão e transmitirão após a visita) estão desajustados do segmento de procura que

mais valoriza as características do destino e, consequentemente, tem maior *willing to pay*. A definição estratégica e tecnicamente sustentada deverá também evitar a duplicação de esforços promocionais associativos e o desperdício de iniciativas.

- Permitir contornar o problema da sazonalidade – a análise objectiva do clima da R.A.A., em particular da sua pluviosidade, sugere que a conotação chuvosa das ilhas é alimentada pela procura doméstica por contraponto à pluviosidade do clima continental. Objectivamente, a R.A.A. regista menos pluviosidade que destinos como Shetland, Biarritz, sul do Reino Unido, Islândia, Bermudas, Hawai ou a maioria das ilhas caribenhas. Salvo subprodutos muito específicos, o ecoturismo não germina em climas secos. Se se entender que este é o *core product* mais rentável e sustentável, a R.A.A. beneficiará largamente da sua amplitude térmica anual entre os 18 e os 26°C. No entanto, a oferta turística (as infra-estruturas de transportes, a informação turística e as actividades de animação) não estão adaptadas ao objectivo de quebra de sazonalidade e aproveitamento das características climáticas do arquipélago, continuando a privilegiar o turismo nos meses de Verão (com pico em Julho e Agosto). É, por isso, muito importante rever a calendarização dos eventos culturais, desportivos e outros de interesse turístico, de modo a beneficiarem as “épocas intermédias” de turismo. Importância do investimento em novas áreas de diversificação turística (golfe, turismo de bem-estar, turismo sénior, entre outras), que beneficiam do bom funcionamento de equipamentos de suporte como os hospitais da região e os aeroportos internacionais (apesar de, em alguns casos, como na Horta, ser necessário o aumento da dimensão das pistas).
- Avaliar das potencialidades de desenvolvimento do mercado de segundas residências, em particular na ilha do Faial onde já residem muitos estrangeiros (sobretudo franceses, ingleses, alemães e sul-africanos), uma parte dos quais desenvolve negócios na ilha (sobretudo no domínio de actividades turísticas). Este factor poderá fomentar a procura de habitação para férias ou estadias prolongadas de estrangeiros que, através destes indivíduos residentes no arquipélago, tomam contacto com o destino Açores.

8.2.3.POTENCIALIDADES ASSENTES EM ACTIVIDADES INTENSIVAS EM CONHECIMENTO E TECNOLOGIA

- Valorização de centros de competência em torno do mar, dos vulcões, das alterações climáticas. Forte potencial na monitorização das condições climáticas (pluviosidade, ventos, temperatura da água do mar) em terra e no mar, com aplicação num leque variado de actividades económicas – procura crescente de sistemas de previsão climática, robustos e fiáveis (potencialidades na venda de informação produzida por este tipo de sistemas a empresas agrícolas, de transporte, de pescas, de construção civil, etc.). Por outro lado, estes centros de competências permitiriam apoiar o desenvolvimento de metodologias e tecnologias específicas para fins aplicados (construções portuárias, pescas, navegação e segurança marítima, entre outros)¹⁹.
- Reforço das ligações empresa-universidade – verifica-se uma situação de tripolaridade na presença da Universidade na região (Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta), sendo necessário colmatar

¹⁹ É já antiga a ideia de tornar a R.A.A. um “Centro Permanente de Estudos Meteorológicos do Atlântico Norte”.

os desajustamentos que resultam desta situação (por exemplo, mais de metade da produção de leite na região está concentrada em São Miguel mas os departamentos da Universidade dos Açores com competências importantes para esta área de produção estão localizados na ilha Terceira).

8.3. R.A.A. – UM ARQUIPÉLAGO NA GLOBALIZAÇÃO

A matriz de pontos fortes e fracos que a equipa responsável pela CRC elaborou, bem como o conjunto de potencialidades referidas nas reuniões de trabalho realizadas, põe em evidência desafios, riscos e oportunidades de desenvolvimento, muitos deles abertos à qualidade e à originalidade de produtos transaccionáveis e propícios à viragem do modelo de desenvolvimento do país, complementando a opção europeia com o euro-atlantismo, como mais-valia para a própria Europa. Outras oportunidades derivam da excepionalidade de uma qualidade de vida *sui generis* na R.A.A., associada à sua *Natureza Mágica*, o que pode contribuir para a competitividade da R.A.A. entre diversas regiões europeias. Neste quadro é essencial:

- a) Valorizar as potencialidades naturais para uma atractividade que se deseja única e para uma qualidade de vida excepcional para residentes e turistas, designadamente europeus e americanos, privilegiando baixos níveis de poluição no meio natural, que deve emergir como caso exemplar na UE;
- b) Orientar a tendência crescente para a procura da qualidade e para a diferenciação de alguns produtos baseados em recursos naturais da região, nomeadamente aqueles em que a componente natural e ecológica se faz sentir – casos de produtos alimentares, de produtos turísticos, de produtos locais diversificados com elevado aumento na cadeia de valor, inovando através de um *marketing* agressivo e dinâmico;
- c) Cultivar o elevado potencial turístico do arquipélago, recusando uma estratégia de desenvolvimento *low cost* e optando por um padrão de actividades turísticas diferenciado dirigido a camadas com elevado poder de compra e a públicos-alvo com interesses claramente focalizados nas valências da região; divulgando uma ímpar convivência humana, traduzida em acolhimento, conforto e bem-estar dos cidadãos, pelo que se deve modernizar o sistema de saúde e as actividades correlacionadas e reduzir os défices de médicos, de tecnólogos de saúde e de enfermeiros;
- d) Transformar a R.A.A. num local de experimentação de soluções integradas energia -mobilidade sustentável, inovando nos modelos de negócio que assegurem a viabilidade de mercado dessas soluções, constituindo uma alavanca para novas áreas de conhecimento e competências na região;
- e) Inserir a R.A.A. em redes nacionais, europeias ou em ligação com instituições americanas de ciência e tecnologia; apostar em parcerias internacionais na investigação, desenvolvimento e engenharia associadas à vulcanologia, à oceanografia, à meteorologia, às ciências do espaço, à biotecnologia e química fina. E em particular:
 - Criação das condições para que a R.A.A. se transforme, no longo prazo, numa base de exploração do oceano profundo na nova configuração que a proposta Extensão da Plataforma Continental pode vir a proporcionar; o que envolve esforços para instalar no médio prazo na região uma instituição/infra-estrutura internacional vocacionada para o conhecimento das potencialidades existentes a nível de recursos biológicos em ambientes extremos e recursos minerais e energéticos a grande profundidade; este vector poderia constituir no futuro uma novo foco de cooperação de Portugal com os EUA;
 - Desenvolvimento das oportunidades de localização na R.A.A. de instalações de apoio às actividades no Espaço por parte de Agencias Europeias, beneficiando da sua posição geográfica para ascender na complexidade das funções a desempenhar neste contexto.

- f) Reforçar o papel de “plataforma giratória” da R.A.A. no sistema logístico e de transporte de mercadorias a nível nacional e internacional, integrando a região nas prioridades de investimento nacional previstas no âmbito de iniciativas como o Programa Portugal Logístico ou as Auto-Estradas do Mar. Este reforço obriga a uma alteração substantiva no sistema de transportes e de logística ao nível do arquipélago, em particular nos sistemas marítimo-portuário e aero-portuário.
- g) Orientações que colocam ênfase na necessidade de prosseguir como prioridade a melhoria da escolarização e do aproveitamento escolar aos diversos graus de ensino e da qualificação dos recursos humanos; bem como na atracção de talentos no exterior, com destaque para a diáspora açoriana. As fragilidades decorrentes da pequena dimensão da R.A.A. podem constituir, positivamente, um incentivo à promoção da centralidade do factor recursos humanos e competências nas políticas públicas de fomento do desenvolvimento e competitividade da região.

9. DESAFIOS, RISCOS E OPORTUNIDADES NO MÉDIO PRAZO

9.1 R.A.A. – PONTOS FORTES E FRACOS

<i>PONTOS FRACOS</i>	<i>PONTOS FORTES</i>
• Posição periférica em relação aos grandes centros da UE e descontinuidade territorial; • Dimensão reduzida dos centros urbanos, povoamentos com alguma dispersão e, conseqüentemente, custos acrescidos de infra-estruturação; • Fragmentação do mercado regional em micro mercados, afastados dos grandes centros produtores e consumidores; • Multiplicação de infra-estruturas portuárias e aeroportuárias e subutilização das mesmas ainda que justificadas pelas populações das diversas ilhas; • Reduzido potencial demográfico, exigindo-se, por isso, uma aposta excepcional na qualificação dos jovens e da população activa, recorrendo a metodologias inovadoras; • Elevada especialização da base económica, com dificuldades em diversificar a produção e em favorecer um terciário moderno; • Debilidade de consórcios públicos e público -privados no domínio das aplicações do conhecimento; • Dependência exagerada do transporte marítimo e aéreo nas trocas e conseqüente fraca mobilidade com influência nos custos-benefícios; • Vulnerabilidade dos sistemas ambientais e dos recursos hídricos; grande variabilidade das forças da Natureza; • Fragilidade da cultura de internacionalização, quer a nível de empresas, quer a nível das instituições; • Ligação às comunidades de emigração açoriana mais afectiva do que económica.	• Posição geoestratégica no Atlântico Norte com potencialidades a explorar para o euro-atlantismo associado à opção europeia; • Forte presença do Mar, Zona Económica Exclusiva (ZEE) de grande dimensão; condições naturais para o desenvolvimento das fileiras da pesca e do eco-turismo; • Potencialidades singulares para actividades relacionadas com o Espaço; • Inserção numa rede intercontinental de comunicações através de cabo submarino de fibra óptica; • Recursos geotérmicos de alta entalpia e potencialidades de outras energias renováveis; • Condições edafo-climáticas propícias à fileira agro-pecuária e para a química fina e biotecnologia; • Elevado valor paisagístico e acervos históricos e culturais de grande riqueza, com adesão da população a manifestações de expressão cultural e à valorização do património cultural; • População jovem no contexto europeu; • Forte potencial de cooperação universitária e económica a partir dos fortes elos de ligação a países de destino da emigração e, em particular as comunidades açorianas nos EUA e no Canadá; • Paisagens únicas (fauna e flora), terrestre e marítima, nas nove ilhas com características específicas, com elevado potencial de atractividade internacional; • Identidade cultural forte, potenciadora de atracção turística, de actividades de lazer e de qualidade de vida. • Nova carteira de actividades associadas ao potencial inerente ao alagamento da plataforma continental, em curso; • Governo autónomo próprio com possibilidades de maior capacidade de decisão, próxima dos cidadãos, e, em particular, da comunidade empresarial.

9.2. POTENCIALIDADES DA R.A.A. NO MÉDIO LONGO PRAZO (PRIMEIRO BALANÇO DAS REUNIÕES DE TRABALHO COM EMPRESAS E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DA REGIÃO)

Com o objectivo de detalhar este quadro de Pontos Fortes e Pontos Fracos, procedeu-se na elaboração desta Carta Regional de Competitividade a um conjunto de reuniões de trabalho com empresas e instituições da Região Autónoma²⁰.

Constatou-se durante este processo que os testemunhos produzidos por empresários e outras instituições associadas à esfera da economia que foram abordadas comportam importantes contributos para melhor focalizar as propostas contidas neste trabalho. Reconhece-se igualmente a actualidade e validade dos contributos recolhidos aquando da elaboração do *INOTEC- Empresa*, publicados em 2008, colocando em evidência as medidas a tomar para concretizar estas orientações estratégicas com o fim de melhorar a estrutura de vários sectores como sejam os de construção civil, das indústrias de lacticínios, e, bem assim, de indústrias de química fina associada a produtos naturais. Sublinham-se ainda as propostas relacionadas com a necessidade de reforçar a modernização e a eficiência das empresas e, bem assim, o incremento da carteira de actividades transaccionáveis para conferir maior expressão à internacionalização empresarial, privilegiando os produtos e serviços em que já estão asseguradas as condições de competitividade mínimas, mas também a necessidade de alargar essa carteira de actividades, sobretudo a bens e serviços de perfil tecnológico mais elevado, nomeadamente relacionados com a aplicação das novas tecnologias e de informação e comunicação (TIC), energias renováveis, robótica submarina, entre outras.

Outras propostas dirigem-se à potenciação da posição geoestratégica para a meteorologia e climatologia a nível mundial, assim como a dinamização de uma rede de agentes de apoio à inovação com vista a atenuar a ultraperifricidade e superar as descontinuidades territoriais, como por exemplo incentivar as fontes de energia renováveis, de fortalecer a cooperação Universidades dos Açores - Empresas com vista à intensificação de *start ups*. Refira-se que os Açores, pelas suas características, têm potencialidades importantes para desempenharem funcionalidades internacionais de **teste** de tecnologias, por exemplo a nível da mobilidade sustentável e da exploração oceânica.

Para além disso, os empresários acentuaram a urgência em desenvolver projectos no sentido de encarar a nova economia digital como oportunidade para novos projectos de produção, vencendo as distâncias através da criação e atracção de empresas com essa matriz.

Os testemunhos recolhidos nas reuniões de trabalho na R.A.A. convergem para a conclusão de que os sistemas de incentivos dirigidos à região ao longo dos vários ciclos de programação²¹ têm contribuído de

²⁰ Na fase final de elaboração da Carta Regional de Competitividade e antes da sua apresentação pública ir-se-ão ainda realizar um conjunto de contactos institucionais.

²¹ De referir que no Quadro Comunitário de Apoio (QCA) III (vigente no período 2000-2006), a política de incentivos na região assentou num modelo de coexistência dos sistemas de incentivo de âmbito nacional (enquadrados no Programa de Incentivos à Modernização da Economia – PRIME), com sistemas de incentivos regionais com aplicação exclusiva na R.A.A., inseridos no Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores (SIDER). Com o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), a vigorar entre 2007 e 2013, deixou de existir este modelo de coexistência de sistemas de incentivos na R.A.A. (nacionais e regionais), sendo o acesso aos sistemas de incentivos feito ao abrigo do SIDER através do Programa Operacional PROCONVERGÊNCIA.

No QREN, o SIDER é constituído por quatro subsistemas: (1) Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento do Turismo; (2) Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento Local; (3) Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento Estratégico; (4) Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento da Qualidade e Inovação.

Para além do SIDER, a R.A.A. conta ainda com o apoio do Sistema de Incentivos à Produção de Energia a partir de Fontes Renováveis (PROENERGIA) e do Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo (Empreende Jovem).

forma muito relevante para fomentar o investimento privado, o qual cresceu nos últimos anos a um ritmo favorável.

Estes testemunhos referem que os sistemas de incentivos desempenham um papel importante na dinamização da actividade empresarial no arquipélago, indo ao encontro das necessidades das empresas e dos respectivos sectores de actividade. Alguns empresários salientam mesmo a “generosidade” dos sistemas de incentivos na região. Entre os sistemas de incentivos considerados como mais relevantes encontram-se os incentivos à formação, à internacionalização e o apoio à inserção em redes de I&D e à cooperação empresa-universidade. Todavia, não deixam de constatar que é necessário um enorme esforço para conferir maior robustez aos espaços de empreendedorismo e inovação, e que isso implica também uma melhor concertação estratégica entre o governo (e as suas instituições), as empresas (e as suas associações) e a universidade (e outros centros de saber), pois esta interacção é decisiva para transformar o conhecimento em actividades, bens e serviços atractivos para os mercados. Só assim a R.A.A. pode surgir como “berço” credível para projectos internacionais de envergadura como os que certamente resultarão do aprofundamento da exploração de plataforma continental com dimensões singulares.

9.2.1. POTENCIALIDADES COM BASE NOS RECURSOS NATURAIS, TENDO EM CONTA AS DEBILIDADES IDENTIFICADAS

- A maioria das empresas da fileira do leite é de capital externo à R.A.A., decorrente de processos de aquisição e fusão. Condicionam esta fileira alguns problemas ao nível das infra-estruturas de apoio à actividade, como sejam os pontos de água de abastecimento às propriedades pecuárias e a electrificação. São também evidentes os problemas ao nível do transporte dos produtos finais para o Continente e para o estrangeiro – são elevados os custos de transporte e demorado o tempo da operação, o que pesa no valor final do produto que é colocado nos mercados (de referir que as empresas também enfrentam os elevados custos das embalagens, que têm de importar do estrangeiro ou do Continente). Apenas a matéria-prima leite é originária da R.A.A. – todos os produtos subsidiários da produção de leite são importados (sal, coalhos, enzimas, fermentos, embalagem e tecnologia). Por outro lado, através das grandes cadeias de distribuição, chegam à R.A.A. e ao Continente cada vez maiores quantidades de produtos lácteos oriundos de países como a Espanha, França e Polónia, que concorrem directamente com os produtos açorianos. O fim das quotas para o sector leiteiro (previsto para 2015) irá permitir uma maior entrada de produtos estrangeiros, o que coloca desafios acrescidos às empresas da R.A.A. e que poderá conduzir a alterações no perfil do sector na região (tendência para a maior concentração e fusão de empresas e desaparecimento das empresas de menor dimensão). Em consequência, serão maiores os esforços a nível da comunicação, imagem e marca que serão exigidos.
- Na fileira das pescas - alguns problemas ao nível da rede de frio, a dimensão e capacidade das embarcações e em terra, não permitem o aproveitamento de todas as potencialidades da R.A.A. no domínio desta fileira. Considera-se fundamental reorganizar toda a fileira da pesca da região, desde a formação dos pescadores, à comercialização do pescado e ao redimensionamento da frota.

- Na fileira da carne, a concorrência da carne originária da América Latina, em particular do Brasil e da Argentina, é muito elevada, a que se juntam as debilidades da R.A.A. ao nível do desmanche e embalagem da carne, da comercialização e do acesso aos mercados. A necessidade de custos unitários mais baixos poderá conduzir à crescente utilização de adubos e químicos, em substituição do pastoreio natural, com a consequente diminuição da qualidade da carne açoriana.

Por outro lado, a concentração do abate e corte nas ilhas São Miguel e Terceira não favorece o desenvolvimento natural do sector. A ilha do Pico, sendo a segunda maior produtora de carne bovina, por estrangulamento da capacidade de abate e corte e pela irregularidade do transporte marítimo refrigerado, vê-se impedida de adicionar localmente mais valor à cadeia do produto, desperdiçando a possibilidade de criar postos de trabalho locais que permitam a fixação da população.

- Na produção do ananás tem havido uma redução significativa, em virtude da concorrência do abacaxi da América Central e do Sul, que a partir da Bélgica exportam para toda a Europa a preços muito inferiores ao ananás de São Miguel. Na R.A.A. os preços de produção são mais elevados, em virtude dos custos de embalagem e de transporte.

Há uma forte dependência das grandes cadeias de distribuição que esmagam as margens e que definem os preços finais do produto. Dificuldades também ao nível da armazenagem de *stocks* – necessidade de ligações por via marítima, com transbordo em Lisboa e com necessidade de armazenagem de um produto que é muito perecível.

- Floricultura - o preço do transporte aéreo é um problema ao desenvolvimento desta actividade, pelo que os operadores estudam as condições de transporte marítimo e a optimização logística que permita colocar as flores produzidas na R.A.A. no norte da Europa para a sua reexportação mundial.
- Tendência para a concentração no sector da agricultura (explorações maiores, com electrificação de pastagens e maior competitividade) - necessidade de emparcelamento rural, instrumento privilegiado de correcção da dispersão e fragmentação da propriedade rústica. De referir que, em 2010, o Governo Regional atribuiu, por via legal, ao Instituto Regional de Ordenamento Agrário (IROA) a iniciativa de estudo e elaboração de projectos públicos de emparcelamento rural no arquipélago.
- Potencial de valorização e diferenciação de produtos e serviços, por via da qualidade e da "imagem Açores". Necessidade de aposta no *marketing* dos produtos e importância de plataformas como a LactAçores que permite ter estratégias diferenciadas de mercado e comercialização.

9.2.2 POTENCIALIDADES COM BASE NA COMBINAÇÃO DA NATUREZA COM A OCUPAÇÃO HUMANA - AS ACTIVIDADES TURÍSTICAS

A R.A.A. carece, na área do turismo, de uma visão e estratégia sólida implementada com continuidade e articulação pelos órgãos políticos em estreita articulação com as estruturas associativas e empresas da região. Assim, para o desenvolvimento competitivo do sector do turismo na R.A.A. é indispensável uma estratégia que permita a diferenciação de produtos turísticos de valor acrescentado e que responda a três condições:

- **Obedecer à distribuição dos recursos turísticos primários** (aqueles que *per si* atraem o fluxo turístico e não são substituíveis a curto prazo pela acção humana) – cerca de 60% da oferta hoteleira está concentrada num território que não é representativo do tipo de experiência turística com maior *value for money* que a R.A.A. pode oferecer; há, assim, uma necessidade de a promoção institucional do destino conduzir à ocupação destas camas, daí resultando que tanto os visitantes captados como a percepção do destino (que portarão e transmitirão após a visita) estão desajustados do segmento de procura que mais valoriza as características do destino e, consequentemente, tem maior *willing to pay*. A definição estratégica e tecnicamente sustentada deverá também evitar a duplicação de esforços promocionais associativos e o desperdício de iniciativas desenquadradas.
- **Contornar o problema da sazonalidade** – a análise objectiva do clima da R.A.A., em particular da sua pluviosidade, sugere que a conotação chuvosa das ilhas é alimentada pela procura doméstica por contraponto à pluviosidade do clima continental. Objectivamente, a R.A.A. regista menos pluviosidade que destinos como Shetland, Biarritz, sul do Reino Unido, Islândia, Bermudas, Hawaii ou a maioria das ilhas caribenhas. Salvo subprodutos muito específicos, o ecoturismo não germina em climas secos. Se se entender que este é o *core product* mais rentável e sustentável, a R.A.A. beneficiará largamente da sua amplitude térmica anual entre os 18 e os 26°C. No entanto, a oferta turística (as infra-estruturas de transportes, a informação turística e as actividades de animação) não estão adaptadas ao objectivo de quebra de sazonalidade e aproveitamento das características climáticas do arquipélago, continuando a privilegiar o turismo nos meses de Verão (com pico em Julho e Agosto). É, por isso, muito importante rever a calendarização dos eventos culturais, desportivos e outros de interesse turístico, de modo a beneficiarem as “épocas intermédias” de turismo. Releva-se a importância do investimento em novas áreas de diversificação turística (golfe, turismo de bem-estar, turismo sénior, entre outras), que beneficiam do bom funcionamento de equipamentos de suporte como os hospitais da região e os aeroportos internacionais (apesar de, em alguns casos, como na Horta, ser necessário o aumento da dimensão das pistas).
- Avaliar as potencialidades de desenvolvimento do **mercado de segundas residências**, em particular na ilha do Faial onde já residem muitos estrangeiros (sobretudo franceses, ingleses, alemães e sul-africanos), uma parte dos quais desenvolve negócios na ilha (sobretudo no domínio de actividades turísticas). Este factor poderá fomentar a procura de habitação para férias ou estadias prolongadas de estrangeiros que, através destes indivíduos residentes no arquipélago, tomam contacto com o destino Açores.

9.2.3. POTENCIALIDADES ASSENTES EM ACTIVIDADES INTENSIVAS EM CONHECIMENTO E TECNOLOGIA

- **Valorização de centros de competência em torno do mar, dos vulcões, das alterações climáticas e da energia.** Forte potencial na monitorização das condições climáticas (pluviosidade, ventos, temperatura da água do mar) em terra e no mar, com aplicação num leque variado de actividades económicas – procura crescente de sistemas de previsão climática, robustos e fiáveis (potencialidades na venda de informação produzida por este tipo de sistemas a empresas agrícolas,

de transporte, de pescas, de construção civil, etc.). Por outro lado, estes centros de competências permitiriam apoiar o desenvolvimento de metodologias e tecnologias específicas para fins aplicados (construções portuárias, pescas, navegação e segurança marítima, entre outros)²².

- **Reforço das ligações empresa-universidade** – verifica-se uma situação de tripolaridade na presença da Universidade na região (Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta), sendo necessário colmatar os desajustamentos que resultam desta situação (por exemplo, mais de metade da produção de leite na região está concentrada em São Miguel mas os departamentos da Universidade dos Açores com competências importantes para esta área de produção estão localizados na ilha Terceira).

9.3. R.A.A. – UM ARQUIPÉLAGO NA GLOBALIZAÇÃO

A matriz de pontos fortes e fracos que a equipa responsável pela CRC elaborou, bem como o conjunto de potencialidades referidas nas reuniões de trabalho realizadas, põe em evidência desafios, riscos e oportunidades de desenvolvimento, muitos deles abertos à qualidade e à originalidade de produtos transaccionáveis e propícios à viragem do modelo de desenvolvimento do arquipélago e do país, complementando a opção europeia com o euro-atlantismo, como mais-valia para a própria Europa. Outras oportunidades derivam da excepcionalidade de uma qualidade de vida *sui generis* na R.A.A., associada à sua *Natureza Mágica*, o que pode contribuir para a competitividade da R.A.A. entre diversas regiões europeias. Neste quadro é essencial:

- a) **Valorizar as potencialidades naturais** para uma atractividade que se deseja única e para uma qualidade de vida excepcional para residentes e turistas, designadamente europeus e americanos, privilegiando baixos níveis de poluição no meio natural, que deve emergir como caso exemplar na UE;
- b) Orientar a tendência crescente para a procura da **qualidade** e para a **diferenciação** de alguns produtos baseados em recursos naturais da região, nomeadamente aqueles em que a componente natural e ecológica se faz sentir – casos de produtos alimentares, de produtos turísticos, de produtos locais diversificados com elevado aumento na cadeia de valor, associando de forma inteligente inovação e tradição e com recurso a um *marketing* e comunicação agressivos e dinâmicos de modo a veicularem uma imagem-região contendo uma mais-valia ambiental;
- c) Cultivar o elevado potencial turístico do arquipélago, recusando uma estratégia de desenvolvimento massificada (até por impossibilidade, dado que a massificação assenta no binómio sol-praia, o que não constitui uma vantagem competitiva dos Açores), e optando por um **padrão de actividades turísticas diferenciado**, dirigido a diferentes segmentos-alvo, incluindo camadas com elevado poder de compra e a públicos-alvo com interesses claramente focalizados nas valências da região; quer na Europa quer nos EUA, divulgando uma ímpar convivência humana, traduzida em acolhimento, conforto e bem-estar dos cidadãos, pelo que se deve modernizar o sistema de saúde e as actividades correlacionadas e reduzir os défices de médicos, de tecnólogos de saúde e de enfermeiros;
- d) Transformar a R.A.A. num **local de experimentação de soluções integradas energia - mobilidade sustentável**, inovando nos modelos de negócio que assegurem a viabilidade de mercado dessas soluções, constituindo uma alavanca para novas áreas de conhecimento e competências na região; no que respeita à produção de energia os Açores estão envolvidos no Protocolo *Green Islands*

²² É já antiga a ideia de tornar a R.A.A. um "Centro Permanente de Estudos Meteorológicos do Atlântico Norte".

desenvolvido com o MIT Portugal, visando a criação de um sistema energético inteligente que maximize as energias renováveis e evite as perdas na rede eléctrica. As metas são ambiciosas, pois até 2018, pretende-se que 75% da energia produzida nos Açores o seja a partir de fontes renováveis, reforçando significativamente a autonomia e a eficiência energética.

- e) **Inserir a R.A.A. em redes nacionais, europeias ou em ligação com instituições americanas de ciência e tecnologia;** apostar em parcerias internacionais na investigação, desenvolvimento e engenharia associadas à vulcanologia, às ciências do mar, nomeadamente a oceanografia, à meteorologia, às ciências do espaço, à biotecnologia e química fina. Qual o papel que os Açores pretendem desempenhar em relação à "economia azul", que tem o mar como suporte? Eis, um desafio relevante que se coloca? Em particular:
- Criação das condições para que a R.A.A. se transforme, a prazo, numa **base de exploração do oceano profundo** na nova configuração que a proposta Extensão da Plataforma Continental pode vir a proporcionar. Veja-se, a título de exemplo, a importância de mapear o fundo do mar, e que isso pode mobilizar em termos de conhecimento e tecnologia. Aliás, recentemente foram descobertas duas novas crateras que podem consubstanciar poços de gás natural que se juntam a duas outras mencionadas neste trabalho, vulgarmente conhecidas como "ovos estrelados", com seis e três quilómetros de diâmetro, situadas a 150 Km a sul dos Açores. Para tal, recomendam-se esforços para instalar no médio prazo, na região, uma instituição/infra-estrutura internacional vocacionada para o conhecimento e exploração das potencialidades existentes a nível de recursos biológicos em ambientes extremos e recursos minerais e energéticos a grande profundidade; este vector poderia constituir no futuro uma novo foco de cooperação de Portugal com os EUA. Porque não procurar uma parceria com a Universidade de Massachussets e, também, e tentar atrair para os Açores, empresas ligadas ao cluster do mar neste importante Estado Norte-americano?;
 - Desenvolvimento das oportunidades de localização na R.A.A. de **instalações de apoio às actividades no Espaço** por parte de Agências Europeias, beneficiando da sua posição geográfica para ascender na complexidade das funções a desempenhar neste contexto;
 - E, à semelhança do que se propõe para a economia do mar, porque não marcar, também, presença junto de grandes comunidades universitárias, nomeadamente nos EUA, para atrair eventos e mobilizar o interesse pelos Açores como local de investigação?
- f) **Reforçar a conectividade**, valorizando o papel de "plataforma" da R.A.A. no sistema logístico e de transporte de mercadorias a nível nacional e internacional, integrando a região nas prioridades de investimento nacional previstas no âmbito de iniciativas como o Programa Portugal Logístico ou as Auto-Estradas do Mar. Este reforço obriga a uma alteração substantiva no sistema de transportes e de logística ao nível do arquipélago, em particular nos sistemas marítimo-portuário e aero-portuário. Em síntese:
- O **transporte aéreo** é crucial para o desenvolvimento de actividades turísticas dirigida a mercados de elevado poder de compra e expressão numerosa, do que hoje se designa como "classes criativas". Isso exige por parte da SATA, ou outros operadores que venham a demandar os Açores, a prática de preços menos elevados nas longas distâncias e a urgente clarificação do financiamento da componente social do transporte aéreo no interior dos Açores. Porventura, esta clarificação implica a destinação daquilo que constitui serviço público ou público/social, daquilo que não recai nesta

classificação, para uma melhor afectação das fontes de financiamento. Além disso, deve ser equacionado o formato do acesso de outras companhias aéreas estrangeiras à região. Significa, também, que será necessário uma maior refocalização nos mercados-alvo, conjugando diminuição de preços com maior frequência de voos.

Até que ponto no desafio da conectividade internacional, dos transportes, particularmente o aéreo e marítimo com incidência a nível internacional e equacionar as seguintes questões: Poderá a Ilha de Santa Maria, e o seu aeroporto, desempenhar esse papel, a nível do transporte de carga? Os empresários, as autoridades governamentais e as entidades académicas, num autêntico Hélice Tripla Regional devem, por isso debruçar-se sobre as oportunidades que surgem.

- A nível dos **transportes marítimos** importa, em primeiro lugar, garantir, na base de melhores condições de custo/competitividade e em tempo mais reduzido, o acesso de mercadorias ao Continente. Diminuir o tempo da operação dos actuais 5 a 6 dias para cerca de 1,5 a 2 dias constitui um desafio crucial para o reforço dos fluxos de comércio e, consequentemente, para uma maior sustentabilidade da economia açoriana. A prossecução deste propósito implica um entendimento estratégico entre os principais operadores (sobretudo Atlanticoline e Transmaçor) e um eventual envolvimento de outros interessados privados que, conjuntamente, possam protagonizar um projecto empresarial mais agressivo, guiado por objectivos de rentabilidade, de qualidade de serviço e de competitividade. Aliás, o facto de se perspectivar que todas as ilhas estejam brevemente equipadas com sistemas *ferry* facilitará também em termos logísticos a concretização do propósito mencionado. Assim, a concretizarem-se os investimentos previstos todas as ilhas do arquipélago dos Açores dispõem de portos em boas condições para operar carga geral, combustíveis e pesca e, nalguns casos, também dispõem de marinas de recreio e terminais de cruzeiro nos portos de Ponta Delgada, Praia da Vitória e Horta. Pelas mesmas razões afiguram-se uma importante infra-estrutura de apoio à navegação a meio do Oceano Atlântico;
- g) Aprofundar as orientações que colocam ênfase na **qualificação**, nomeadamente na necessidade de prosseguir como prioridade a melhoria da escolarização e do aproveitamento escolar aos diversos graus de ensino e da qualificação dos recursos humanos. No mesmo sentido, é importante investir na atracção de talentos no exterior, com destaque para a diáspora açoriana. As fragilidades decorrentes da pequena dimensão da R.A.A. podem constituir, positivamente, se asseguradas as condições indispensáveis, um incentivo à promoção da centralidade do factor recursos humanos e competências nas políticas públicas de fomento do desenvolvimento e competitividade da região;

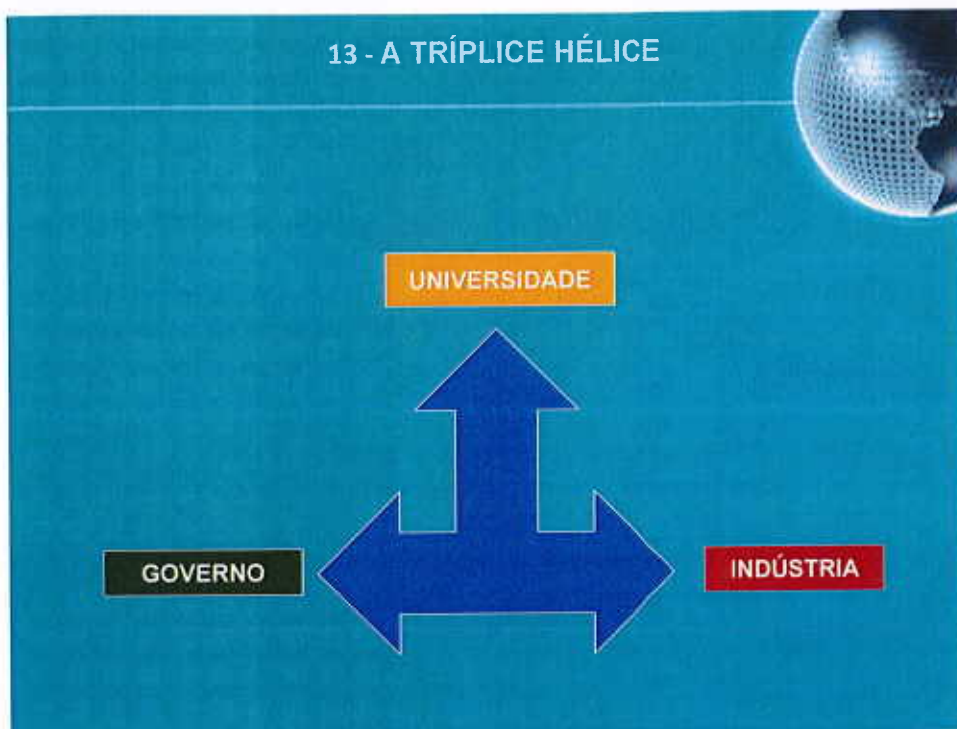
Os desafios estratégicos para a economia açoriana podem consubstanciar-se num **Triângulo Estratégico de Competitividade** e numa **Tríplice Hélice** que no quadro da sociedade do conhecimento pode reforçar a cadeia de valor e a competitividade da economia açoriana. Em triângulo estratégico está representado na Figura 12.

Figura 12 - TRIÂNGULO ESTRATÉGICO DA COMPETITIVIDADE DOS AÇORES



Na verdade, a competitividade regional da economia açoriana e a sua inserção na economia global têm três vectores estratégicos: a **Natureza**, o **Conhecimento** e a **Conectividade**, em relação aos quais a iniciativa privada e as estratégias empresariais que lhe estão associadas devem interagir com boas políticas públicas, visando alargar e enriquecer a carteira de bens e serviços transaccionáveis para uma melhor afirmação no contexto nacional e europeu. Trata-se de três vectores estratégicos cujas cadeias de valor que lhes estão associados exigem um investimento inteligente e continuado a nível da qualificação, na atracção de talentos, na tecnologia, no empreendedorismo, na inovação e na I&D, na qualidade, na atracção de IDE e na propriedade intelectual. Os novos desafios assim o exigem. É o caso, a título de exemplo, que da extensão plataforma continental e do papel que os Açores merecem do seu posicionamento geográfico pode desempenhar em relação, por exemplo a um novo potencial em termos de exploração de fundos marinhos para pesquisa e eventual valorização dos seus recursos, entre os quais uma vasta diversidade de minérios, passando Portugal a ter a maior mancha de sulfuretos polimetálicos do mundo, a sul dos Açores (por exemplo, os Açores dispõem de cerca de 25% das reservas de cobalto do mundo) e, porventura, também petróleo e gás. Para além do cobalto, vai ter crostas de níquel, de ferro e de magnésio, assim como campos hidrotermais, com ocorrências de cobre, zinco, chumbo, ouro e prata. Isso é tanto mais importante, quanto é sabido que o controlo de matérias-primas estratégicas vai marcar a geopolítica deste século. Para valorizar este potencial na perspectiva do acesso aos mercados e, bem assim, do alargamento e enriquecimento da nova carteira de actividades transaccionáveis, é essencial um dispositivo de "inteligência económica e estratégica" para equacionar devidamente a informação útil e estratégica, a tecnologia, a qualificação e as redes de conhecimento.

13 - A TRÍPLICE HÉLICE



De igual modo, as vantagens competitivas, actuais e potenciais, identificadas para a economia açoriana, para se materializarem a nível do alargamento e enriquecimento da carteira de actividades, bens e serviços transaccionáveis, necessitam de uma mobilização e interacção inteligente dos agentes políticos, empresariais e académicos, ou seja, um alicerçamento dinâmico e inteligente na trílice hélice: **Governo-Indústria – Universidade**. Deste modo, vai-se ao encontro de formas geradoras de sinergias para superar o atraso tecnológico e de gestão das empresas, sendo uma dessas formas a cooperação dos sectores produtivos com as universidades e demais centros de saber. Assumir esta relação como fonte de progresso e para criar valor, significa também romper definitivamente com preconceitos enraizados inviabilizadores de uma relação de confiança entre as partes. O investimento nas parcerias e em estratégias colaborativas entre instituições de investigação e as empresas representa, portanto, uma nova exigência colocada pela sociedade e pelos mercados. O aprofundamento dessas formas de colaboração, nomeadamente o seu alcance, a sua estrutura e gestão, poderá contribuir para o desenvolvimento de modelos de intervenção e de participação inovadores, favorecendo o empreendedorismo e o crescimento económico e tecnológico da R.A.A. Nesta trílice hélice as alianças e as parcerias internacionais para atrair investimento e a favorecer a inovação e a transferência de tecnologia são decisivas.

Enfim, faz todo o sentido adoptar uma VISÃO para os Açores mobilizadora de vontades e de inteligências, que evidencia as suas características sócio-económicas e as características naturais associadas à “Natureza Mágica”. Com vocação e identidade próprias. Só assim terá sucesso o processo de transformação proposto para a sua carteira de actividades e a cadeia de valor da economia açoriana, com a mobilização dos agentes económicos, sociais, culturais e de ciência e tecnologia, no respeito da coesão territorial e social.

Assim, *“no horizonte 2015-2020, os Açores serão, no contexto nacional e da UE, mais competitivos e atractivos, com uma qualidade ambiental de excelência e com coesão territorial e social”. Para tanto basta fazer bem aquilo que tem que ser feito.*

OUTRAS ACTIVIDADES APOIADAS PELA FLAD NOS AÇORES

Citam-se aqui, também, iniciativas levadas a cabo pela Fundação Luso-Americana no âmbito da História, da Arte e da Cidadania:

i) Fórum Roosevelt

Com a ideia de colocar os Açores no mapa dos debates sobre estratégia e política internacional foi fundado, em cooperação com o Governo Regional dos Açores, o *Fórum Açoriano Franklin D. Roosevelt*, com periodicidade bienal.

A denominação visa homenagear a figura de *Franklin D. Roosevelt* e o seu papel decisivo nas relações euro-atlânticas. O primeiro *Fórum* teve lugar em Ponta Delgada, em Julho de 2008, comemorando os 90 anos da escala de Roosevelt nos Açores (S.Miguel e Faial), quando viajou rumo à Europa na qualidade de Secretário da Marinha do Governo do Presidente Wilson, em 1918. O tema principal do I Fórum foi “As Relações Transatlânticas na Opinião Pública Europeia e Americana»

Para este fórum a FIAD preparou o livro intitulado “Roosevelt, a Europa e os Açores nas duas guerras mundiais”, com a coordenação científica do Prof. Luís Nuno Rodrigues, no âmbito da cooperação com o Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa.

As actas do primeiro Fórum foram publicadas, quer em português, quer em inglês. A segunda edição do Fórum Roosevelt efectuou-se em Angra do Heroísmo, tendo como tema base As Relações Transatlânticas e os Equilíbrios Internacionais Emergentes. A próxima terá lugar na cidade da Horta em 2012 como tema principal o Mar na história, na estratégia e nas Ciências.

ii) Exposições iconográficas sobre Roosevelt

Integradas nas iniciativas ligadas ao Presidente Roosevelt, foi apresentada uma exposição iconográfica, preparada em colaboração com a Biblioteca Presidencial Franklin D. Roosevelt, sediada em Hyde Park. Documenta a vida do Presidente e as suas relações políticas com o Estado Português e os Açores durante a Primeira Guerra Mundial. Inaugurada em Ponta Delgada por ocasião do I Fórum, a exposição circulou posteriormente por outras ilhas açoriana, tendo sido acompanhada por palestras e debates.

Na cidade da Horta a exposição foi acompanhada por uma conferência sobre “As ‘serpentes’ do Atlântico: FDR e a liberdade dos mares”; na ilha do Pico (Museu das Lajes) a exposição foi acompanhada por conferências sobre Franklin D. Roosevelt “Senhor da Guerra, Arquitecto da Paz”, a 17 de Abril, nas Lajes do Pico e “A política externa americana: de Franklin D. Roosevelt a Barack Obama, no dia 4 de Maio, pelas 21 horas, no Museu das Lajes do Pico.

A exposição ainda esteve patente ao público na ilha de Santa Maria em Agosto e Setembro de 2009, tendo-se realizado colóquios sobre Santa Maria nas Rotas do Atlântico, com o apoio da Câmara Municipal de Vila do Porto (9 de Agosto de 2010) e do Clube Asas do Atlântico (31 de Outubro de 2009);

iii) Exposições da colecção de Arte Contemporânea da Fundação Luso-Americana em Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta.

O programa de três exposições, *Sinais*, *Corpo Intermittente* e *Passagem*, e uma conferência sobre Ana Hatherly, proferida pela Dr.^a Isabel Carlos, foi elaborado pelo curador da colecção da FLAD, João Silvério. Por ordem de inauguração: Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Horta. A exposição de Ponta Delgada baseia-se no acervo de desenho, com cinco artistas: Helena Almeida, José Pedro Croft, Ana Hatherly, António Sena e Pedro Sousa Vieira.

Cada exposição foi diferente das outras conferindo um carácter de identidade a cada uma das ilhas (e cidades) que as acolheram. Exposições concebidas e trabalhadas directamente com os museus locais, reconhecendo desta forma que o Museu, nas suas diversas vertentes, é a instituição que de um modo mais concreto corresponde às necessidades que estes projectos geram e estão mais bem preparados para transmitir conhecimento ao público.

Este programa expositivo, com a primeira amostragem da colecção em três ilhas, criou um diálogo produtivo com os responsáveis dos museus e proporcionou uma visão mais ampla, do acervo coleccionado, patente nos três catálogos editados.

No seguimento deste projecto, a FLAD assinou, em Julho de 2011, um protocolo com a DraC (Direcção Regional de Cultura) para uma novo programa de exposições da sua colecção de arte contemporânea, que será iniciado em 2012 e que contempla de modo mais alargado todo o arquipélago dos Açores.

iv) Apoio à edição da História dos Açores

Em cooperação com o Instituto Açoriano de Cultura, a FLAD financiou em 50 por cento a primeira história dos Açores organizada e elaborada no âmbito universitário. A obra foi dirigida pelos professores Teodoro de Matos, Avelino Meneses (na altura Reitor da Universidade dos Açores) e Reis Leite.

v) Colóquio em colaboração com o Conselho da Cultura Galega

No âmbito do trabalho que tem desenvolvido na área das migrações, a Fundação, em conjunto com o Governo Regional dos Açores, a Universidade dos Açores e o Conselho da Cultura Galega, organizou em Outubro de 2009, na cidade da Horta, o colóquio "Comunidades Euro-Atlânticas nos EUA: Experiências da Emigração da Galiza e dos Açores". Este colóquio contou com a presença de diversos especialistas nacionais e internacionais e teve como objectivo aprofundar experiências, trazendo para o conhecimento científico dados novos que possam ajudar a estudar e melhor compreender a vasta e complexa temática das migrações. Durante o ano de 2012 decorrerá, em Santiago da Compostela, um segundo Colóquio sobre o tema.

vi) Os Dabneys

"Os Dabney – Uma Família Americana nos Açores", livro coordenado pela historiadora Maria Filomena Mónica, em co-autoria com Paulo Silveira e Sousa, foi lançado nos dias 16, 17 e 18 de Setembro, na Horta, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, respectivamente, por iniciativa da Fundação Luso-Americana, que subsidiou a investigação em que se baseia este volume, editado pela Tinta da China. A antologia é a primeira edição destinada ao grande público baseada na obra monumental "Anais da Família Dabney no Faial" originalmente escrita em inglês e destinada apenas ao conhecimento da própria família, pelo que constituem "uma raridade bibliográfica", que dá a conhecer aos portugueses a importância da presença desta família no Faial ao longo de quase um século. A obra foi ainda lançada nos EUA no dia 10 de Outubro de 2010 na Gala PALCUS (Portuguese-American Leadership Council of the US), em Hartford, e em Lisboa no dia 10 de Dezembro do mesmo ano no Grémio Literário, tendo sido apresentada por Jorge Sampaio.

Está em preparação uma versão inglesa da antologia pelos mesmos autores.

vii) Colóquio "Portugal na América: conversa com dois escritores luso-americanos e um historiador"

No domínio da língua portuguesa, e com vista à divulgação da sua presença e influência na literatura norte-americana, a FLAD organizou o colóquio "Portugal na América: conversa com dois escritores luso-americanos e um historiador", numa iniciativa do Centro de Estudos Portugueses da Universidade de Massachusetts-Dartmouth, que contou com o apoio da FLAD e da Direcção Regional da Cultura dos Açores. As três edições do colóquio decorreram na sede FLAD, em Ponta Delgada e em Angra do Heroísmo, com a presença de Frank X. Gaspar e Katherine Vaz, os dois escritores luso-americanos mais reconhecidos da actualidade nos EUA. As sessões contaram ainda com a presença de Donald Warrin da Universidade da Califórnia, Berkeley, autor de *So Ends This Day: The Portuguese in American Whaling, 1765-1927*, livro que documenta mais de 150 anos de contribuição portuguesa para a baleação norte-americana, cuja edição foi apoiada pela Fundação. A sua apresentação esteve a cargo de James Russell, director do New Bedford Whaling Museum.

viii) Primeira tradução em português do Livro Minha Ilha, Minha Casa de Alfred Lewis

Numa iniciativa do Centro de Estudos Portugueses da Universidade de Massachusetts-Dartmouth, que contou com o patrocínio da Fundação Luso-Americana, foi traduzido para português o romance "Minha Ilha, Minha Casa" de Alfred Lewis. Trata-se da primeira tradução portuguesa do romance *Home is an Island*, que foi bestseller nos EUA nos anos 50, da autoria de Alfred Lewis, natural da ilha das Flores. É também o primeiro volume da série "Portugal na América" da editora EDEL, uma colecção desenvolvida em colaboração com o Centro de Estudos Portugueses da Universidade de Massachusetts-Dartmouth.

Lançado no auditório da Fundação no dia 17 de Junho de 2010, este livro foi posteriormente apresentado com o apoio da Direcção Regional da Cultura dos Açores em Santa Cruz das Flores, Angra do Heroísmo,

Ponta Delgada e São Jorge, por Rui Zink e Frank Sousa, do Centro de Estudos Portugueses da Universidade de Massachusetts.

ix) Projectos nos Estados Unidos com efeitos na Região Autónoma

Ao longo dos últimos 20 anos a Fundação Luso-Americana investiu cerca de seis milhões de euros em iniciativas e apoios que visavam explicitamente apoiar a comunidade luso-americana. Este apoio tem sido canalizado principalmente para projectos relacionados com o incremento da participação cívica e eleitoral da comunidade e com a educação e a promoção do ensino da língua portuguesa. Foram também subsidiados diversos estudos sobre os portugueses nos Estados Unidos.

Em parte graças à intervenção da Fundação Luso-Americana foi criada de raiz que atribui bolsas de estudo universitário a luso-americanos – Portuguese-American Scholarship Foundation – para além de se terem concedido diversos apoios a outras instituições de atribuição de bolsas. A FLAD tem vindo a apoiar Câmaras de Comércio Luso-Americanas, tendo este apoio carácter determinante para a operacionalidade de algumas destas.

Em 1993, a Fundação Luso-Americana associou-se ao processo de criação da única instituição de defesa dos interesses da comunidade junto do governo federal em Washington DC, o *Portuguese-American Leadership Council of the United States (PALCUS)*, e tem sido um dos seus principais apoiantes financeiros.

O *Portuguese-American Citizenship Project* foi lançado pela Fundação Luso-Americana em Fevereiro de 1999. Este projecto, independentemente dos seus resultados concretos, apresenta antes de mais uma metodologia bastante interessante. O modelo resultou de uma série de reuniões entre responsáveis da Fundação e James McGlinchey, um diferente luso-americano que exerce as funções de consultor da Fundação.

O objectivo é claro – aumentar de forma visível a participação eleitoral dos luso-americanos através da promoção de campanhas ou projectos locais em zonas de forte concentração luso-americana. O projecto é hoje autónomo, conta com a participação activa de alguns dos mais importantes líderes da comunidade luso-americana, tem conseguido financiamento da comunidade e até de instituições norte-americanas, e, principalmente, tem-se conseguido medir o impacto do mesmo para o aumento da votação e, portanto, do peso político da comunidade.

A *Iniciativa Língua Portuguesa*, um programa criado pela Fundação Luso-Americana em 2003, visa contribuir para um dos mais importantes elementos de integração da comunidade luso-americana: a promoção da aprendizagem do português entre as segundas e terceiras gerações de portugueses nos EUA. O reforço do ensino do português no sistema educacional norte-americano contribui de forma directa para milhares de luso-americanos em idade escolar e é factor de prestígio para a comunidade como um todo.

Por todos estes projectos é ainda de referir a Medalha de Mérito atribuída à Fundação Luso-Americana pelo Conselho Mundial das Casas dos Açores, por proposta da Casa dos Açores de Lisboa, como

reconhecimento do trabalho desenvolvido pela FLAD em prol de projectos que privilegiam, nos seus mais diversos aspectos, as relações entre os EUA e os Açores.

15.DEZ.2011